

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM UBERLÂNDIA-MG**

AUTOR: ROGÉRIO OLIVEIRA SILVA

**BRASÍLIA-DF
AGOSTO/ 2007**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM UBERLÂNDIA-MG**

AUTOR: ROGÉRIO OLIVEIRA SILVA

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

**BRASÍLIA-DF
AGOSTO/ 2007**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**VIOLÊNCIA E JUVENTUDE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM UBERLÂNDIA- MG**

AUTOR: ROGÉRIO OLIVEIRA SILVA

ORIENTADORA: DRA. MARIA STELA GROSSI PORTO (SOL-UnB)

Banca: Profa. Dra. Maria Stela G. Porto (SOL-UnB)
Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira (SOL-
UnB)
Profa. Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida
(IP-UnB)
Prof. Dr. Arthur Trindade M. Costa (SOL-
UnB) (suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq o apoio importante dado através da concessão de bolsa de pesquisa.

Agradeço e dedico esta dissertação à Julimara e à Poliana. O empenho e a dedicação de vocês foram fundamentais na realização dessa pesquisa e no seu resultado. Perseverança e companheirismo são atitudes que aprendi a admirar em vocês.

Agradeço em especial, aos jovens de Uberlândia que aceitaram, mesmo que desconfiados inicialmente, a participar e compartilhar de suas experiências mais marcantes.

Aos meus amigos Túlio e Juracy, que sempre incentivaram e contribuíram com seus comentários e ‘tiradas’ para o planejamento e realização dessa pesquisa.

À Carolina e Bianca pelo apoio e incentivo ao longo dessa jornada, em alguns momentos angustiantes de produção de uma dissertação. Os momentos que passamos juntos, nossas conversas, trouxeram relaxamento e revigoramento de energias para concluir esta dissertação.

À Diogo pela sempre incondicional disposição em ajudar e contribuir para minha pesquisa. Seu apurado senso de humor e sua sensibilidade são aspectos marcantes de sua personalidade que também aprendi a admirar e compartilhar.

À Daniela Tomazini pela disposição em colaborar com minha pesquisa, apesar de seus ‘deveres maternos’. Seu apoio e incentivo sempre ternos foram importantes para mim.

À professora Maria Stela, que orientou esse trabalho, com dedicação e interesse, ao longo dessa jornada. Aprendi muito com sua serenidade e rigor, pilares importantes na formação de um sociólogo. Sua participação e seus apontamentos revelam muito de sua sensibilidade e sabedoria.

À direção do Centro Educacional 04 de Taguatinga, em especial ao professor Gílson, que sempre agiu com compreensão e tolerância nos momentos de maior ‘aperto’ nessa dissertação.

Os meus pais Célia e Divino, pelo apoio que recebi ao decidir encarar mais esse desafio, me mudando para Brasília. À minha mãe em especial por sempre acreditar na minha capacidade e daí me incentivar com seu carinho e amor.

E, por último, mas bem que poderia ser em primeiro, agradeço à Débora, minha irmã, pelo seu companheirismo e interesse fraternal que demonstrou pela minha pesquisa, além de seu

importante auxílio em momentos-chave da pesquisa. Essa dissertação também é dedicada a você.

RESUMO

A dissertação trata de uma pesquisa qualitativa sobre representações sociais da violência construídas por jovens de Uberlândia, Minas Gerais, um dos principais centros urbanos de porte médio no estado e no país. Tais representações foram apreendidas a partir de temas como trabalho, consumo, família, religião. O objetivo principal foi compreender como estes jovens constroem suas representações sociais sobre o fenômeno da violência e que fatores influenciam no processo de significação e produção de sentidos por parte de um segmento sócio-cultural fundamental. A partir da técnica metodológica do ponto de saturação e de entrevistas semi-diretivas, a pesquisa empírica, que incluía uma relativa inserção no meio pesquisado, foi realizada em três meses, aproximadamente. A perspectiva teórico-conceitual adotada tomou a realidade social como atravessada por um processo de fragmentação cultural, gerador de múltiplas lógicas de ação e de formas de construção de identidades, não necessariamente vinculadas à categoria trabalho, entendida nessa pesquisa como não unificadora do social. Também se partiu, nessa dissertação da premissa teórico-interpretativa que toma o Brasil, como país e sociedade em que os conflitos e litígios não se institucionalizam em grande parte. O fenômeno da violência, nesse sentido, aparece como um dos principais problemas sociais e sociológicos. Na presente pesquisa, a noção de representações sociais cumpre uma função precípua, já que é tomada como princípio orientador de condutas e comportamentos. Percebeu-se, ao fim, que múltiplos fatores e elementos interferem e influenciam na construção das representações. São fatores como local de moradia, experiências vivenciadas, formação cultural da família, condições de existência, entre outros, que compõe a trajetória individual dos pesquisados. A percepção da violência, a partir de suas representações, assume um caráter plural, heterogêneo, não se restringindo à modalidade criminal. Pois, tal percepção está, em grande medida, determinada pelas experiências inscritas em seus corpos e subjetividade e abrange também, a dimensão simbólica e estrutural, aspectos pouco lembrados quando se analisa o fenômeno da violência.

Palavras-chave: fragmentação cultural, sociabilidade violenta, representações sociais, juventude.

ABSTRACT

The dissertation deals with a qualitative research done with young of Uberlândia, Minas Gerais, one of the main urban centers of medium-size in the state and the country, whose main focus had been the social representations constructed by these about the violence, from subjects as labor, consumption, family, religion. The main objective was understand how these youngs build your social representations about the violence phenomenon and which factors influence the process of significations and production of means on the part of a fundamental sociocultural segment. From the methodological technique of the point of saturation and semi-directive interviews, the empirical research, that included a relative insertion in the researched environment, was carried through in three months, approximately. The theoretic-concept perspective adopted took the social reality as crossed by a cultural fragmentation process, generating multiple action logics and forms of construction of identities, not necessarily tied with the category labor, understood in this perspective as a not unifying of social. Also it left, in this dissertation, the theoretic-interpretative premise that takes Brazil, as country and society where the conflicts and litigations are not institutionalized in a large extent. The violence phenomenon, in this direction, appears as one of the principal social and sociological problems. In the present research, the notion of social representations fulfills a fundamental function, since it is taken as orienting principle of conducts and behaviors. It was perceived, at the end, that multiple factors and elements intervene and influenciate the construction of the representations. It is factors as local where lives, lived experiences, cultural formation of the family, conditions of existence, among others, that composes the individual trajectory of the researched ones. The perception of violence, from your representations, assumes a plural, heterogeneous character, not restrict to the criminal modality. Therefore, such perception is, in great escale, determined for the enrolled experiences in there bodies and subjectivity and also encloses, the symbolic and estrutural dimension, aspects few remembered when the violence phenomenon is analyzed.

Keywords: cultural fragmentation, violent sociability, social representations, youth.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Remuneração média em salários mínimos dos empregados formais em 31/12, entre 1990 e 2003.....	p.100
Tabela 2- População e mercado de trabalho em Uberlândia-1970-2001.....	p.101
Tabela 3- Distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos em 2001.....	p.101
Tabela 4- Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano de Uberlândia com o estado de Minas Gerais e Brasil- 1970, 1980, 1991 e 200.....	p.103
Tabela 5- Evolução dos indicadores componentes do IDH-M de Uberlândia- 1970, 1980, 1991 e 2000.....	p.103
Tabela 6- Indicadores utilizados no IDH-M- Educação de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000.....	p.104
Tabela 7- Percentual de pessoas por nível de ensino de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000.....	p.104
Tabela 8- Indicadores de pobreza de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000.....	p.105
Tabela 9- Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população de Uberlândia e municípios selecionados- 1991 e 2000.....	p.106
Tabela 10- Indicadores sintéticos de desigualdade de renda de Uberlândia e municípios selecionados- 1991 e 2000.....	p.107
Tabela 11- Número de crimes violentos registrados pela PMMG em Uberlândia- 2004-2006.....	p.114
Gráfico 1- Distribuição percentual da população ocupada por faixas de rendimentos em salários mínimos- 2001.....	p.100
Gráfico 2- Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes em Minas Gerais- 1986-1997.....	p.108
Gráfico 3- Taxa de roubo à mão armada por 100 mil habitantes em Uberlândia-MG....	p.109
Gráfico 4- Taxa de furtos por 100 mil habitantes em Uberlândia- 1986-1997.....	p.110
Gráfico 5- Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Uberlândia- 1986-1997.....	p.111
Gráfico 6- Taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes- 2004-2006.....	p.112
Gráfico 7- Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Uberlândia- 2004-2006.....	p.113
Gráfico 8- Taxa de roubos por 100 mil habitantes em Uberlândia- 2004-2006.....	p.114
Gráfico 9- Taxa mensal de roubos por 100 mil habitantes em Minas Gerais.....	p.115
Gráfico 10- Taxa mensal de homicídios por 100 mil habitantes em Minas Gerais.....	p.116

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	p.11
2. VIOLÊNCIA, JUVENTUDE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MODELOS TEÓRICO-INTERPRETATIVOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA	p.22
2.1. Representações sociais como perspectiva metodológica	p.22
2.1.1. A noção de representações sociais: breve histórico	p.22
2.1.2. Possibilidades e alcance da noção.....	p.25
2.2. A juventude como construção cultural e social.....	p.30
2.3. Violência e sociabilidade violenta como categorias de análise.....	p.36
3.FRAGMENTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES DO MODERNO NO BRASIL E NO MUNDO.....	p.45
3.1 Contradições, paradoxos e metamorfoses na modernidade tardia.....	p.45
3.1.1. Identidade e sujeito (pós) moderno: rumo a um ‘self’ fragmentado ?	p.60
3.2. Violência e cultura no contexto brasileiro: algumas interpretações.....	p.76
4. VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO URBANO EM UBERLÂNDIA: UM PANORAMA.....	p.97
4.1. Indicadores da criminalidade violenta.....	p.107
5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOS JOVENS DE UBERLÂNDIA:.....	p.118
5.1. A propósito da pesquisa de campo: notas de experiência com a alteridade.....	p.118
5.2. Representações sociais e produção social e simbólica da diferença na juventude de Uberlândia.....	p.123
5.2.1. As categorias de percepção e classificação juvenil.....	p.125
5.2.2. Violência, instituições sociais e desigualdade.....	p.128
5.2.3. Família, escola e trabalho.....	p.133
5.2.4. Religião, espaços de interação e formas de filiação social.....	p.134
5.2.5. Aparências e percepção do bairro enquanto espaço social.....	p.139

5.2.6. Drogas, pobreza e sociabilidade violenta.....	p.144
5.2.6.1. O dilema de Rodrigo: notas de uma trajetória acidentada.....	p.152
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.157
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.161
ANEXOS.....	p.179

1.INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira conta atualmente, em dados aproximados, com 34 milhões de jovens, entendidos como indivíduos situados na faixa etária de 15 à 24 anos (Abramo & Branco, 2005). No entanto, um contingente populacional tão expressivo numericamente, se caracteriza fundamentalmente, pela diversidade e complexidade, presente em seus valores, estilos de vida, forma de inserção e posição na estrutura social, formas de sociabilidade, entre outros aspectos (Peralva, 1997; Abramo, 1997). Nota-se ainda que o segmento juvenil ganha cada vez mais destaque e visibilidade, em especial aquela propiciada por meios de comunicação de massa, como a televisão, revistas, pela Internet, além de ser foco de campanhas publicitárias. Parece que ser e permanecer jovem “está na moda”. Juventude deixa de ser um termo que caracteriza apenas uma determinada fase da vida, provisória, de maturação psico-fisiológica e passa a ser um estilo de vida, um “estado de espírito” permanente. Imagens, valores, formas de comportamento, mercadorias, entre outros elementos compõe uma ‘poderosa’ representação social homogeneizadora, que alcança uma relativa hegemonia, sobre os jovens. Por outro lado, outras aparições, também freqüentes, dos jovens na mídia, apontam (e chocam !) para outra forma de representação da juventude. Os casos recorrentes de envolvimento de jovens com crimes e comportamentos violentos, a formação de gangues ou galeras apontam para uma representação ou “anti-representação” perturbadora dos jovens brasileiros.

A presente dissertação teve como sua principal preocupação e motivação tentar compreender e ‘interpretar’ a juventude a partir de suas representações sociais acerca da violência abordando ou enfocando alguns temas aqui considerados, fundamentais na sociabilidade juvenil e no seu sistema de representações: trabalho, escola, consumo, religião, família. Porém, antes de entrar propriamente, na delimitação do objeto de pesquisa, nas estratégias e enfoques metodológicos utilizados, buscarei a seguir tecer algumas considerações importantes para essa dissertação, sobre a relação entre juventude e violência no Brasil.

O problema social da violência, em especial na sua modalidade criminal, já, ao menos por duas décadas e meia (desde os anos 80 do século XX), persiste como tema fundamental nos debates públicos, presentes nos meios de comunicação, nas universidades, enfim, em

diversas organizações ou instituições da sociedade civil brasileira. Nesse sentido, o fenômeno da violência ganha visibilidade, no Brasil, num contexto sócio-político peculiar. Momento em que o país faz sua transição democrática, deixando para trás um regime político de exceção, marcado pelo arbítrio, pela tortura, enquanto prática comum (parte do ‘modus operandi’) do aparelho policial e também, marcado pela constante tutela e vigilância sobre a sociedade civil. Todavia, o fato relevante que destacaria é que, a despeito do ocaso desse regime ditatorial, atravessado por manifestações de violência ‘oficial’, ocorre uma escalada vertiginosa das ocorrências criminais, traduzida nos sentimentos de medo e pânico coletivos. Mesmo com os sucessivos governos civis, democraticamente eleitos, a expansão e atuação constante de organizações da sociedade civil, defensoras dos direitos humanos ou condutoras de projetos sociais, que promovem a chamada “cultura da paz” e da persistente estabilidade institucional, a violência no Brasil permanece em níveis inaceitáveis, para uma sociedade democrática (Pinheiro, 1986; 2000).

Entretanto, quando se fala em aumento ou escalada das taxas de criminalidade violenta (especialmente o homicídio, o furto e o roubo), com destaque para os grandes centros urbanos nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros, cumpre registrar que tais ocorrências não se distribuem de forma homogênea na população. Ganha destaque, dessa forma, uma categoria etária e cultural específica: a juventude¹. No Brasil, os jovens aparecem, destacadamente, nas estatísticas criminais em duas situações: A) como principais vítimas da violência criminal (em especial, os homicídios); B) mas, também, como principais protagonistas ou perpetradores de ações criminosas (Adorno, 2000; Waiselfisz, 2004). Waiselfisz (2004), por exemplo, em sua pesquisa com dados do SIM/DATASUS, no período 1993-2002, constatou que foi na faixa etária ‘jovem’, dos 15 aos 24 anos, que as taxas de homicídio tiveram sua maior incidência. Quando analisa, por exemplo, a participação dos homicídios no total de óbitos em 2002, por faixa de idade, o pesquisador constata que, no Brasil 39,9% das mortes se localizam na faixa entre 15 e 24 anos. Desagregando os dados por capitais, ganham destaque São Paulo com 61,9 % de homicídios na faixa etária citada, Rio de Janeiro com 55% e Recife com 52,7 % de

¹ A discussão e problematização, sob o prisma sociológico, da categoria Juventude, enquanto categoria de análise ou objeto de pesquisa será feita no item seguinte. Nesse espaço introdutório, utilizaremos a divisão em faixa etária, como delimitadora da categoria juventude (15-24 anos), pois em geral, esse é um dos critérios utilizados pelos órgãos estatais ou da sociedade civil para mensurar e classificar a incidência ou vitimização por crimes na população em geral.

homicídios na faixa 'jovem'. Waiselfisz constatou ainda que, em 2002, 93,8 % desses homicídios vitimizaram, fundamentalmente, a população jovem masculina brasileira (ídem, 2004).

Tal panorama, expresso no levantamento estatístico, feito por Waiselfisz, se completa e ganha ares ainda mais dramáticos, quando analisamos os trabalhos e pesquisas etnográficas feitas por Zaluar (1996; 2000; 2004), envolvendo o 'crime organizado' (refiro-me ao tráfico de drogas, em especial) e seu poder de atração sobre os jovens pobres da periferia do Rio de Janeiro, além de Soares (2000; 2005) e Diógenes (1998; 2000; 2003), que também buscam desvendar a teia de significados e simbolismos, que motivam e orientam os jovens, na sua sociabilidade violenta, cotidiana. Os trabalhos mencionados ilustram, com acuidade e riqueza, o interesse e a relevância que, o fenômeno da violência assumiu para as Ciências Sociais brasileiras, tornando-se já, há algum tempo, um campo temático consolidado e institucionalizado de pesquisa (Misse et alii, 2000; Zaluar, 2002). Inclusive com contribuições importantes da Psicologia Social, por exemplo. Sua interface com a juventude também ganha, pouco a pouco, destaque nas pesquisas sociológicas (Zaluar, 1996; 2000; 2004), Diógenes (1998; 2000; 2003), Neto (1995), Waiselfisz (1998; 1999; 2004). Vale destacar ainda, que outras dimensões da sociabilidade juvenil ganham destaque e interesse dos cientistas sociais: pesquisas focando a relação entre juventude e consumo (Rocha, 2006; Leitão, 2006; Almeida & Eugenio, 2006; Nicolaci da Costa, 2006), juventude e lazer (Magnani, 2006; Herschmann, 2000; 2001), juventude e exclusão social (Almeida et alii, 2006), juventude e educação (Morgado & Motta, 2006; Mancini, 2006; Almeida et alii, 2006), juventude e construção de identidades (Paladino, 2006; Velho, 2006), juventude e sexualidade (Goldemberg, 2006; Brandão, 2006), juventude e meios de comunicação (Almeida, 2005) expressam a diversidade e riqueza de enfoques também alcançado pela temática juvenil no Brasil.

A presente dissertação se enquadra nesse heterogêneo e promissor campo de pesquisa. Todavia, percebe-se que boa parte da produção acadêmica sobre a temática juvenil, independente da área ou disciplina científica, recai sobretudo, em termos de base empírica, sobre as grandes metrópoles e centros urbanos brasileiros. Assim, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, entre outras cidades, quase sempre estão na "mira" investigativa dos cientistas sociais brasileiros. Mas, como constroem suas trajetórias

existenciais, suas experiências e estilos, e principalmente, suas representações, os jovens das chamadas cidades médias no Brasil ? Como percebem e representam fenômenos como a violência, o consumo, o trabalho ? Inquietações como essas motivaram a realização dessa pesquisa. Meu espaço propriamente empírico de investigação recaiu sobre a cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais.

A escolha da cidade de Uberlândia se deve ao fato de, mesmo sendo um centro urbano de porte médio com, aproximadamente 600 mil habitantes, segundo projeção feita pelo Centro de Estudos e Pesquisas Sociais e Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia, o CEPES (2001; 2005), já experimenta alguns problemas típicos de grandes centros urbanos nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro. Alguns indicadores indicam melhor a situação de contrastes que a cidade vivencia. A taxa de urbanização atinge 97 % da população, sendo que 97,93% possui domicílio com água encanada e banheiro (CEPES, 2005). Os jovens entre 15 e 24 anos representam, aproximadamente, 18,67% da população (idem). Quando se analisa o mercado formal de trabalho, observa-se que a taxa de ocupação alcança 56,6% da PEA, entre 15 e 64 anos, daí o desemprego ser um problema importante na cidade (idem). Os jovens entre 15 e 24 anos representam 24,15% dessa força de trabalho. A escolaridade média do trabalhador em Uberlândia está entre cinco e seis anos de estudo. Segundo pesquisa feita pelo CEPES junto a famílias da cidade, em 2001, 50,6% da população era composta de migrantes, recentes ou residentes há mais de quatro anos. O índice de pobreza atingiria 43,3% da população (CEPES, 2001). Quanto à escolaridade, 86,97% da população em idade escolar frequenta a escola. Aliás, o número de escolas (educação básica e superior) cresceu 27,54% desde a década de 1990.

A cidade passou por um processo de urbanização acelerado nas últimas quatro décadas. A construção de Brasília e o fato de Uberlândia se localizar geograficamente no entroncamento da rede rodo-ferroviária que faz a ligação inter-regional dos mercados do Sudeste com os do Centro-Oeste e Norte, tornou-a fonte e alvo de fluxos migratórios intensos (Sampaio, 1985; CEPES, 2005). Todavia, a taxa de crescimento da população vem declinando desde 1980 (6,69%) e atinge 2,72% em 2003 (CEPES, 2003). Tais dados, claro, são insuficientes para expressar detalhadamente a realidade da cidade, mas serão melhor aprofundados em um capítulo específico dessa dissertação. Em síntese, o município de Uberlândia é apenas um exemplo de um fenômeno de crescimento das chamadas cidades

médias (população superior à 500 mil habitantes), pelo qual vem passando o Brasil desde a década de 1990. Quais as singularidades do fenômeno da violência nesse contexto, quando se toma as representações sociais da juventude local como perspectiva? Esse e outros questionamentos procuro elucidar ou, ao menos, fornecer algumas pistas para a melhor compreensão do fenômeno.

O tipo ou forma de pesquisa realizada foi a qualitativa, que toma as situações de interação social, as práticas culturais, bem como as representações e significados culturais, produzidos numa dado contexto, por indivíduos ou grupos sociais, como ‘locus’ ou foco fundamental da pesquisa sociológica (Chizotti, 2001). Partiu-se assim, nessa pesquisa, da premissa metodológica de que a pesquisa qualitativa fornece melhores subsídios ou possibilidades epistemológicas de se compreender em profundidade o grupo ou universo empírico selecionado em seus diversos aspectos subjetivos (Duarte, 2002). Claro, sem prejuízo da objetividade e neutralidade axiológicas, componente fundamental também da pesquisa qualitativa. Nessa dissertação se entende portanto, que a perspectiva qualitativa é tão importante quanto a chamada pesquisa quantitativa, que tem como uma de suas premissas, a construção de indicadores estatísticos, mediante uma delimitação amostral (Babbie, 1999).

A pesquisa qualitativa, embora não autorize generalizações de seus resultados, permite acompanhar “de perto”, com maior proximidade, os indivíduos ou grupos em interação, a forma como constroem suas relações e suas visões de mundo (Duarte, 2002; Chizotti, 2001). O pesquisador, desse modo, quase sempre toma contato direto, face-a-face com os sujeitos da sua pesquisa e com frequência precisa negociar ou ‘ganhar’ minimamente a empatia ou confiança de suas fontes. Os trabalhos etnográficos realizados por Zaluar (1989; 1999) e Tracy & Almeida (2002) entre outras pesquisas, como as de Diógenes (1998, 2000), Cecchetto (2001), Vianna (1998), Herschmann (2000), entre muitas outras, dão mostras do potencial investigativo e elucidativo da abordagem qualitativa.

Minha base empírica de pesquisa foi composta de vinte e sete jovens dos sexos masculino e feminino, de origem socioeconômica variada, incluindo desde jovens da periferia da cidade até jovens de segmentos médios. Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, não foi meu objetivo produzir uma amostra percentual significativa do segmento investigado. As técnicas de coleta de dados que utilizei foram basicamente

duas: entrevistas semi-diretivas com os vinte e sete entrevistados e observações de campo. O critério utilizado para definir a dimensão da base empírica se assenta na técnica metodológica do ponto de saturação, que permite ao pesquisador encerrar seu trabalho empírico com entrevistas quando parte significativa e relevante das respostas e argumentos dos entrevistados começam a se repetir, conforme esclareço linhas a frente. No caso da presente pesquisa, tal número foi alcançado na vigésima quarta entrevista, optando-se por fazer mais três e encerrar a fase de entrevistas. As entrevistas foram registradas por via mecânica (gravador), com jovens situados entre quinze e vinte e oito anos, residentes ou oriundos de diversos bairros da cidade. Embora mencionado, o principal critério para definição da categoria empírica juventude não foi o etário, mas o sócio-cultural, que foca as práticas culturais e representações dos indivíduos pesquisados. Além, claro, da forma como as representações sociais hegemônicas, produzidas por determinados agentes e sujeitos da sociedade, constroem a fase de transição da infância, que se inicia com a puberdade, para a vida adulta, enfim, o “ser ou estar jovem”. A entrevista enquanto técnica de coleta permite ao pesquisador maior autonomia ao abordar suas fontes e também por propiciar a oportunidade de se observar a postura, o comportamento, gestos, entonação de voz, pausas do entrevistado, em suma, uma série de elementos que não apareceriam por exemplo, num survey. Tais elementos não orais são tão importantes quanto àqueles registrados pelo gravador (Queiroz, 1996; Bosi, 2003; Bourdieu, 2001). A possibilidade de modificar a ênfase das perguntas, de abordar melhor aspectos obscuros das falas dos interlocutores torna a experiência da pesquisa muito mais enriquecedora. A formulação de um roteiro de entrevistas, compondo sessenta e quatro questões abertas, abordando temas como consumo, trabalho, família, escola, violência foi o ponto de partida da pesquisa empírica.

Outro instrumento metodológico importante utilizado e mencionado, foi a técnica da observação de campo, que também permitiu perceber e captar elementos e situações importantes. Vale dizer, as idas frequentes aos vários bairros nos quais realizei as entrevistas, constantemente em espaços ou locais escolhidos pelos entrevistados, contribuiu muito para uma percepção das representações e visões de mundo dos entrevistados. Embora não tenha utilizado a técnica de maneira intensiva, semelhante à observação participante, tão cara aos antropólogos, pude perceber e registrar no diário de campo situações relevantes do ponto de vista simbólico. Espaços como cafeterias, casas dos entrevistados, festas,

permitiram tomar contato com um fragmento do seu cotidiano, mas um fragmento importante. Daí ser importante registrar que, tanto quanto as entrevistas registradas em gravações e formalizadas em transcrições, os gestos, os olhares, o momento anterior e posterior da relação formal que a entrevista instaura, aquilo que é dito ou expresso fora do gravador, também compõe uma peça relevante no trabalho de compreensão e ‘decodificação’ sociológica (Bourdieu, 1997, 2001; Sá, 1999; Wacquant, 2005).

O trabalho de coleta de dados durou aproximadamente três meses e abrangeu desde bairros tidos como próprios dos segmentos médios (Cidade Jardim, Centro, Santa Mônica, Tibery, Jardim Patrícia, Aparecida, Fundinho) até bairros da periferia da cidade (Guarani, Tocantins, Taiaman, Luizote de Freitas, Planalto). Utilizei ainda, a técnica do ponto de saturação como critério fundamental para definir o tamanho ou extensão da base empírica. Tal técnica permite ao investigador realizar entrevistas com seus interlocutores até atingir um ponto ou momento em que parte importante das respostas e declarações dos entrevistados comecem repetir ou sofrer pouca variação em termos de produção de sentidos ou conteúdos ‘novos’ (Sá, 1999; Bourdieu, 1997). Após atingir o ponto de saturação, o pesquisador pode fazer mais algumas entrevistas e encerrá-las.

O objeto de pesquisa dessa dissertação basicamente foram as representações sociais que os jovens, entendidos enquanto categoria social e cultural, de uma cidade de porte médio, Uberlândia (MG), constroem sobre a violência abordando alguns temas e instituições que estruturam sua sociabilidade no contexto contemporâneo. Vale reforçar, ao abordar temas e instituições como trabalho, família, consumo, entre outros, busco a partir de um sistema de representações construído pela juventude, captar ou compreender o sentido e as representações da violência. Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes:

- 1) investigar e analisar as representações que os jovens constroem acerca de temas como trabalho, consumo, família, escola, drogas;

- 2) analisar e interpretar como as significações produzidas sobre os temas mencionados contribuem para a construção de representações sobre a violência;

As hipóteses orientadoras dessa pesquisa foram as seguintes:

- A) As representações sociais que os jovens constroem sobre a violência guardam uma relação estreita com suas trajetórias individuais, fruto de sua posição diferenciada na estrutura de relações de poder material e simbólico;
- B) Os jovens de Uberlândia expressam, em suas representações sociais, a emergência de formas de sociabilidade violenta, especialmente aqueles que ocupam uma posição social marginalizada;

A perspectiva metodológica que orienta essa pesquisa é a que toma as representações sociais como forma de saber e conhecimento privilegiado e fundamental para se entender/ compreender as práticas e condutas individuais ou grupais dos sujeitos, foco dessa pesquisa. As pesquisas sobre as representações sociais, desde o estudo pioneiro de Moscovici, sobre as representações da psicanálise, têm avançado continuamente e fornecem elementos empíricos cada vez mais importantes no entendimento e compreensão das idéias, concepções, valores de uma dada sociedade ou grupo social (Jodelet, 2001; Moscovici, 2003; Spink, 2004). Quando se aborda, especificamente, as contribuições dos estudos sobre representações sociais sobre violência, no Brasil, merecem destaque algumas considerações de Porto (2002), acerca das mesmas enquanto perspectiva teórico-metodológica e categoria de análise:

“... Embora, resultado da experiência individual, as representações sociais são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos e dos grupos que as produzem ...”

“... Expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, por sua condição de representação social, participam também, da constituição desses mesmos fenômenos...”

“... São máximas orientadoras de conduta...”

“... Existe conexão de sentido entre os fenômenos e suas representações sociais que, portanto, não são falsas, nem verdadeiras...”

(Porto, 2002: 157).

Tais apontamentos de Porto, elencados de forma sintética e fragmentada, mostram com clareza, as possibilidades que o estudo de representações sociais da violência e também de outras categorias como consumo, trabalho, religião guardam. Significa, conforme Porto (2006), captar o social a partir do que é dito sobre ele pelos diversos sujeitos que o compõe. Deve-se

“... trabalhar a noção como um todo e no plural, assumindo as representações sociais enquanto blocos de sentido, compondo uma teia de significações que permite ao pesquisador avançar na investigação...”

(Porto, 2006: 253)

Nesse sentido, tomo as representações sociais, na presente dissertação, como sistema de interpretação que rege nossa relação com o mundo e com os outros, como princípios que orientam e organizam as condutas e as interações sociais (Jodelet, 2001).

E, problematizando propriamente o objeto dessa pesquisa, as representações sociais da juventude da cidade de Uberlândia, sobre a violência, a partir de temas como consumo, religião, trabalho, consumo, parto do princípio de que o contexto ou as situações, em que os jovens vivem e atuam, funciona como condicionador fundamental da forma como estes elaboram suas representações sociais sobre a realidade social. Através do estudo de suas representações sobre a violência, pretendo “desvendar” e compreender a forma como constroem e elaboram suas classificações objetivas sobre a realidade social, enfocando, entre outras categorias a da violência, fornecida por visões e representações dominantes na sociedade. As representações sociais permitem ainda, apreender e perceber as estratégias simbólicas de apresentação e representação de si, enquanto grupo, indivíduo ou categoria cultural, social.

O presente estudo qualitativo, amparado também nas contribuições teórico-metodológicas de Bourdieu (2001; 2003), toma, a juventude como inserida num campo de relações objetivas de força, simbólicas e materiais. Parto ainda da premissa metodológica que toma a juventude como exposta à situações de violência simbólica, presentes nas representações depreciativas, produzidas por outros sujeitos sociais e condicionadoras de seus esquemas de percepção e representação do social. Nesse sentido, a estrutura social

brasileira foi percebida, na pesquisa, como ‘locus’ em que determinados agentes sociais tem maior primazia ou legitimidade para construir e canalizar socialmente suas percepções e representações sobre outros agentes, espaços e práticas sociais (Paixão, 1989; Herschmann, 2000). Uma estrutura social que passa, nas últimas décadas, por processos de fragmentação e diversificação valorativo-simbólica (Porto, 1999; 2000; Machado da Silva, 2004) os quais abrem a possibilidade de emergência de múltiplas formas de sociabilidade, destituídas de uma representação unificada ou homogeneizante do social, que a esfera do trabalho antes propiciava (idem).

Compreender as representações sociais da violência, abre caminho para entender melhor como os jovens, sejam aqueles pertencentes aos segmentos médios ou aqueles oriundos das periferias urbanas brasileiras, materializam suas interações sociais, suas estratégias de inserção e construção de identidades, e também como se configuram suas formas de sociabilidade. Conforme Machado da Silva (2004) e Porto (1999, 2002), a violência acabou se tornando um dos possíveis recursos ou estratégias disponíveis, nas suas formas de sociabilidade, não sendo necessariamente, reflexo direto nem da insuficiência do Estado, em suas obrigações legais, nem das carências ou desigualdades econômicas ou sociais. A sociabilidade violenta torna-se, desse modo, contígua a essas determinações de ordem política ou econômica (Machado da Silva, 1995, 2004), que atravessam o espaço social brasileiro.

Outro registro metodológico importante nessa dissertação trata da forma como os dados e materiais empíricos coletados foram “manejados” e como se construíram as formas de classificação e nomeação usadas pelos jovens focos dessa pesquisa. Após a leitura minuciosa das transcrições das entrevistas, principais fontes de informação dessa pesquisa, busquei apreender quais as categorias, expressões e também a lógica de raciocínio usada pelos jovens em suas falas e representações com maior frequência e ênfase. Detectadas tais categorias, procurei relacioná-las e confrontá-las com a literatura e estudos que dão suporte a essa pesquisa.

A presente dissertação está dividida nas seguintes partes: na primeira trato das categorias e conceitos utilizados na análise e interpretação do material empírico. Estará em foco assim, a noção de representações sociais, as categorias juventude, violência,

sociabilidade; na segunda, apresento o modelo teórico que orientou essa pesquisa discutindo as principais interpretações sobre o fenômeno da violência no âmbito das Ciências Sociais brasileiras; na terceira, problematizo a cidade de Uberlândia, seus indicadores e perfil, e apresento os resultados propriamente empíricos da pesquisa e suas análises e, por fim, as considerações finais.

Busco, com essa dissertação, elementos teóricos-interpretativos relevantes que contribuam para um melhor conhecimento e entendimento, do universo juvenil em configurações urbanas de médio porte, sob um contexto sócio-histórico marcado pela fragmentação cultural e identitária e por metamorfoses contínuas.

2. VIOLÊNCIA, JUVENTUDE, FRAGMENTAÇÃO CULTURAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MODELOS TEÓRICO-INTERPRETATIVOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

Neste capítulo da dissertação trato especificamente das noções, conceitos ou categorias que embasaram minha pesquisa sobre as representações sociais da violência. Assim, serão problematizadas, categorias como juventude, violência e noções como a de representações sociais.

2.1. Representações sociais como perspectiva metodológica

Tomadas como ferramentas metodológicas, as representações sociais aparecem nessa dissertação como recurso indispensável para se compreender e captar minimamente os sentidos e significações produzidas pelos sujeitos dessa pesquisa: os jovens ocupantes de distintas posições e formas de inserção social de um centro urbano de tamanho médio brasileiro, Uberlândia. Portanto, não se pretende nessa dissertação, discutir exaustivamente a teoria das representações sociais que, diga-se de passagem, se encontra em estágio avançado de desenvolvimento graças aos esforços da Psicologia Social e de seus pesquisadores. Todavia, essa escolha metodológica adotada, oferece a oportunidade de se fazer um breve apanhado do processo de desenvolvimento e “reavivamento” da noção de representações sociais.

2.1.1. A noção de representações sociais: breve histórico

O ressurgimento da noção de representações sociais tem como marco fundamental a obra de Serge Moscovici, “A psicanálise, sua imagem e seu público”, publicada inicialmente na primeira metade da década de 1960. Nessa obra, Moscovici procura investigar a difusão e recepção da Psicanálise, percebida enquanto representação social.

Vale acrescentar, como distintos segmentos e instituições sociais representam a Psicanálise, tida como forma de saber científico. O caráter pioneiro da pesquisa de Moscovici contribuiu para que renascesse e se intensificasse o interesse pelo estudo das representações sociais enquanto fenômeno típico da modernidade (Duveen, 2002; Jodelet, 2001).

Na verdade, Moscovici reutiliza e renova uma noção já presente em grande parte da obra sociológica de Emile Durkheim. Tratada e nomeada como “representações coletivas”, pelo mestre francês, a noção teria um papel importante no processo de integração social, ao agregar idéias, valores, normas, visões de mundo relevantes para a coesão das sociedades industriais. Moscovici procura, em seus apontamentos teóricos e análises, dar um caráter mais dinâmico e flexível às representações sociais. Desde então as pesquisas, debates e arguições sobre o alcance e a validade da noção têm ocorrido e avançado sempre. Exemplos são as pesquisas de Jodelet (1999), Duveen (2002), Guareschi (1992; 2002); Bauer (2002), Laplantine (2001), Cruz (2006), Abric (2001), Joffe (1995), Souto (1996), Bock (2004), Flament (2001) que atestam a variedade de objetos e temas nos quais as representações sociais aparecem como foco e perspectiva fundamental.

Entre os clássicos da Sociologia, a noção também não é tão estranha (Minayo, 2002). Durkheim, já mencionado anteriormente, tido como primeiro pesquisador a trabalhar de modo mais exaustivo com a noção, percebeu o papel que elas cumprem na manutenção da coesão de uma sociedade industrial, bem como sua dimensão coercitiva. O sociólogo francês entendia as representações coletivas também como fatos sociais, dotadas de coercitividade e exterioridade em relação aos indivíduos e demais instituições sociais. Instituições como religião e moral são veiculadoras e orientadoras de valores, formas de comportamento e estão ‘carregadas’ de representações coletivas. Conforme o próprio Durkheim:

“...As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não

com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição...” (Durkheim, 1999: 79)

Já Marx, ao utilizar o conceito de ideologia, reconhece o papel que as idéias e visões de mundo cumprem no processo de exploração e dominação de uma classe social sobre a outra no capitalismo. Defende em seus escritos que as sociedades capitalistas possuem uma “superestrutura” ideológica, política, cultural que produz idéias, visões de mundo, formas de comportamento que ocultam ou ofuscam a “verdade” sobre as relações sociais de produção e poder na sociedade capitalista. Assim, instituições como família, religião, Estado são construções ideológicas que reproduzem situações de exploração e dominação social (Minayo, 2002). Portanto, as representações sociais, percebidas como ideologias para Marx, constituem-se em elementos fundamentais para a manutenção e reprodução das relações e estruturas de dominação de uma classe social sobre outra (Marx, 2003; 1987).

E por fim, Max Weber, outro clássico do pensamento sociológico, destaca a importância que os valores possuem nas escolhas que os indivíduos fazem, na orientação de suas condutas. Sua obra mais conhecida “A ética protestante e o espírito do capitalismo” atesta a importância do ethos calvinista no desenvolvimento do processo de acumulação de riquezas e do próprio capitalismo ocidental. Baseadas no ascetismo e no trabalho como vocação, um chamado de Deus, as primeiras comunidades protestantes adotaram uma lógica valorativa que trouxe como uma das conseqüências a prosperidade e enriquecimento material de indivíduos envolvidos no empreendimento capitalista. Weber percebeu ainda que, com o avanço do processo de racionalização ocorre em paralelo, um processo de autonomização das esferas de ação social, que traz como efeito a emergência de múltiplas lógicas valorativas (na esfera religiosa, na esfera política, na esfera econômica, entre outras) (Weber, 2005).

Nas Ciências Sociais, a noção vem pouco a pouco ganhando espaço e interesse dos cientistas sociais. Os estudos de Porto (1999; 2002), Waiselfisz (1998; 1999) e Menin (1995; 2005) utilizam referenciais ou enfoques diferenciados, embora úteis e

enriquecedores da pesquisa em Ciências Sociais. Em geral, percebemos temas ou objetos de pesquisa como as representações sociais de prostitutas, crianças e adolescentes, sobre a AIDS, os estudantes, além de temas como a violência, a juventude, entre as pesquisas concluídas ou em andamento (Sá, 1996; Almeida, 2001; 2003; Santos & Diniz, 2006; Hewstone, 2001; Doise, 2001).

Após esse brevíssimo apanhado da trajetória da noção de representações sociais e seu ressurgimento, trato agora de alguns elementos que considero fundamentais para esse dissertação. São princípios teórico-metodológicos que embasaram essa pesquisa.

2.1.2. Possibilidades e alcance da noção

A noção de representações sociais pode guardar múltiplos sentidos ou usos conforme a perspectiva teórico-metodológica que se toma. Daí ser importante e necessário definir, de imediato, com que sentido ou entendimento essa dissertação trabalhou. E desse modo, me apóio na definição de Moscovici (2005), que toma as representações como:

“...Sistema de valores, idéias e práticas com a função de : A) estabelecer uma ordem mental, compreensiva, que torna possível [ao indivíduo ou a grupos] orientar-se no mundo social; B) possibilita a comunicação ao fornecer um código para nomear e classificar, sem ambigüidades, os vários aspectos da sua vida social e individual e de seu mundo...”
(Moscovici, 2005: 21).

Tal definição deixa claro o caráter prático, de orientação de condutas que as representações possuem, bem como seu papel fundamental de expressar princípios de classificação, nomeação e hierarquização da realidade e seus objetos, acontecimentos, indivíduos ou grupos sociais. Ao lidar com a juventude como foco e objeto dessa pesquisa sobre representações sociais, tais elementos teóricos arrolados acima cumprem um papel decisivo na compreensão da juventude, a partir dos sentidos e significações que produzem.

Outro aspecto que considero relevante para essa dissertação, é perceber as representações sociais como formas de elaboração, criação coletiva ligadas a determinados processos sociais típicos da modernidade. Entendo aqui modernidade, como experiência social, econômica e cultural típica do Ocidente europeu nos seus primórdios, depois universalizada para os demais continentes (Ianni, 1999; Chauí, 1995; Bauman, 1999; Giddens, 1999, 2002). Assim, conforme Moscovici (2005), as representações sociais são fenômenos modernos, produto do descentramento das instâncias de legitimação social e simbólica. Não se trata de negar a possibilidade ou capacidade de representar de sujeitos ou períodos históricos passados, mas de destacar a especificidade que o fenômeno toma com o contexto moderno. Elas expressam, são resultado das transformações virulentas que atingiram a Europa a partir do século XVI (Duveen, 2005). Citaria em especial, a criação e desenvolvimento de novos meios de comunicação como a imprensa, crescente expansão e difusão do processo de alfabetização. Tais mudanças, entre outras, criaram as condições para que cada vez mais grupos sociais tivessem acesso à idéias, valores, estilos de vida, que ignoravam até então. Também criaram as condições para que as idéias e visões de mundo circulem, penetrem em amplos espaços sociais. A ciência, nesse momento histórico, ganha preeminência como instituição ou instância produtora de um conhecimento tido como legítimo socialmente (Duveen; Moscovici, 2005).

Pode-se dizer ainda que a heterogeneidade marca a experiência da modernidade. Seja a heterogeneidade social ou mesmo cultural (idem). Tal situação se diferencia profundamente daquela vivenciada pelas sociedades pré-modernas ou tradicionais, do período anterior, marcadas por formas e instituições autocráticas e teocráticas de produção e difusão do conhecimento. Tal situação de heterogeneidade que marca a vida social nesse momento (em especial os séculos XVIII e XIX) ainda é traço constitutivo da contemporaneidade, em que pode-se até falar em modernidade-mundo, planetária (Ianni, 1999; Ortiz, 2000). E é justamente por não possuir um único eixo ou instância geradora de legitimidade, conhecimento, idéias, socialmente aceitas e reconhecidas, que começa a se travar uma espécie de luta simbólica entre os diversos grupos sociais para alcançarem hegemonia, predomínio na produção de representações sociais (Duveen, 2005).

Bourdieu (2001; 2003) por exemplo, aponta para o fato de que determinados sujeitos ou grupos sociais têm primazia para classificar e definir outros sujeitos e grupos que ocupam uma posição marginal ou inferior na estrutura das relações simbólicas e materiais. Com frequência tais grupos hegemônicos podem produzir concepções e representações sociais preconceituosas ou discriminatórias contra, por exemplo, negros, estrangeiros, minorias sexuais, entre outros grupos. Pode ocorrer ainda que tais representações, carregadas de preconceito, consigam ser introjetadas e assimiladas por parte desses grupos (Bourdieu, 2005; Wacquant, 2000), circulando e se difundindo como senso comum. O lugar, a posição social que indivíduos ou determinados grupos ou segmentos ocupam, ou as funções, papéis que assumem, podem determinar os conteúdos das representações e sua organização, por meio de relações portadoras de sentido ou ideológicas, que mantêm com o mundo social, as normas ou regras institucionais e os modelos simbólico-valorativos aos quais ‘obedecem’ (Bourdieu, 2003; Jodelet, 2001).

As representações sociais, mesmo quando carregadas de princípios de classificação ou nomeação preconceituosos ou depreciativos, não chegam de forma incólume às diversas camadas sociais que compõe uma sociedade. Como lembram Jodelet (2001), Sá (1996), Moscovici (2001) e Doise (2001), são produzidas a partir de experiências, referenciais e sob determinadas condições sociais. São produto da interação e comunicação entre indivíduos e agentes, mas também tornam possível a comunicação. Vale reforçar, os indivíduos ou grupos sociais não assimilam de modo passivo todas as idéias e concepções com que tomam contato no seu cotidiano. Sua posição social e todo o sistema de disposições e percepções ligados a ela (como aquele legado pela família, pela classe ou grupo social) funcionam como um “filtro” que seleciona, reforça ou modifica, interpreta elementos presentes em determinadas representações sociais (Bourdieu, 2003; Jodelet, 2001).²

² Jodelet (1999; 2001) por exemplo, identifica o que chama de “defasagem” entre as representações sociais e o seu referente. Tal defasagem se deve à intervenção especificadora dos valores e códigos coletivos, das simplificações pessoais e dos engajamentos sociais e individuais. Pode ocorrer assim, distorção (os atributos do objeto representado estão presentes, porém atenuados ou exagerados) suplementação (que consiste num acréscimo de significações não presentes anteriormente); subtração (supressão de atributos pertencentes ao objeto, fruto em grande parte, do efeito repressivo das normas sociais) nas representações sociais.

Em consonância com o exposto anteriormente, pode-se dizer que as representações são dotadas de autonomia, não são meros reflexos dos agentes ou instâncias que a geraram (Moscovici, 2005; Jodelet, 2001). Embora saibamos que os modernos meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, tenham um papel fundamental na difusão e circulação de idéias e valores, os quais passam por um processo de “depuração” ou metamorfose, conforme assinali linhas acima. Porém, as representações sociais não são fenômenos estanques, “petrificados”, pois são constantemente modificados, recriados. Elas comportam uma dimensão de reconstrução, de interpretação do objeto representado e de expressão, trazem a marca do sujeito que as (re) significa e as (re) produz (Moscovici, 2005; Jodelet, 2001). Elas ainda, possuem um conteúdo específico que as singulariza e não necessariamente tal singularidade é a mesma em todas as esferas da vida social ou mesmo em formações sociais diferentes (Jodelet, 2001; Moscovici, 2005). Mas como, de que modo emergem as representações sociais ? Mais uma vez, é Moscovici que dá as pistas:

“...As representações sociais quando emergem podem provir de teorias científicas, seguindo suas metamorfoses dentro de uma sociedade e a maneira como elas renovam o senso comum ou, originam-se de acontecimentos correntes, experiências e conhecimento objetivo que um grupo ou indivíduo tem de enfrentar a fim de constituir e controlar seu próprio mundo ...” (Moscovici, 2005: 95).

Mesmo se tratando de um fenômeno complexo, as representações sociais sempre são voltadas ou direcionadas a algum objeto. Elas são o “representante mental” de um determinado objeto, que é restituído simbolicamente (Jodelet, 2001; Moscovici, 1996; 2005). Assim, não se trata de questionar, do ponto de vista metodológico, se esta ou aquela representação de um determinado objeto (a violência ou a juventude, por exemplo) é falsa ou ‘verdadeira’, mas de tentar perceber como tais concepções ou representações tornam-se “idéias-força” que orientam e definem a conduta de quem as porta. Aliás, seu alcance e força são tamanhos, que o conteúdo de determinada representação social, ao se alterar ou se preservar, constitui-se em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas interações com

outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles (Sá, 1996; Moscovici, 2005; Jodelet, 2001). Eles podem mesmo expressar nossa posição na hierarquia social e nossos valores (idem). As idéias, concepções ou imagens deixam de ser meros elementos do pensamento e acabam se tornando elementos da realidade, parte do fenômeno ou objeto para o qual se dirigem.

Como “realidades vivas” (expressão de Doise) ou como “conteúdos concretos de pensamento”, as representações sociais devem ser investigadas e percebidas como produto ou expressão da articulação de elementos afetivos, cognitivos, sociais (Sá, 1996; Moscovici, 2005; Jodelet, 2001). Tanto quanto os mecanismos propriamente psíquicos, cognitivos ou ‘internos’ do indivíduo, os mecanismos de socialização, interação, enfim, a realidade material tem papel fundamental na gênese, evolução e estrutura das representações sociais, que são afetadas na sua intervenção. Jodelet, nesse sentido, faz um apontamento esclarecedor e estratégico:

“...Não se pode eliminar da noção de representações sociais as referências aos múltiplos processos individuais, interindividuais, intergrupais e ideológicos que freqüentemente reagem mutuamente uns aos outros e cujas dinâmicas de conjunto resultam nessas realidades vivas que são, em última instância as representações sociais...” (Doise, 2001: 27).

As representações sociais, como deixa claro a citação anterior, justamente por estar, em sua formação e desenvolvimento, na confluência entre processos psíquico-cognitivos e sócio-culturais, abrem possibilidades singulares de investigação sociológica. Como um dos produtos da experiência histórico-cultural da modernidade, elas podem servir como guia ou eixo ‘luminoso’ e estratégico para se compreender a fase ulterior, da modernidade tardia ou pós-modernidade, como querem alguns. Significa perguntar: como, sem uma categoria ou “idéia-força” que funcione como representação unificadora do social, os indivíduos ou sujeitos sociais se conduziram, pautariam suas ações num contexto de modernidade tardia, de fragmentação cultural e social ?

Questionamentos como esse mostram como a investigação e a elucidação do mundo simbólico, da dimensão subjetiva dos processos e práticas sociais se tornam úteis na atual configuração sócio-histórica. Os processos de construção identitária, de seleção ou rejeição de elementos simbólicos que podem contribuir para a estruturação do ‘self’, individual ou coletivo, além disso para um equilíbrio sócio-cognitivo ‘necessitam’ e se utilizam das representações sociais.

Porto (1997; 2006) por outro lado, ao investigar as representações sociais sobre violência no Distrito Federal, aponta para a necessidade de uma estratégia de análise que se interroge sobre as relações entre objetividade e subjetividade enquanto dimensões ou componentes que participam da definição do fenômeno da violência. Talvez pudéssemos estender tal argumento a outros objetos ou fenômenos sociais. Uma vez que a definição ou classificação, enfim, o que se diz sobre um dado fenômeno, também interfere nas práticas e representações que diferentes grupos ou camadas sociais elaboram de tal objeto (Jodelet, 2001; 1999; Porto, 2006; Misse, 2005), as representações sociais são parte constitutiva do fenômeno investigado.

Em sociedades marcadas pela pluralidade e diversidade social e cultural, com uma multiplicidade normativa, torna-se comum a coexistência de múltiplas lógicas de sentido, valorativas. Muitas vezes, até contrastantes e com distintas formas de estruturação do vínculo social (Porto, 1997), trazendo como possibilidade relações conflituais ou mesmo violentas. Desvendar tais lógicas através do que se fala sobre elas está na “ordem do dia” para o sociólogo.

2.2. A juventude como construção cultural e social

Trabalhar com a categoria Juventude como instrumento ou ferramenta teórica de análise e compreensão constitui-se num desafio prazeroso, pois, ao mesmo tempo em que a categoria porta uma relativa complexidade por ser plural e ambígua, ela nos permite enfocar um segmento social e cultural extremamente rico em suas práticas, estilos de vida e valores. Desse modo, parto aqui, nessa dissertação, da assertiva teórico-metodológica de

que a juventude, não só enquanto categoria empírica de análise, mas como segmento social, constitui-se num contingente “chave”, estratégico para se perceber os efeitos das transformações (econômicas, políticas, culturais) que “sacodem”, na contemporaneidade, o mundo. Os jovens talvez representem o segmento social mais sensível e vulnerável a fenômenos como o desemprego (segundo Branco, 2005 e Pochmann, 2002, é o segmento como maior número de desempregados), a violência criminal (Adorno, 2002; Zaluar, 2004) e as novas tecnologias de informação (Internet, mp3, celulares, conforme Feixa, 2006 e Nicolacci da Costa, 2006), por exemplo.

A juventude, embora não seja propriamente uma “classe social” ou segmento/grupo social homogêneo, devido a diferenciações importantes de gênero, etnia, renda, escolaridade, não se restringe ou se limita a uma mera classificação por faixa etária ou mudanças bio-psico-fisiológicas (Peralva, 1997; Levi & Shimitt, 1996; Groppo, 2000). A compreensão e análise da diversidade da juventude requer a aplicação combinada de outras tantas categorias sociais que, assim como a de juventude, se referem a realidades e situações sociais contraditórias (idem). Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude constitui-se numa ferramenta esclarecedora da própria modernidade tardia, em diversos aspectos, como o lazer, o consumo, as relações sociais violentas, entre outras dimensões (Groppo, 2000). A própria “criação” da juventude é um dos acontecimentos mais importantes da modernidade no Ocidente. A necessidade de cristalização e/ou cronologização das idades da vida acompanha o surgimento e a mudança de instituições sociais como a escola, a família, o trabalho em fábrica racionalizado (Ariès, 1981; Peralva, 1997; Groppo, 2000). Tais mudanças representam e expressam uma reestruturação no processo de socialização das gerações mais novas e redefinem ritos de passagem, de saída e entrada, de formação e transformação das mesmas (idem).

Ariès (1981) por exemplo, contrasta, em sua pesquisa, já clássica, as formas de tratamento, os espaços a que eram relegados, a socialização, de crianças e jovens no período pré-moderno, nas chamadas sociedades tradicionais da Europa do medievo, com as de jovens e crianças na fase inicial da modernidade ocidental (trajes, brincadeiras, assuntos de conversas não eram tão específicos). Não havia fases da vida tão bem demarcadas, com rigidez, em faixas etárias, como no contexto moderno. Crianças e jovens eram percebidos

como adultos em miniatura, como atestam algumas representações artísticas e documentos como diários e relatos em livros (Ariès, 1981). A entrada na fase adulta nas sociedades tradicionais se confundia com os rituais e instituições sociais como o trabalho, o ingresso em oficinas de artesãos, como aprendiz de cavaleiro ou mesmo o casamento, sem uma delimitação etária rígida. Elias (1993), ao analisar o lento processo civilizatório na Europa, percebe que não há interdições excessivas para jovens e crianças, em situações e espaços tidos como de privacidade para os modernos. Situações ou rituais, por exemplo, como as do banho, do momento de dormir, do (des) pudor em relação à exposição do corpo no espaço de habitação, entre membros da mesma família ou até mesmo entre estranhos, assinalam a distancia cultural entre nós, modernos e nossos antepassados.

Com o advento das mudanças e transformações já mencionadas, o Estado moderno (também alvo de constantes reviravoltas) cria mecanismos de homogeneização e controle social que incidem sobre o processo de socialização dos indivíduos mais jovens. A escola, que disciplina, dociliza, reprime, ensina valores, posturas, além dos exércitos nacionais que passam a recrutar jovens das mais diversas camadas sociais, o sistema jurídico que cria, formaliza, categorias de classificação e identificação dos indivíduos em cada fase de sua vida, são exemplos destes mecanismos. Busca-se nesse período, limitar a classificação e identificação da juventude a critérios estritamente biológicos e jurídicos (Peralva, 1997; Groppo, 2000; Levi & Schmitt, 1996), sem atentar para as diferenciações sociais que determinam e delimitam as condições de vida e opções culturais. A infância, a adolescência passam a ser percebidas como fases distintas da vida e desenvolvimento dos indivíduos e suas potencialidades, que necessitam de cuidados e instituições especiais. Não são mais adultos em miniatura, mas seres em formação, em desenvolvimento, com seus problemas, formas de solidariedade e investidos de símbolos e valores específicos (Peralva, 1997; Groppo, 2000; Levi & Schmitt, 1996).

E é justamente por ser pensada e percebida como uma fase ou um processo, de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, que a juventude torna-se alvo ou constitui-se em tema de preocupação social, quando as falhas e /ou desvios nesse conturbado processo de ajuste e desenvolvimento se explicitam (Abramo, 1997; Paladino, 2006). É como se as modernas sociedades industriais concedessem às suas

gerações mais novas uma espécie de “moratória social” (Calligaris, 2000). Uma fase (que pouco a pouco vem se prolongando) em que as novas gerações são eximidas de assumir maiores responsabilidades, em termos dos seus atos, papéis na família e no trabalho (ídem), desde que se adequem às expectativas e exigências sociais. Nesse sentido, jamais pode-se perder de vista, que a ordem social também é uma ordem moral e normativa (Peralva, 1997; Calligaris, 2000).

A atribuição de caracteres e papéis, a imposição de regras e valores à juventude, como parte do processo de integração e reprodução social não ocorre de modo harmônico. Tal processo está atravessado por elementos ou situações de conflito e resistência (Peralva, 1997; Calligaris, 2000) das novas gerações, criando condições para que se produzam imagens ou representações negativas dos mesmos (Levi & Shimitt, 1996; Peralva, 1997; Abramo, 1997). Assim, representações estigmatizadoras como a do “marginal”, a do “mau elemento” ou do “mala” geralmente são associadas a alguns grupos ou camadas da juventude. Tais representações em inúmeras circunstâncias, são produzidas por instituições como a polícia e a (s) igreja (s).

Ao mesmo tempo são produzidas uma miríade de representações sociais sobre o que é “ser jovem” (ídem). Levi e Schimitt (1996) classificam como “batalha” ou luta simbólica aquela travada no campo da produção e veiculação de representações e imagens sobre a juventude, operada por agentes e instituições como os meios de comunicação, as agências de publicidade, as diversas religiões, os operadores do Direito, os agentes políticos, entre outros. Uma “batalha” cujo objetivo precípua é alcançar a hegemonia na definição legítima do que é a juventude, suas características e estilos (Peralva, 1997). Almeida (2005) por exemplo, em suas pesquisas identifica, nas representações de pais, professores e de outras instituições sociais sobre a violência e os adolescentes, uma espécie de vinculação entre ambas categorias, em que a segunda aparece como a “idade do perigo”. Conforme Almeida,

“Na forma atual de conceber-se a adolescência, pensamento social e ciência se interpenetram, ao longo de sua recente história, na tarefa de perpetuar a idéia de uma ‘idade do perigo’ que vai marcar a transição entre a infância e a vida adulta. Sobre um

pretexto biológico- a puberdade- edifica-se um texto- a crise- construído e partilhado socialmente na cultura ocidental...”

Ressalte-se todavia, que a juventude não permaneceu, histórica e socialmente, uma categoria estanque, enquanto representação social. Importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, incluindo a fase adulta e a senil, alterando-as profundamente. Mudanças como o prolongamento do período de escolarização e as mudanças nas relações de trabalho, estenderam a fase de permanência dos jovens na casa dos familiares, adiando o momento de independência econômica e social (ídem). Também a estrutura e a composição dos atributos sociais da juventude, os modos de acesso à maturidade, se encontram modificados. O significado simbólico de certos atributos se altera e certas idades “diminuem” (Peralva, 1997).

A característica marcante desses processos de mudança, é a valorização da juventude que passa a ser associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico (Calligaris, 2000; Peralva, 1997; Rocha, 2006). É como se todos desejassem ser jovem. Se antes os jovens eram predominante e unicamente percebidos e representados como baderneiros, irresponsáveis e imaturos, atualmente são percebidos como dinâmicos, livres, cheios de energia. Torna-se portanto, comum associar “juventude” com noções como beleza, virilidade, além de essa ser alvo de peças de publicidade que visam seu potencial de consumo e enaltecem, até fantasiosamente, seu caráter dinâmico e seu suposto comportamento rebelde, contestador da ordem social (Groppo, 2000). Para efeito dessa dissertação, a juventude é tomada como criação ou construção, no plano das representações e práticas sociais da modernidade e também como efeito das transformações (econômicas, políticas, culturais) que esta acarreta. Trata-se assim, de percebê-la como expressão ou consequência do entrecruzamento de vários fatores ou dimensões: a dimensão propriamente fisiológica que altera sua constituição física; a dimensão psicológica, que passa por alterações nas formas de perceber e responder a estímulos externos; a dimensão social ou cultural, que produz representações sociais, associa valores e comportamentos aos indivíduos que passam por tal fase de desenvolvimento humano são, penso, as mais relevantes.

Em outras palavras, é com as transformações profundas que a modernidade traz, enquanto fenômeno e experiência sócio-cultural iniciado no Ocidente, que as idades ou fases da vida passam a ser, com mais frequência, marcadas e acentuadas através de ritos e de instituições sociais, como a escola, a família, o Direito, que atribuem características, expectativas e interditos e modelos de comportamento a cada uma dessas fases (Levi & Schmitt, 1996; Peralva, 1997; Groppo, 2000). Não se trata aqui, de omitir as experiências e rituais de sociedades não-ocidentais e períodos históricos passados (Mead e Varagnac, 1968, estudaram respectivamente, os rituais de passagem nas ilhas Samoa e as categorias de idade nas sociedades tradicionais), mas sim de assinalar a importância valorativa, cultural que assume no Ocidente o segmento sócio-cultural caracterizado como juventude.

Um modelo conceitual que busque apreender sociologicamente os sentidos e determinações que a categoria juventude porta, deve buscar entrelaçar as determinações de caráter anatômico-fisiológico (idade ou sexo) com as construções e representações sociais, enfim, os sentidos que a cultura dá à juventude, que a torna socialmente eficaz (Levi & Schmitt, 1996; Peralva, 1997; Groppo, 2000). A definição de Groppo (2000) é elucidativa:

“... Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural (grifo meu) e uma situação social (ídem) ... Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos...” (Groppo, 2000: 7-8).

Tratemos agora da pluralidade do conceito de juventude. Apesar das tentativas homogeneizantes dos meios de comunicação e das peças publicitárias, que produzem e veiculam significações e representações calcadas em valores e práticas culturais típicas dos segmentos médios e abastados da sociedade, os jovens expressam a divisão social e cultural da mesma (Peralva, 1997; Abramo, 1997). A recente e fértil tradição no campo das Ciências Sociais, de estudos sobre a juventude tem produzido e espelhado as várias facetas da (s) juventude (s) brasileira (s). Elas expressam a multiplicidade de experiências sócio-

culturais que emergem de grupos sociais concretos, que possuem os mais diversos recortes sócio-culturais, econômicos, históricos. Tais recortes delineiam e diferenciam subcategorias ou subgrupos de indivíduos jovens, com símbolos, estilos de vida, sentimentos, códigos próprios que tem em comum o fato de experimentarem o mesmo contexto histórico, bem como as mudanças que este acarreta. Assim, os recortes poderiam ser os mais diversos: jovens pobres urbanos, jovens religiosos, jovens do campo, jovens delinquentes ou criminosos, entre muitos outros.

Penso que importante para essa dissertação, é tentar captar quais são as práticas e valores que de alguma forma aproximam ou assemelham o “ser jovem”, apesar de sua evidente heterogeneidade. Penso em específico na categoria consumo que pode ser útil nas análises e também como categoria relativamente unificadora do universo juvenil. Explico. Embora os jovens sofram as inflexões de suas posições na estrutura de relações de força material e simbólica, pode-se dizer que eles recebem de maneira relativamente “democrática” os apelos midiáticos para consumir. Isto, mesmo o acesso a esses bens sendo bem diferenciado, devido às diferenças de renda. Observamos desse modo, uma certa homogeneidade nas maneiras de se vestir, nos espaços frequentados, no uso frequente de celulares, mp3, internet, independente da origem social. É óbvio que não defendo que usam as mesmas marcas de roupa, celulares e nem tem o mesmo acesso a esses bens. Cada subgrupo juvenil recebe e (res) significa de maneira diferenciada, determinados objetos de consumo. Não há uma percepção indiferenciada das mensagens e representações sociais veiculadas com frequência pelos meios de massa.

2.3. Violência e sociabilidade violenta como categorias de análise

Cumprido discutir agora, a relevância e utilidade analítica do conceito ou noção de violência. Conceito ou noção que expressa ou manifesta um conjunto nada homogêneo de práticas, relações sociais, representações, presentes principalmente, no cotidiano das metrópoles e centros urbanos brasileiros. A violência pode caracterizar desde uma troca de insultos ou ofensas, até agressões corporais, em que há um choque ou confronto físico entre

indivíduos ou grupos, em um dado contexto ou situação. Mas, apesar dessa multiplicidade de manifestações empíricas sobre a violência, parto aqui, nessa pesquisa, dos sentidos ou significados que o fenômeno assume na contemporaneidade.

Noção ou conceito polissêmico, ainda sem consenso quanto à sua definição, o fenômeno da violência, dependendo de variáveis como classe ou grupo social, contexto histórico, pode também variar de sentido e forma de percepção (Porto, 1999; Cecchetto, 2004; Michaud, 2001). Assim, tornam-se aspecto fundamental, os sentidos e concepções valorativas que a violência recebe, a partir da experiência dos diversos agentes ou sujeitos sociais, dentre eles a juventude, reconhecendo e buscando apreender suas singularidades e diferenças.

A opção teórico-metodológica, de partir dos sentidos e significados da violência, do que se representa e se fala sobre ela, também se justifica pela relevância que assumem as construções simbólicas, na orientação de condutas, valores e estilos de vida em situações ou contextos variados, isto é, as representações são parte do fenômeno da violência (Porto, 1999, 2000). Porém, por mais longe que as Ciências Sociais estejam de um consenso conceitual ou semântico do que seja a violência, as contribuições de Michaud fornecem um auxílio importante. Dentre elas, destaco seu esforço conceitualizador da noção de violência que põe em foco as situações ou interações sociais em que o fenômeno se manifesta:

“...A violência ocorre quando, em uma situação de interação, um ou vários atores sociais agem, de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsamente, causando danos a um indivíduo ou vários, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais...”
(Michaud, 2001: 10-11)

Penso que tal noção é importante, justamente, por não buscar essências ou imanências em fenômeno tão diversificado e marcado por contextos sociais específicos. Ao contrário, penso que um dos méritos de Michaud está em estabelecer ou reforçar o caráter relacional, interativo, mesmo que tenso e conflitivo, dos contextos ou situações de manifestação da violência. Exemplos como as manifestações de intolerância religiosa ou racial, de xenofobia, agressões no espaço doméstico ou, até mesmo práticas como o roubo

ou homicídio, atentados terroristas, ilustram de maneira geral, a complexidade do fenômeno.

Um outro elemento teórico-conceitual, que considero relevante, da noção de violência: ela situa-se, enquanto fenômeno significativo ou cultural, em um campo de relações de força que tenta delimitar, dentro de um grupo ou classe social, a partir de um contexto ou situação, a classificação legítima do que é considerado como ato ou sujeito violento (Wacquant, 1999; Barreira et alii, 1999). Desse modo, percebe-se que sujeitos como os operadores do Direito, membros do aparelho policial, jornalistas entre outros, são vistos como tendo maior legitimidade e primazia na definição e classificação da violência e seus praticantes. Não é raro acontecer por exemplo, em momentos de comoção nacional, como o da morte brutal do menino João Hélio, de seis anos, uma verdadeira ‘efervescência’ de explicações e apontamentos de soluções para o fenômeno da violência. Se por um lado é positivo a sociedade brasileira, a opinião pública nacional manifestar em sua indignação e repulsa a tais incivildades, por outro é temeroso o tom de vingança, ódio e simplificação que o tema suscita freqüentemente.

Embora se perceba uma leve mudança no ‘tratamento’ simbólico dado pela chamada opinião pública, ainda são os jovens pobres, os moradores das periferias urbanas que suportam e sentem constantemente os efeitos de representações preconceituosas produzidas pelos sujeitos mencionados anteriormente (Adorno, 1999; Paixão, 1997; Soares, 2000). Entretanto, a forma como crimes como o incêndio homicida contra o índio Galdino em Brasília, o envolvimento de jovens dos segmentos sociais médios e altos em crimes como assaltos, homicídios e seqüestros são noticiados com freqüência pela mídia nacional, e sua concomitante condenação, ilustram essa pequena mudança.

Quando enfocamos as explicações sobre as razões ou motivações, enfim, as causas da violência, em especial a criminal, percebe-se que as representações produzidas, volta e meia, relacionam estreitamente violência e pobreza. Do ponto de vista propriamente sociológico, dificilmente se poderia definir de modo unidimensional sua motivações. Torna-se fundamental tomar o contexto ou situação social do fenômeno além de reconhecer a diversidade que o mesmo assume. Assim podemos falar em violência criminal, estrutural,

institucional ou simbólica como variantes de um mesmo e complexo fenômeno, mas que possuem nuances específicas.

Martuccelli (1999) e Wiewiorka (1999; 2006) também nos fornecem alguns elementos teórico-conceituais importantes para pensar os sentido e significados da violência. Martuccelli por exemplo, nos alerta para a validade duvidosa de definições gerais da violência. Deve-se atentar para as transformações que a noção vem passando durante o período da modernidade. Assim, percebe-se que nos momentos de maior tensão e conflitualidade da modernidade no contexto europeu, a violência, para boa parte do pensamento social, tinha um sentido positivo, progressista, era considerada por autores do peso de Marx como a “parteira da história”. A violência aparecia então, como uma estratégia ou ferramenta legítima de construção de uma ordem social mais justa e igualitária. Para teóricos e militantes revolucionários como Lênin torna-se até indispensável, necessária para a transição socialista³. E, claro, não era só representada dessa forma, mas praticada (a atuação dos anarquistas na França e na Espanha, as greves e confrontos sangrentos de operários contra o aparelho policial na Inglaterra, por exemplo) (Martuccelli, 1999).

Todavia, pouco a pouco a violência perde sua legitimidade enquanto recurso válido de intervenção e como representação positiva. Nas modernas sociedades ocidentais torna-se até prejudicial à determinada causa ou reivindicação o uso da violência por parte de seus defensores. O conflito entre palestinos e israelenses, com o uso de estratégias terroristas por parte de alguns grupos ou organizações extremistas (com frequência, organizações como o Hamas, Hezbollah costumam cometer e estimular atentados contra israelenses) representa um exemplo típico de condenação e repulsa social em escala global. Martuccelli procura ainda relacionar as singularidades e especificidades da violência no contexto contemporâneo às mudanças tecnológicas, culturais por que passam as sociedades atuais. Segundo o autor,

³ Ver por exemplo seu *Estado e revolução* (1917), em que o autor trata inclusive da experiência violenta e fracassada da Comuna de Paris, em 1871

“...Nesse mundo social altamente moderno, os indivíduos, assim como os sistemas peritos, operam cada vez mais á distancia por meio de elementos simbólicos muito freqüentemente bastante mediatizados, impessoais...” “...No limite, nossa relação com o mundo é cada vez mais mediatizada pelo uso de símbolos e a ação se reduz à circulação e atualização de códigos no seio de sistemas peritos...” (Martuccelli, 1999: 161).

A partir de tal constatação, Martuccelli (1999) entende que o sentido e significação que o fenômeno da violência porta atualmente é influenciado por esse caráter ‘imaterial’, altamente racionalizado das relações sociais. O uso das novas tecnologias de informação (pode-se fazer compras, movimentar a conta bancária, se comunicar virtualmente sem necessariamente se encontrar com o outro) causa uma espécie de “desligamento social”, por reduzir drasticamente as situações de interação social face-a-face.

Na representação que tende a se tornar dominante na modernidade, na sua fase inicial e tardia, segundo Martuccelli, o primado quase exclusivo da “informação”, dos mecanismos impessoais, tende a reforçar um modelo institucional que preconiza a existência de indivíduos autônomos, aptos a fazer escolhas. Indivíduos, “senhores de si mesmos”, que graças à interiorização das normas e valores legítimos, tendem a desenvolver mecanismos de autocontrole, de recalque. A violência pode advir justamente da inadaptação dos indivíduos, especialmente daqueles que possuem uma posição e inserção socialmente subordinada na hierarquia social, à impessoalidade e situação de exclusão ou não diversificação das redes sociais que vivenciam (ídem).

Outra contribuição importante dada por outro pensador merece ser destacada. Trata-se de Michel Wiewiorka que, ao analisar o contexto contemporâneo e como o fenômeno da violência se insere ou emerge nele, postula que,

“...A violência contemporânea situa-se no cruzamento do social, do político e do cultural do qual ela exprime correntemente as transformações e a eventual desestruturação [da ordem social] ...” (Wiewiorka, 1997: 36)

A possibilidade de um novo paradigma da violência também é lembrada por Wiewiorka (1997) que reforça a importância de se atentar para as formas e os significados da violência num contexto de crise e desestruturação das instâncias de regulação institucional da modernidade. Nesse contexto, ela pode expressar a “defasagem” entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos e a “oferta política, econômica, institucional ou simbólica” que a ordem social pode oferecer. Numa configuração sócio-histórica em que distintos grupos ou sujeitos sociais demandam reconhecimento, valorização de uma subjetividade negada, frustrada, a violência aparece como expressão da impossibilidade desses sujeitos estruturarem suas práticas em uma relação de conflito. As revoltas urbanas na periferia de Paris, efetuadas por jovens de origem árabe ou islâmica, as recorrentes tensões étnicas entre brancos e negros nos Estados Unidos⁴, fruto de uma situação de marginalização ou não inclusão cultural e social desses grupos, ilustram algumas situações em que a violência funciona como estratégia de visibilidade (ídem).

A partir do exposto acima se pode argumentar que Wiewiorka (1999) nos resgata uma certa “afirmatividade” do fenômeno da violência, enquanto estratégia de ação que visa chamar a atenção ou se ‘afirmar’ perante outros atores ou sujeitos do circuito ou espaço social. Não necessariamente um artifício ou estratégia que nega a alteridade, mas que justamente busca resgatar o reconhecimento moral de sujeitos, a valorização de identidades negadas ou discriminadas. Nesse sentido, a violência surge e se desenvolve através de carências e dos limites do jogo político e que ela pode também, se as condições políticas estiverem reunidas, regredir ou desaparecer em função de um tratamento institucional das demandas que ela vem traduzir (ídem). É sob essas condições políticas que a violência pode transmutar-se numa relação de conflito, em que se torna possível a interlocução entre atores.

Entretanto, a violência pode assumir a forma de uma prática que nega ou elimina a alteridade (ídem). As experiências de “limpeza étnica” ocorridas na região de Kosovo na antiga Iugoslávia, sob julgo de Slobodan Milosevic, (na segunda metade da década de

⁴ Wacquant (1999; 2000) por exemplo, analisa, num estudo comparativo as condições de formação do que chama de a ‘nova pobreza urbana’ ou ‘marginalidade avançada’ nos Estados Unidos e na França. Mostra ainda em outros escritos como se opera a passagem, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, do que chama de ‘Estado social’ para um Estado penal’, com reflexos relevantes sobre significativos segmentos sociais que dependem de seu auxílio e vivenciam situação de discriminação.

1990) e o ataque com armas bacteriológicas contra os curdos no norte do Iraque, de Sadam Hussein, na década de 1980, são exemplos recentes dessas práticas. Deve-se destacar ainda, a forma mais perceptível midiaticamente de violência, enquanto prática de eliminação e erradicação de indivíduos ou grupos sociais, no início desse século XXI, o terrorismo fundamentalista, levado a cabo por grupos armados islâmicos. Pode expressar e representar a negação do diálogo e da interlocução entre sujeitos autônomos e livres, buscam o reconhecimento de suas demandas e sua afirmação enquanto grupo ou segmento étnico, cultural, mas usam de estratégias que podem causar danos ou eliminação de seus supostos oponentes.

Como compreender essas manifestações variadas de violência, que configuram os quadros global e nacional de conflitos sociais ? Quais os sentidos dessas múltiplas formas de violência em sociedades como a brasileira e sua relação com os processos de estigmatização de determinadas categorias ou grupos sociais ? Essas questões de ordem geral, são constantes em grande parte das preocupações dos cientistas sociais brasileiros, ocupados com a natureza dos conflitos contemporâneos e as formas que assumem. Desse modo, tais questões relativas à conflitualidade social, ao fenômeno da violência, às representações e construções simbólicas feitas sobre ele, devem ser situados num contexto histórico-social mais amplo, como será apontado no item seguinte. É nesse contexto ampliado que se produzem, de forma entrecruzada, dinâmica, contraditória, as experiências e práticas sociais da juventude brasileira, além de suas representações sociais acerca do fenômeno da violência.

Outra contribuição importante para o desenvolvimento dessa dissertação, é a noção de sociabilidade violenta desenvolvida por Machado da Silva (1995; 1999; 2004). Segundo o autor, no contexto contemporâneo emerge uma nova forma de organização social das interações e relações de força entre indivíduos ou grupos que classifica de sociabilidade violenta. Esta compreende um complexo de práticas e relações sociais que negam os princípios de solidariedade e reciprocidade nas interações cotidianas e são baseadas em demonstrações “factuais” de força por parte de indivíduos ou “bandos”. A sociabilidade violenta não é mero reflexo, segundo Machado da Silva, da omissão ou ausência do Estado, mas é contígua e relativamente independente, tem autonomia enquanto forma de organização e estruturação do vínculo social.

Machado da Silva (1999) questiona ainda, as explicações recorrentes e dominantes que usam o argumento da ausência e ineficácia do Estado e seu sistema de justiça criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e aparelho policial) como principal motivo ou variável que explica o crescimento da violência criminal no país. Machado da Silva contrapõe a esse argumento a constatação histórica de que o Estado brasileiro nunca foi totalmente presente ou tão mais eficaz do que no momento contemporâneo. Ele sempre cumpriu de maneira parcial seu papel de regulação e repressão das condutas e linhas de ação de indivíduos e grupos sociais “desviantes”, “fora da ordem”. Segundo Machado da Silva (1995; 1999; 2004), embora se verifique uma maior estruturação e capitalização do chamado crime organizado, desde pelo menos os anos 1970, em torno de modalidades criminais como o tráfico de drogas e armas, o seqüestro, tal mudança expressa o que chama de “ponta do iceberg”. O que está em curso é algo mais profundo e radical: a formação de um novo padrão de sociabilidade, que chama de violenta, como já mencionado linhas acima.

Seu desenvolvimento guarda relação com o crescente individualismo observado nas condutas cotidianas dos mais diversos agentes e com mudanças ocorridas nas últimas décadas nas sociedades capitalistas (mudanças no “mundo do trabalho”, na forma de construção de identidades, por exemplo). Nessa nova forma de sociabilidade, valores como a reciprocidade e o respeito mútuo não são, em geral, levados em conta nas formas de interação social. O outro é percebido como um objeto sobre o qual posso, por ser mais forte ou possuir os meios de submetê-lo aos meus interesses, dar ordens e até eliminá-lo quando perder sua “utilidade” para aquele que manda (Machado da Silva, 1999). Tal forma de sociabilidade é melhor exemplificada ao se tomar como referencia a relação entre criminosos e vítimas e estes entre si. Conforme Machado da Silva defende, ao se referir às organizações criminosas:

“...Elas [as organizações criminosas] estão baseadas internamente nos mesmos princípios de subjugação pela força, constituindo-se numa espécie de amálgama de interesses estritamente individuais, com um sistema hierárquico e códigos de conduta que podem ser sintetizados pela metáfora da ‘paz armada’: todos obedecem por que e

enquanto sabem serem mais fracos, as desobediências implicando necessariamente a retaliação física...” (Machado da Silva, 1999: 122)

Tal forma de estruturar os cursos de ação cotidianos, descrito acima, é expressão de uma mudança cultural importante. Pois, em primeiro lugar expressa a emergência de um social fragmentado, em que as linhas de ação não estão mais “amarradas” ou estruturadas sob uma única categoria social ou escala valorativa (o trabalho, por exemplo) e nem seguem necessariamente as prescrições normativas e morais colocadas como legítimas socialmente. E isso inclui as linhas de ação ou formas de conduta violentas, levadas a cabo pelos criminosos ‘comuns’. E, em segundo lugar, uma decorrência prática é que, por estar o social fragmentado, as linhas de ação não são complementares e nem alternativas, mas contíguas, podendo ser até divergentes (Machado da Silva, 1995; 1999; 2004). A sociabilidade violenta, como forma de ordenamento das interações sociais expressa ainda uma diferenciação e uma coexistência em relação a outras formas de ordenamento, principalmente a institucional-legal, portadora das regras e valores de caráter universalista (ídem).

Gostaria de destacar ainda, um último elemento teórico-metodológico fornecido por Machado da Silva. Trata-se de compreender a “violência urbana” como representação de uma ordem social, como representação de práticas e de modelos de conduta subjetivamente justificados (ídem). E não necessariamente percebidos como “desviantes” ou ilegítimos, embora não sejam incorporados à ordem institucional-legal. Significa dizer que a “violência urbana”, que expressa melhor a emergência da sociabilidade violenta na contemporaneidade, tem uma lógica própria, autônoma, não é mero ‘desvio’ ou ‘patologia’, que não se confunde necessariamente com a ordem institucional-legal (ídem).

As noções e categorias discutidas e problematizadas teórica e conceitualmente nesse capítulo têm papel fundamental pois expõe de modo objetivo a linha de reflexão a ser adotada nessa dissertação. Ou seja, a juventude e suas representações sociais são vetores de análise fundamentais para perceber e compreender melhor o atual contexto de fragmentação cultural e social, que traz como um dos seus efeitos a formação de uma forma violenta de sociabilidade.

3. FRAGMENTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES DO MODERNO NO BRASIL E NO MUNDO

Neste capítulo tratarei propriamente das transformações recentes por que passaram e passam o Brasil e o mundo, abordando várias dimensões do social: política, cultural econômica. Não se trata de esgotar, em termos teóricos o leque de interpretações que as Ciências Sociais produziram ao longo das últimas décadas, mas selecionar e problematizar algumas metamorfoses fundamentais para a linha interpretativa que proponho nessa dissertação. Trata-se da base teórica que orientou essa pesquisa.

Seguirei, portanto, três caminhos ou eixos de reflexão. No primeiro, colocarei sob perspectiva algumas transformações importantes características da fase tardia da modernidade e que traz inflexões precípuas sobre as formações sociais periféricas do capitalismo, em especial a brasileira. Na segunda parada desse percurso teórico, ganham visibilidade as mudanças por que tem passado o Brasil nas últimas duas décadas bem como uma de suas principais chagas: o problema social e sociológico da violência criminal. Nesta etapa, problematizarei as principais tentativas de explicação das Ciências Sociais brasileiras sobre a violência. Encerro focando alguns dos efeitos das mencionadas transformações sobre o universo juvenil brasileiro, a partir de estudos já feitos em especial aqueles que analisam a relação entre juventude e violência.

3.1. Contradições, paradoxos e metamorfoses na modernidade tardia

O contexto histórico-social contemporâneo tem sido definido pela configuração de uma ordem social mundial atravessada por processos e transformações de caráter global, que atingem todas as relações e processos sociais, econômicos, culturais e políticos (Ortiz, 2000; Ianni, 2002; Porto, 1999). Sob denominações variadas como modernidade-mundo, globalização, mundialização ou internacionalização, esses processos caracterizam-se por

uma dinâmica contraditória, heterogênea e desigual, que reconfigura tensões e exclusões de todo tipo em escala mundializada (Ianni, 2002; Santos, 2002). Novos problemas e dilemas emergem nessa era marcada por múltiplas formas de conflitos sociais, em que as questões públicas se tornam questões mundiais (Ianni, 2002; Santos, 2002). A existência de relativo consenso global acerca de determinados temas, como a necessidade de ampliar a vigência dos princípios da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, nos mais recônditos locais e, uma maior organização e articulação internacional em torno de ações e estratégias que visem a coibir e punir atentados terroristas e o tráfico de drogas, indica que a dimensão dos problemas globais suplanta a ação dos governos nacionais.

Percebe-se ainda, que há uma maior articulação e integração em termos de comunicação em âmbito global. Refiro-me especificamente à maior articulação e organização de indivíduos e grupos defensores de causas como a do meio ambiente, os protestos pacifistas contra conflitos bélicos, como a Guerra do Iraque. Portanto, verifica-se um crescimento quantitativo e qualitativo relevante das formas de associativismo internacional, propiciada em grande parte pelas novas tecnologias de informação, como a Internet (Gohn, 2003). Inclusive nota-se que organizações criminosas e terroristas (a Al Qaeda e o Taleban, por exemplo) fazem uso constante da rede mundial de computadores bem como das redes transnacionais de televisão (a estadunidense CNN, por exemplo) para dar visibilidade para suas ações e apresentar suas demandas.

Talvez a maior novidade não seja a existência dessas organizações em si, mas sim o grau de articulação e organização sem precedentes na história recente. Poderíamos ainda avançar com o argumento de Ianni (2002) e Ortiz (2000) de que está em vias de formação uma espécie de ‘sociedade civil mundial’, em que pouco a pouco emergem atores e espaços ou fóruns de diálogo e debate de alcance planetário. Organizações como a ONU⁵, a OMC, movimentos como o chamado ‘Anti-globalização’, reúnem grupos e indivíduos de origens e visões de mundo diferenciadas, mas que têm como espaço de ação e legitimidade o ‘território-mundo’ (Castells, 2000, 2002; Ianni, 2002). Abre-se a possibilidade de um diálogo cosmopolita do gênero humano, conforme apontou Giddens (1999).

⁵ A Organização das Nações Unidas já existe pelo menos desde a década de 1940, porém nota-se que desde o início do século XXI ela ganha maior visibilidade enquanto fórum de discussão mundial, embora permaneça relativamente ineficaz e impotente para prevenir e solucionar conflitos bélicos. A Guerra do Iraque exigiu do governo estadunidense toda uma estratégia diplomática no sentido de “convencer” a opinião pública internacional da necessidade do conflito e o espaço escolhido para isso foi o Conselho de Segurança da ONU.

Outra dimensão relevante acerca dessas transformações contemporâneas, apontada em diversas análises, trata a necessidade de compreender algumas mudanças ocorridas fundamentalmente no “mundo do trabalho”, que tiveram conseqüências relevantes sobre a forma de estruturação do vínculo social (Peralva, 2000, Porto, 2000; Santos, 2002). Nas últimas três décadas do século XX, a esfera produtiva passou por reestruturações profundas, que resultaram numa crescente automação e robotização, total ou parcial, em várias etapas do processo de produção (Offe, 1989; Castells, 2000). Significa dizer que após três décadas (1940, 1950, 1960) de alto crescimento econômico, com a consolidação de uma rede de proteção social abrangente e extensiva a amplas camadas e segmentos sociais (conhecido como Welfare State ou Estado-providência), vem um período de crise e mudanças (Bihl, 2000; Castells, 2000).

Não é o caso de se discutir aqui a pertinência ou não do modelo keynesiano enquanto principal modelo ou mecanismo de regulação e intervenção do Estado e gestão da atividade econômica, em contraposição ao modelo liberal. Mas simplesmente de constatar que, enquanto obteve predominância como modelo norteador de políticas públicas entre os governos dos países centrais do capitalismo formaram-se sociedades de consumo na Europa ocidental e nos Estados Unidos, principalmente. Sociedades em que as posições sociais e o status e mecanismos de distinção ligados a elas promoviam uma certa estabilidade e satisfação pessoal. Possuir um emprego com todas as garantias trabalhistas, condições de ascensão e reconhecimento social através do sistema público de educação, assistência e proteção previdenciária criava condições seguras de reprodução da ordem social e dos modelos de socialização e interação social a elas associados (Bihl, 2000; Sennett, 2000).

Nesse sentido, o trabalho aparecia com categoria aglutinadora de identidades e classes sociais e como principal motivador de tensões e conflitos na sociedade civil. O Estado atuava como mediador e implementador das demandas e direitos conquistados. Todavia, com as adversidades e crises econômicas que abateram o Ocidente e o mundo, a partir dos anos 1970 (as crises do petróleo, as quedas nas taxas de acumulação e crescimento econômico, por exemplo) coloca-se em questão os pilares do modelo de regulação e reprodução social até então hegemônico. Colocaram a necessidade de modernização das unidades produtivas e a redução do número de postos de trabalho. Com uma fábrica robotizada ou automotizada, com a expansão das empresas transnacionais

rumo a mercados dos países periféricos do sistema, na América e em outros continentes, têm início um processo de reestruturação das modernas sociedades capitalistas ocidentais (Harvey, 1999; 2005; Chesnais, 1997).

Tais mudanças, aliadas aos processos de terceirização, flexibilização das legislações trabalhistas (com a redução ou corte de direitos ou benefícios sociais) e conseqüente precarização das condições e relações de trabalho, contribuíram para a eliminação ou a reconfiguração de inúmeros postos de trabalho (Antunes, 2002; Castells, 2000; Mészáros, 2000). Assim, com tecnologias produtivas mais flexíveis e ágeis, necessita-se menos de força de trabalho humana e, por extensão, o trabalho perde gradualmente, sua centralidade como categoria principal de análise sociológica e também, como princípio ordenador de práticas sociais e construção de identidades (Gorz, 1982; Offe, 1989; Senett, 2000). Ingressa-se dessa forma, numa fase de ‘acumulação flexível’ e opera-se um deslocamento fundamental de uma economia predominantemente industrial para uma economia de serviços⁶, calcada no desenvolvimento de tecnologias de informação, cujo manejo e domínio torna-se fundamental para trabalhadores e gestores do capital (ídem).

Uma outra conseqüência perceptível e já apontada por Bauman (1998; 2000) e Wacquant (1998; 2000) trata da formação e expansão de um enorme contingente de indivíduos que dificilmente terão acesso ou retorno ao mercado formal de trabalho. Simplesmente por não terem a qualificação e formação exigidas pelas empresas e conglomerados empresariais. Segundo Bauman (2005), representam um contingente que não desperta interesse nos principais agentes econômicos, por não terem condições de se inserir na sociedade de consumo (são “refugos” das sociedades modernas, conforme o sociólogo polonês). É um contingente que não experimenta ou não experimentou ainda a condição de assalariamento. É bem verdade que não surgiram no contexto contemporâneo ou com as mudanças recentes (Marx já no século XIX identificava a existência do que chamava de ‘lumpem proletariado’), porém sua tendência é aumentar (ídem).

⁶ Percebe-se que não há muito consenso entre os cientistas sociais, na maneira de definir e classificar a atual fase de desenvolvimento e reprodução das sociedades contemporâneas. Termos como “sociedade pós-moderna”, “sociedade da informação”, “sociedade pós-industrial”, “modernidade tardia” ou “alta modernidade” são alguns exemplos do caldeirão semântico e do desencontro taxonômico que vicejam atualmente nas Ciências Sociais.

Do ponto de vista propriamente ideológico e de orientação prática de governos, opera-se, na contemporaneidade, uma espécie de retorno de princípios e políticas calcadas numa releitura do liberalismo clássico, classificada como ‘neoliberalismo’. Para além dos xingamentos e palavras de ordem que distintos sujeitos vocalizam contemporaneamente quando usam o termo, nos interessam aqui, os efeitos que a adoção dos princípios liberais trouxeram e trazem para as principais instituições e mecanismos de regulação social. Princípios liberais levados a cabo por governos centrais do capitalismo como, a retirada gradual do Estado como agente indutor e interventor nas relações econômicas, a reforma e maior restrição na concessão de benefícios do Welfare State, bem como as já mencionadas mudanças legislativas ocorridas na esfera do trabalho já se fazem sentir.

Quando focamos os efeitos dessas mudanças nas sociedades do chamado Terceiro mundo ou da periferia do capitalismo, percebemos que tais metamorfoses assumem um caráter mais acentuado e diria até dramático. Primeiro porque não tivemos a experiência do Welfare State e todo o sistema de proteção social que ele propicia (para alguns autores como Santos (1998) tivemos sim, um ‘Estado de mal-estar social’!). Segundo, por que o processo de industrialização e urbanização em sociedades como a brasileira ocorreu bem tardiamente em relação a suas homônimas na Europa e na América Anglo-saxônica.

O mercado de trabalho na formação social brasileira, nunca conseguiu incluir formalmente a maioria da força de trabalho e nesse sentido, não estendeu a todos os benefícios de uma legislação trabalhista (Antunes, 2002; Paranhos, 1999, Carvalho, 2005). Portanto, o Brasil tem pouco mais do que meio século, como sociedade urbano-industrial. O Estado enquanto instituição impessoal que deveria oferecer, de modo universalista, proteção e mecanismos de ascensão e reconhecimento social o fez e faz de maneira precária (Antunes, 2002; Carvalho, 2005). Pode-se dizer que, pelo fato de o Estado não incluir a todos ou a maioria da população brasileira (os segmentos populares, em específico) formalmente no mercado de trabalho nem oferecer educação de modo satisfatório e universalista (ao menos até a década de 1980), o processo de socialização e construção de laços interativos e identitários segue uma outra via. Refiro-me aos laços familiares e de vizinhança (o local em que se vive constitui-se em componente importante da identidade individual) que têm papel fundamental na proteção social e na própria socialização de amplos segmentos sociais (Zaluar, 1989; 2000; Soares, 2004; 2000).

Não busco aqui negar a importância e a centralidade da categoria trabalho como aglutinadora do social ou como atividade humana fundamental para a reprodução social, no Brasil. Embora, do ponto de vista objetivo, concreto, não tenha ocorrido ou não haja ainda, a inclusão formal da maioria da população brasileira no mercado de trabalho, este permaneceu, durante um lapso histórico considerável, como representação social predominante e unificadora do social. Vale dizer, ao menos no âmbito do imaginário social, o trabalho permaneceu como principal ‘alvo’ de expectativas, como principal mecanismo simbólico fornecedor de respeito e honra, fundamentalmente para os segmentos populares (Zaluar, 1989).

As conseqüências que tais transformações trouxeram para o Brasil e para o mundo, não se limitam à dimensão objetiva, concreta, como o aumento do desemprego, o fechamento ou transferência de fábricas, que se relacionam com os processos de exclusão, marginalização econômica e social e o aumento da informalidade como estratégia de sobrevivência de amplos segmentos sociais (Antunes, 2002). Quando o trabalho deixa de ser componente hegemônico ou determinante de organização e estruturação do social, dando um sentido integrativo, de unidade, e fornecendo referenciais simbólico-valorativos aos sujeitos, que são determinantes na composição identitária e orientação de condutas de diversos grupos e classes sociais, os efeitos se fazem perceber (Porto, 2000; 2002). Um deles é a configuração de uma estrutura social atomizada, fragmentada e sem “pontos fixos” de referência simbólica (Porto, 1997). Sobre o mesmo aspecto, Santos (2002) argumenta que:

“Na era do globalismo, estamos diante de processos de uma massificação, paralelos a processos de individualismos, que trazem uma pluralidade de códigos de conduta ...”
(Santos, 2002: 23)

Desse modo, rompe-se a consciência coletiva de integração social, com um declínio dos valores coletivos e seus respectivos laços de sociabilidade, intensificando-se o fenômeno de desfiliação social (Castel, 2000). E também ocorre pouco a pouco uma

ruptura das relações que “cimentam” as identidades, bem como desaparece ou reduz-se a possibilidade de reconhecimento da alteridade, enfraquecendo os vínculos sociais entre o “eu” e o “outro” (Santos, 2002). Parece proliferar e ganhar força uma nova variante do individualismo, calcada acentuadamente no consumo de bens materiais socialmente valorizados e capazes de fornecer elementos simbólicos que denotam distinção (Barbosa, 2006; Lipovetsky, 2004). Assim, a moda e a frequência permanente aos shopping centers como principal espaço de encontro e interação social apontam para mudanças importantes nas formas de sociabilidade contemporâneas. Cumpre ressaltar porém, que já no século XIX europeu, Emile Durkheim havia percebido e analisado o comportamento individualista, em plena sociedade industrial florescente, bem como Baudelaire e Benjamim já haviam destacado a importância que o consumo começava a adquirir, como atividade social. Tais análises e observações sobre o consumo e o individualismo passam-se num contexto em que as relações capitalistas de produção estão em vias de consolidação e o processo de racionalização e de autonomização das esferas de ação social, destacado por Weber, também em franco desenvolvimento.

Esses mesmos processos analisados a partir do contexto contemporâneo, como já apontado anteriormente, assumem novas nuances. O capitalismo, enquanto forma de organização e gestão da produção de riquezas e suprimento de necessidades materiais, já passou por várias transformações desde o século XIX, passando atualmente por uma nova revolução científico-tecnológica, cujos efeitos alguns, pelo menos, apontei acima. Com relação ao processo de racionalização, instituições como o Estado exercem uma forma de controle altamente burocratizada, calcada em estatutos e regras impessoais. Destaco ainda que instituições, como o próprio Estado, associações como os partidos políticos, voltados para a disputa do poder estatal, a classe social enquanto forma de definir a posição dos indivíduos na estrutura social, estão em crise.

O Estado por exemplo, não tem total poder de controle e determinação sobre as empresas capitalistas transnacionais e sobretudo, em sociedades periféricas não detém totalmente o monopólio do uso da violência. Os partidos políticos não conseguem por exemplo, atrair tantos indivíduos ou grupos sociais, enquanto forma de associativismo como conseguem as organizações não-governamentais ou movimentos sociais. E por fim, do ponto de vista subjetivo, significativo, as classes sociais não aparecem tanto como

coletivo que agrega e reúne indivíduos que compartilham a situação de assalariamento e a identidade de “trabalhador”. Entretanto, admito nessa dissertação, que as formas de estratificação econômica ainda são fundamentais para apontar e situar os membros de uma determinada sociedade na estrutura de suas relações de poder simbólico e material. “Ser pobre” ou “ser rico”, para usarmos termos do senso comum, ainda expressa lugares, posições sociais, além do (não) acesso a determinados espaços e estilos de vida. Pode caracterizar ainda situações de desigualdade social, bem como fator potencializador de tensões e conflitos. Mesmo assim, já há algum tempo as classes deixaram de ser o principal mecanismo que aciona identidades e solidariedades, que denota um projeto em comum de mudança ou de manutenção da ordem social (a “consciência de classe”, tratada por Marx em suas obras).

Por outro lado, gestam-se diferentes arranjos societários, centrados em esferas diversas de ação social, como a religiosa, a sexual, a étnica, entre outras, cada uma com uma ética ou lógica de ação específica (Porto, 2000; 2002). Configuram-se então, espaços sociais atravessados por múltiplas lógicas de ação, não necessariamente centrados no trabalho, que utilizam de recursos diferenciados de atuação, entre as quais as múltiplas formas de violência (Porto, 2000; 2002). Emergem, inclusive, formas de sociabilidade violentas (Porto, 2002; Machado da Silva, 1995; 2004). Tais formas de sociabilidade quase sempre vêm associadas com uma espécie de ethos calcado na virilidade e na força masculina⁷ (ver Soares, 2000; Zaluar, 1996), uma espécie de retorno diacrônico do ethos guerreiro que Elias apontou em seus estudos sobre a formação e evolução do processo civilizatório no Ocidente.

As formas de atuação e interação violentas, presentes em agrupamentos juvenis, como as gangues, galeras, jovens lutadores de jiu-jitsu, além de manifestações de ódio e de construção de “estilos de masculinidade” são casos típicos, no Brasil e em outros países, em que a violência aparece como lógica de ação, linguagem e recurso fundamental para construção de identidades (Diógenes, 1998; Cecchetto, 2001). Tais formas devem ser

⁷ Martins (2000) observou em sua pesquisa sobre a influência da identidade de gênero na relação entre homens e mulheres, de distintas posições sociais e econômicas, como os homens originários dos segmentos populares, com baixa escolaridade, recorrem com mais frequência a mecanismos simbólicos ligados ao uso da força e afirmação da virilidade e potência sexual do que seus pares dos segmentos médios. Para o sociólogo, tal se deve principalmente pela precária oferta de elementos materiais e simbólicos positivos (dinheiro, bens como o carro, alta escolaridade, emprego que traga algum reconhecimento, por exemplo) que possam ser acionados e usados na construção de sua identidade.

compreendidas como fenômenos contíguos, com relativa autonomia, em relação às transformações estruturais, descritas nas linhas anteriores. A violência torna-se prática instrumentalizada, despolitizada, fruto dessa pluralidade de valores e configurações sociais, resultante ou em relação com os processos de transformação social e econômica, no contexto nacional ou internacional. É nesse processo dinâmico e contraditório de fragmentação social e cultural contemporâneo que os sentidos sociais do fenômeno da violência devem ser buscados. Porém, de imediato, é necessário admitir que não basta remeter às determinações econômicas e políticas as causas diretas dos fenômenos de violência, a criminal em especial. Só indiretamente elas atuam como causas ‘eficientes’ das manifestações de violência que percebemos no cotidiano (Santos, 2002). Torna-se fundamental “achar” ou desvendar as instâncias de mediação entre as práticas e estruturas sociais (idem, 2002).

Um outro processo não mencionado ainda nesse espaço, é aquele ligado diretamente à produção e difusão de bens simbólicos que contribuem de maneira significativa para a homogeneização e padronização dos hábitos, costumes e estilos de vida. Deve-se mencionar no entanto, que tal processo é contraditório, ambíguo, carece de maior cuidado por parte do cientista social ao investigá-lo. Se por um lado é perceptível a hegemonia política, bélica e até cultural de um reduzido grupo de Estados-nações, dentre eles o estadunidense, por outro, grupos ou segmentos, culturais, étnicos também se utilizam das novas tecnologias e “ferramentas” que o processo de transnacionalização oferece. O consumo desempenha um papel fundamental nesse processo de integração e homogeneização de gostos, estilos. Visões ou análises de cunho moral pouco contribuem para perceber sua real dimensão no interior das relações sociais. A moda, por exemplo, que é tida como esfera do fútil, do efêmero, desempenha um papel importante, segundo Lipovetsky, na construção de identidades, na busca de reconhecimento social e na demarcação das individualidades no contexto (pós) moderno. O consumo assume então, o papel de um dos símbolos de uma sociedade democrática. Ressalto no entanto, que a difusão de padrões ou modelos culturais oriundos de determinada civilização ou formações sociais também podem trazer como uma de suas possibilidades, a emergência de fricções ou conflitos (Canclini, 2003; Castells, 2001).

Tais imagens e modelos culturais muitas vezes constroem representações preconceituosas sobre determinados segmentos sociais ou práticas culturais. Exemplos como o islamismo e seus praticantes, as populações autóctones da África e da América muitas vezes representadas como ‘selvagens’, terroristas, inferiores culturalmente. E também pode funcionar como potencializador de conflitos e tensões (Hall, 2002). Independente do juízo valorativo que se faça, a crise diplomática suscitada pela publicação de charges cômicas em jornais europeus fazendo escárnio com figuras associadas aos muçulmanos é um exemplo.

As práticas de violência que presenciamos ou percebemos cotidianamente, seja vivenciando-as ou através dos meios de comunicação, inserem-se em uma rede de dominações que é engendrada conforme as condições diversas de classe, gênero, etnia, religião, faixa etária, entre outras, que definem os múltiplos sujeitos ou agentes sociais. Nessa rede se dá a configuração de uma teia de exclusões sociais e simbólicas, possivelmente sobrepostas, na qual, por exemplo, manifestações de preconceito racial se entrecruzam com marginalização no mercado de trabalho, entre outras formas de exclusão ou invisibilidade social (Santos, 2002). Nesse sentido, torna-se imperativo identificar que sujeitos sociais produzem essas redes, observando-se os contextos e circunstâncias de sua ocorrência ou manifestação particular, suas novas lógicas de ação e, principalmente, a natureza das interações sociais a elas subjacentes, que incluem a violência como prática instrumentalizada (Porto, 1999). Tarefa e desafio nada simples para a Sociologia e as Ciências Sociais como um todo, no contexto atual.

O sociólogo alemão Norbert Elias, embora não tenha feito propriamente análises dos desdobramentos tardios da modernidade como os diversos autores mencionados, possui algumas contribuições importantes para se pensar a atual configuração sócio-histórica, em especial nas formações sociais ocidentais. Segundo Elias (1993; 1997), a ‘salvaguarda’ dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas para se manterem. Uma delas é o exercício da autodisciplina, relativamente estável, que depende da manutenção das atuais condições de reprodução social (valores, instituições, internalização de valores e comportamentos, entre outros aspectos). Inclui ainda, a resolução pacífica de conflitos intra-estatais, recorrendo a

instituições criadas no bojo do desenvolvimento e consolidação do Estado moderno e do processo civilizatório.

Penso que um dos aspectos mais originais de sua obra, já tornada clássica, sobre o processo civilizatório no Ocidente, está no fato de Elias ter percebido nas suas investigações que a formação e consolidação de uma sociedade pacificada não depende unicamente do papel coercitivo e centralizador (na administração de conflitos) do Estado, ao exercer o seu monopólio legítimo do uso da violência. Mas, fundamentalmente do desenvolvimento de um mecanismo de autocontrole psíquico, emocional, baseado na internalização de valores e cursos de ação menos afeitos ao uso da violência ou da força, como destaquei anteriormente (Elias, 1994; 1997; 2000).

O pensador alemão ressalta que jamais, em todo desenvolvimento da humanidade, tantos milhões de indivíduos viveram, como nos tempos modernos, relativamente em paz uns com os outros, como se observa nos Estados modernos atuais (Elias, 1997). Segundo Elias,

“...vivemos numa forma de organização social onde os governantes tem a sua disposição grupos de especialistas que estão autorizados a usar a força física em emergências e também a impedir outros cidadãos de fazerem o mesmo...” (Elias, 1997: 162).

Todavia, segundo Elias, o processo civilizatório que trouxe essas transformações profundas na estrutura das personalidades individuais não foi um processo linear e teleológico e, principalmente não é irreversível. Elias (1993) aponta, de forma incisiva, que a pacificação interna pode passar por instabilidades e abalos, inclusive com mostras de barbárie e brutalidade. Ela é ameaçada a todo o momento, tanto por conflitos sociais quanto por pessoais. Penso que tal consideração é fundamental para refletirmos sobre as formas de incivilidades que volta e meia angustiam e atordoam distintos segmentos sociais na contemporaneidade. Considere-se por exemplo, as práticas criminosas socialmente condenáveis, perpetradas por jovens no Brasil. O caso amplamente noticiado de um garoto de seis anos de idade arrastado por sete quilômetros aproximadamente, preso a um carro

pelo cinto de segurança despertou comoção social, os protagonistas eram jovens da periferia carioca⁸.

Em outro estudo, Elias (2000) investiga a lógica de produção social da estigmatização e distinção social. Ele constata que determinados grupos sociais só podem estigmatizar outros com eficácia, quando estão bem instalados em posições de poder das quais o grupo ou segmento social estigmatizado está excluído. Não necessariamente ocupando posições de mando político ou econômico, como mostra Elias. Fatores como tempo de moradia e inserção em um dado grupo, localização do espaço de residência, posição profissional, práticas cotidianas (que lugares frequenta, como se comunica, por exemplo), lugar de origem (espacial e socialmente), status ou reconhecimento social que goza junto ao grupo tem papel relevante nessa ‘sociodinâmica’ da estigmatização.

Um último elemento teórico de Elias relevante para se compreender minimamente a lógica de produção das diferenças, trata da auto-imagem que o grupo excluído constrói. Segundo o sociólogo alemão, as construções e representações preconceituosas, discriminatórias, carregadas de elementos negativos acerca da identidade e das práticas dos grupos ou segmentos estigmatizados, com frequência penetram na auto-imagem que estes constroem de si. Em outras palavras, pode ocorrer dos indivíduos ou grupos discriminados incorporarem e/ ou assumirem como valor ou como argumento legítimo, portanto uma “verdade”, conteúdos simbólicos fruto de uma elaboração arbitrária cultural ou efeito de uma relação de violência simbólica.

Levando em conta os argumentos de Elias, arrolados anteriormente, tirados de Elias, será que, em virtude dos recentes e dos não tão recentes fatos ou eventos ocorridos envolvendo atos de brutalidade ou violência explícita, amplamente noticiados pela mídia, estaríamos no limiar de uma “Era do vazio”? Uma fase histórica em que os valores se erodiram, em que prevaleceria o ‘frio’ cálculo utilitarista como lógica valorativa no comportamento dos indivíduos ?

O sociólogo Gilles Lipovetsky (2005; 2006) oferece uma contribuição no mínimo intrigante para se pensar os sujeitos e as práticas sociais contemporâneas. Diferente de boa parte dos cientistas sociais, Lipovetsky não ‘enxerga’ ou percebe com pessimismo a fase atual da modernidade. Segundo o pensador francês, o Ocidente passa atualmente por uma

⁸ Ver revista VEJA 19/04/07, jornal Folha de São Paulo 23/04/07.

mutação histórica nos seus modos de socialização e de individualização, processo esse ‘inédito’. Passamos por uma segunda “revolução individualista”. A primeira, que corresponde ao enfraquecimento ou erosão das instituições e práticas sociais das sociedades tradicionais, pré-modernas e se expressa na emergência da representação do indivíduo como ser racional, autônomo, construtor de sua própria trajetória. E ainda, com outras formas de filiação identitária diferente do período anterior.

Nesse sentido, o indivíduo moderno, egresso de uma sociedade onde o peso das tradições era bem maior, também sofre coações, interditos. Segundo Lipovetsky, a primeira modernidade estruturou-se como imaginário do dever e do homogêneo (trabalho, família e religião tiveram papel fundamental). A ‘idéia’ de um imperativo moral serviu de cobertura para a imposição de visões de mundo e para a exclusão ou marginalização de grupos ou indivíduos que de algum modo postularam “modos alternativos de vida”. Predominou, segundo Lipovetsky, uma espécie de ‘moral rigorista’, em que as idéias ou representações de sacrifício, castigo, obediência e recompensa davam a tônica das práticas e do imaginário social (Lipovetsky, 2005). Como a experiência sócio-cultural da modernidade tem como marca de nascença ou pecado original o constante revolucionar das instituições, das relações sociais (fato já apontado por teóricos sociais do século XIX como Marx e Toqueville), mais uma vez as formações sociais contemporâneas são abaladas.

Vivenciamos no contexto contemporâneo o fim de uma época de valorização do sacrifício e de condenação do prazer, a derrocada de uma moral rigorista e o surgimento de uma era ‘pós-moralista’, do ‘vazio’. Mais do que uma ausência, um vácuo, o vazio representa um novo conteúdo. Numa sociedade liberada do sacrifício, a ética ou lógica valorativa faz-se do mínimo indispensável à coesão social e ao respeito ao outro. Lipovetsky usa sem maiores veleidades o termo ‘pós-modernidade’ para caracterizar o período contemporâneo. Segundo ele, a pós-modernidade consagrou a possibilidade de viver sem sentido, mas de apostar na construção permanente de sentidos múltiplos, provisórios, individuais, grupais ou simplesmente fictícios, imaginados.

O indivíduo pós-moderno, defende com entusiasmo Lipovetsky, ‘ganha’ o direito de ser absolutamente ‘si mesmo’, de se pautar por valores hedonistas, de dar um novo sentido a autonomia de construir/ escolher a sua identidade. Afinal, vivemos numa sociedade *self service*, em que o consumo como dimensão fundamental das sociedades atuais faculta ao

indivíduo e grupos sociais escolherem e produzirem estilos, singularidades culturais, identitárias (Lipovetsky, 2005). Vale lembrar, aliás, que Lipovetsky é autor de um dos mais originais estudos sobre a moda e sua relação com o processo de personalização ou individualização que atravessa o Ocidente desde ao menos, o ocaso da chamada Idade Média (1998). Para além das análises moralistas e normativas sobre o campo da moda, Lipovetsky mostra, entre outros aspectos, como esta em seu desenvolvimento, trouxe para amplos segmentos e grupos sociais, a possibilidade de se diferenciar através do vestuário e objetos (cores, tipo de tecido). E nesse sentido, produzir a diferenciação ou distinção social de modo mais dinâmico e democrático (idem).

Voltando a sua análise do contemporâneo, diz Lipovetsky que na sociedade ‘pós-moderna’, o individualismo hedonista e personalizado tornou-se legítimo e já não encontra tantos interditos ou barreiras sociais ou morais. A sociedade ‘pós moderna’ é aquela em que reina a indiferença de massa, na qual predomina o sentimento de repetição e estagnação, na qual o processo de construção da autonomia individual ou coletiva avança por si mesmo, sem precisar se apoiar de modo determinante em instituições tradicionais. Lipovetsky percebe que as formações sociais contemporâneas são ‘ávidas’ pela realização pessoal imediata, perde-se um pouco a idéia de projeto existencial como forma de delimitar a trajetória individual, marcado por sacrifícios e autocontenção na busca de um futuro radioso, compensador. O consumo tem papel fundamental nesse contexto. Aliás, segundo o pensador francês, estamos destinados a consumir cada vez mais objetos, informações, esportes, viagens, investir em formação e novas relações sociais, música e cuidados médicos (Lipovetsky, 2006).

Lipovetsky vaticina: a sociedade ‘pós-moderna’ representa a “apoteose” do consumismo. Nem surtos de recessão ou crise econômica, nem a crise energética (em virtude do já previsto esgotamento do petróleo como principal fonte de energia), nem a consciência ecológica ameaçam o consumismo. O autor identifica ainda alguns traços típicos da sociedade pós-moderna: crescente busca pela qualidade de vida, ‘paixão’ pela personalidade, sensibilidade ecológica, enfraquecimento dos grandes sistemas de sentido (pátria, família, classe, partido), culto à participação e (auto) expressão; reabilitação do local e do regional, entre outros, denotam o ‘colorido’ contexto “pós-moderno” (Lipovetsky, 2005).

A sociedade ‘pós-moderna’ e sua (s) lógica (s) cultural (is) é (são) indutora (s) ou propiciadora (s) do aumento do individualismo. Tal sociedade também produz lógicas dualistas: percebe-se de modo simultâneo, lógicas de ação ou de valorização que privilegiam o consumo e/ ou a sensibilidade ecológica, o recolhimento intimista do indivíduo e/ ou sua satisfação em objetos ou situações de exposição ou participação simbólica, situações de exaltação pornográfica e/ ou de silencioso recato ou discrição. E nesse sentido, o individualismo sofre um processo de “atualização” narcisista, expressa na sensibilidade psicológica, desestabilizada e tolerante, centrada sobre a realização emocional de si mesmo, ávido de ‘juventude’, de esportes, de ritmo. Enfim, mais empenhado em se realizar continuamente na esfera íntima, privada do que em “vencer na vida” (Lipovetsky, 2005; 2006).

Mas como entender ou perceber melhor essa nova metamorfose do individualismo que Lipovetsky classifica “narcísico” ? O autor nos acalma, postulando que essa forma “pós-moderna” de narcisismo corresponde à suavização dos jogos políticos e ideológicos e ao ‘superinvestimento’ concomitante das questões subjetivas. Tal ‘superinvestimento’ leva os indivíduos a reduzir a carga emocional investida no espaço público ou nas esferas transcendentais (vale lembrar, a espiritualidade e a busca de soluções mágicas ou místicas prevalece) e, correlativamente, a aumentar as prioridades na esfera privada (Lipovetsky, 2005).

Verifica-se de um lado a retração dos objetivos universais (típica do ideal igualitário que predominou na fase das revoluções políticas liberais) e, por outro, o desejo de estar entre os ‘idênticos’, junto aos indivíduos que compartilham as mesmas preocupações imediatas e circunscritas. O narcisismo, em sua expressão atual, não se expressa apenas na auto-absorção hedonista, mas também pela necessidade de se reagrupar com seres “idênticos”, não só para se tornar útil e exigir novos direitos, como também para se ‘libertar’ de imperativos morais, interditos.

Encerro a contribuição de Lipovetsky com sua constatação de que a emergência do individualismo narcísico expressa uma fase ou processo contemporâneo de psicologização do social e do político, do cenário ou espaço público em geral, enfim na subjetivação de todas as atividades antes impessoais ou objetivas. Também definido por Lipovetsky como processo de personalização, ele abarca e atravessa os programas partidários, a busca de

maior espiritualidade, a filiação voluntária em grupos ligados a práticas lúdicas ou de consumo, por exemplo (Lipovetsky, 2005; 2006). Embora, possuam um caráter relativamente ensaístico, daí a prudência aqui adotada, os argumentos de Lipovetsky funcionam como *insights* importantes para esta pesquisa por sua originalidade.

3.1.1. Identidade e sujeito (pós) moderno: rumo a um ‘self’ fragmentado ?

Tratarei agora de uma outra dimensão da modernidade tardia que já mencionei em algumas passagens anteriores de forma ligeira, mas que cabe focá-la de modo mais detalhado. Refiro-me à ‘questão-problema’ da identidade. Se a modernidade pode ser caracterizada como um processo ‘sem fim’ de rupturas e fragmentações internas, conforme já apontou Harvey (2002), as formas de identidade e/ou identificação não ficam imunes a esse processo. Tal tema tem sido alvo de investigação e problematização por parte de inúmeros cientistas sociais que, perplexos buscam desvendar algumas pistas e ‘sinais’ da configuração identitária contemporânea (Hall, 2002; Giddens, 2002; Maffesoli, 2004; Bauman, 2000; 2005). E é com base em alguns dos apontamentos e argumentos desses autores que apoiarei esse item.

A primeira (desconfortável !) constatação trata do “deslocamento” ou “descentramento” das formas de identidade moderna (Hall, 2002; Giddens, 2002). Como já apontei em item anterior, as mudanças estruturais que vêm atravessando o mundo contemporâneo, em especial o Ocidente nos últimos trinta anos, abrem a possibilidade de emergência de novas lógicas identitárias e de ação. Tais possibilidades são resultado de um processo de fragmentação social e cultural ‘planetário’ (Machado da Silva, 2004; Porto, 2002). Conforme Hall:

“...As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado...” (2002: 7).

Mas será que tal processo ocorre de modo ‘pacífico’, sem sobressaltos para os indivíduos ou para grupos? Infelizmente não. Com o ‘embaralhamento’ ou diversificação das formas de pertencimento ou filiação social, percebe-se tensões entre as dimensões local e global, do social (Giddens, 2002). Ou seja, há uma interconexão entre as transformações de grande amplitude, globais, já tratadas anteriormente, com a dimensão cotidiana, ‘micro’, da esfera propriamente privada, íntima dos indivíduos (idem). Algo que se supunha fixa, coerente, estável (a identidade) é deslocada pela experiência da dúvida e incerteza (Giddens; Hall, 2002). Esta se torna algo provisório, problemático e variável, inserida num ‘turbilhão’ desconcertante e cambiante de possibilidades de filiação identitária (idem). Talvez fosse mais coerente e ‘funcional’ falar de identidades, no plural.

Vale dizer, impelidos a escolher, construir, sustentar, negociar e exhibir quem devemos ser ou parecer, os indivíduos e grupos sociais lançam mão, de maneira estratégica, de uma variedade ‘fenomenal’ de recursos materiais e simbólicos, selecionados, interpretados e disponibilizados pela publicidade, pela moda, pela indústria da beleza e pelos sistemas de comunicação globalizados (Filho, 2006; Lipovetsky, 2005). “Fim do sujeito”, “sujeito ou identidade a deriva”, “sujeito pós-moderno”, são alguns termos utilizados por analistas afoitos em caracterizar tal fenômeno. Às vezes em tom moralista, às vezes em tom apocalíptico, percebe-se um certo pesar ou saudosismo com as mudanças na forma de construção das identidades. Esquece-se do caráter instável, contraditório da modernidade, do seu constante ‘revolucionar’ de instituições e relações sociais, um período e experiência sócio-cultural em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, conforme Berman (1995), reforçando (com ironia !) Marx. Daí ser necessário um breve resgate da trajetória moderna do processo de construção e percepção da identidade.

Segundo Giddens (2002) e Filho (2006), a modernidade ‘liberta’ os indivíduos de suportes e enquadramentos rígidos, tradicionais. Estruturas e instituições como a família a religião, por exemplo, numa sociedade pré-moderna ou tradicional legam aos seus componentes das gerações mais novas, uma posição social, um conjunto de valores e preceitos construídos e consolidados fora da esfera de escolha do indivíduo. Os papéis sociais, a trajetória biográfica são dados e assegurados por formas comunitárias de associação humana, quase não há a possibilidade de mobilidade social. Tradição e

autoridade falam mais alto. A construção da identidade é dada pelo pertencimento a um clã, família ou estamento específico, com relativa estabilidade, permanência.

Com o advento da modernidade, a desagregação ou metamorfose dessas instituições e formas cristalizadas de interação social alteram radicalmente os processos de identificação. Hall, por exemplo, ressalta que transformações como a Reforma Protestante, o humanismo renascentista, a unificação e consolidação do Estado moderno, as revoluções científicas, além do Iluminismo ‘trincam’ drasticamente a antiga estrutura social no Ocidente e fortalecem sobremaneira a idéia ou concepção de indivíduo entendido como entidade social autônoma. Tal processo não se dá sem ambigüidades. Ao se criar condições de autonomia e libertar os indivíduos das hierarquias e posições sociais rígidas, também lhe é subtraído ou enfraquecido instituições ou formas de associativas que lhe forneciam segurança e um sentido coerente para sua existência.

Instituições como a família e a religião são ressignificadas ou ‘reposicionadas’ na estrutura social (o modelo de família valorizado é o nuclear, a religião passa a disputar com a ciência a legitimidade para explicar fenômenos sociais e naturais). O indivíduo, ao ganhar autonomia, passa a ser percebido como ser social portador de escolhas, como racional e, portanto, principal construtor do seu “self”, da sua personalidade, de sua própria trajetória existencial (a expressão inglesa “self-made-man” traduz claramente o entusiasmo dessa primeira fase da modernidade)⁹ (Hall, 2002; Giddens, 2002). Segundo Hall (2002), o indivíduo, essa entidade singular, única e distinta, típica da modernidade, também é percebido como sujeito possuidor de um núcleo ou essência interior que é o seu “eu real”. A sua identidade cumpre um papel de preenchimento de espaço entre o seu “interior” e “exterior”, ao propiciar a possibilidade de internalização dos significados e valores tornando-o parte de um “nós”. A identidade cumpre um papel de “costurar” o sujeito à estrutura.

Todavia, como se sabe, a modernidade é marcada mais por descontinuidades do que por permanências e aquela relativa estabilidade identitária, propiciada pelo trabalho e também por outras instituições como a família e o Estado, já se sentiram estremecidas com a fase tardia da modernidade. Hall identifica evidências e sinais de um afrouxamento dos

⁹ É impossível não mencionar o trabalho pioneiro de L. Dumont (1986), ao fazer um estudo comparativo entre a sociedade hindu (holista) e a sociedade ocidental moderna (individualista), em que mostra de forma rigorosa como a idéia de indivíduo se constitui e se desenvolve como valor fundamental no Ocidente..

fortes laços identitários com a cultura nacional e concomitante reforço de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do Estado-nação, como etnia ou religião, por exemplo. Segundo ele,

“...quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas-desalojadas-de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem ‘flutuar’ livremente...” (Hall, 2002: 75).

Emerge, segundo Hall, uma estrutura social, de alcance global, ‘deslocada’, cujo “centro” é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder, sem um princípio articulador ou organizador único (ídem).

Como já ressaltai, o caráter ambíguo, contraditório e descontínuo da modernidade nos permite problematizar e desconfiar interpretações ou análises apressadas, diria de “mão única”, que identificam uma tendência num fenômeno social em pleno andamento ou manifestação. Penso que não é esse o caso de Stuart Hall, porém podem-se identificar processos até certo ponto, na contramão do que Hall observa. O reforço por exemplo, do nacionalismo nos Estados Unidos pós-11 de setembro, a relevância que o Estado-nação possui ainda hoje, uma espécie de “*revival*” de seitas ou religiões de cunho místico ou encantadoras da realidade social, são alguns exemplos.

Penso ser incontestável, a hegemonia estadunidense no campo político, econômico, bélico e até cultural. Porém, considero duvidoso ou em grande medida simplificador, fazer crer, como alguns analistas ou expoentes da chamada “opinião pública” (e também alguns autores marxistas ou esquerdistas) que o governo estadunidense é o principal responsável por essas mudanças estruturais que acometem o mundo atualmente, em especial as sociedades ocidentais. Não perceber a complexidade do social, a impossibilidade de um único ator “manipular o mundo”, como se manipula uma marionete, é desconhecer o fluxo inesgotável de eventos que caracteriza a realidade. Penso que tal apontamento se aplica tanto à teoria sociológica quanto a ensaios de intervenção prática. Ao se abrir a caixa de Pandora dificilmente se controla os “demônios” daí liberados !

Tratando ainda da questão da identidade, Giddens (2002) ressalta sobretudo, a importância que a reflexividade assume nas sociedades modernas contemporâneas, principalmente na construção ou escolhas que o “self” faz. Giddens defende que todas as dimensões da vida social e das relações materiais são suscetíveis de revisão intensiva à luz de novo conhecimento ou informação produzido por alguma instituição de pesquisa ou científica. Segundo ele, com as novas formas de experiência mediada, propiciadas pela modernidade tardia, a auto-identidade torna-se um empreendimento reflexivamente organizado. Significa dizer que, com a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de “autoridades” (o que chama de sistemas abstratos), a escolha de estilos de vida é cada vez mais importante na constituição de uma identidade individual. Diferente dos contextos pré-modernos, tradicionais, na “alta modernidade” torna-se possível e comum o planejamento de vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração de possíveis riscos, ‘filtrados’ pelo contato com o conhecimento especializado fornecido pelos sistemas peritos (Giddens, 1995; 2002).

O sociólogo inglês reconhece a existência de três eixos estruturantes ou elementos característicos da modernidade tardia: 1) a separação de tempo e espaço, que envolve o desenvolvimento de uma dimensão “vazia”, abstrata do tempo; 2) o desencaixe das instituições sociais, que expressa o “descolamento” das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo; 3) os sistemas peritos, que são depositários da confiança dos indivíduos ou grupos sociais e que estão presentes nas “invenções” ou objetos derivados do conhecimento científico ou tecnológico.

Não pretendo nessa dissertação fazer um resgate detalhado, minucioso das argumentações de Giddens, mas sim apontar alguns elementos teóricos importantes para discussão que faço sobre a construção das identidades na contemporaneidade. E nesse sentido, para Giddens, a modernidade tornou-se um empreendimento de alto risco. Num mundo cada vez mais interligado com redes de comunicação e trocas econômicas, a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos e sobre as intimidades do “eu” se torna cada vez mais comum. Riscos de alta conseqüência como uma catástrofe ecológica, o colapso do sistema econômico ou um desastre nuclear podem colocar em questão a continuidade da espécie humana no planeta. São riscos por exemplo que nossos antepassados não enfrentaram (idem, 1995; 2002).

Quando se trata propriamente da construção da identidade, Giddens constata que os sistemas abstratos (formados pelas fichas simbólicas e por sistemas peritos) passam a estar centralmente envolvidos não só na ordem institucional da modernidade, mas também na formação e continuidade do “eu”. Especialistas como psicólogos, médicos, pedagogos tem um papel importante no processo de formação da personalidade, do comportamento, enfim, na socialização e sociabilidade dos indivíduos. Todavia, o sociólogo inglês também constata o acesso diferencial que indivíduos e grupos sociais tem às formas de auto-realização e de acesso ao poder. Ou seja, a modernidade também produz diferença, exclusão e marginalização, cria mecanismos de supressão de uma construção e realização autônoma, reflexiva das identidades (ídem, 1995; 2002).

Giddens, ao teorizar sobre a escolha ou filiação a algum estilo de vida, também se refere a decisões tomadas e cursos de ação seguidos em condições de severa limitação material. Tais decisões ou escolhas de estilos de vida também podem algumas vezes, envolver a rejeição mais ou menos deliberada das formas mais amplamente difundidas de comportamento e consumo (ídem). Em concordância com Giddens, Zygmunt Bauman constata que se tornou algo endêmico, o imperativo de autoconstrução individual, uma vez que códigos e regras que sempre deram estabilidade aos agrupamentos humanos se “liquefazem” no momento atual. Ser indivíduo, para Bauman, na “modernidade líquida” significa aceitar uma responsabilidade inalienável pela direção e pelas conseqüências da interação social (Bauman, 2000; 2007).

Embora coincida com Giddens na constatação de que a emergência do processo de individualização assinalou um progressivo enfraquecimento, desintegração ou até ‘destruição’ de uma densa rede de vínculos sociais (dada pela ordem tradicional) que amarrava com força, a totalidade das atividades da existência individual e coletiva, Bauman discrepa em alguns aspectos. O sociólogo polonês acentua com muito maior ênfase as estratégias socialmente endossadas e recomendadas pelas sociedades ocidentais. Em especial o que chama de lógica do consumismo que, segundo ele, serve às necessidades dos homens e das mulheres em luta para construir, preservar e renovar suas individualidades. Para Bauman, a “luta” pela singularidade, pela distinção, se tornou o principal “motor” da produção e do consumo de massa contemporaneamente (Bauman, 2000; 2007). Daí reside o caráter até certo ponto dramático da “modernidade líquida” pois, uma economia do

consumo baseada na produção, comercialização e exposição publicitária de objetos ou bens também se caracteriza por ser uma economia de objetos de “envelhecimento”, saturação rápida e com veloz rotatividade. Ora, se como Bauman defende, o consumo desses bens se torna fundamental para construção de identidades ou individualidades, o seu rápido “envelhecimento” obriga os indivíduos a estarem constantemente buscando novos bens ou objetos de status e distinção para manter suas identidades “atualizadas”.

Segundo Bauman, *a singularidade [e a individualidade] é agora marcada [no período contemporâneo] e medida pela diferença entre o ‘novo’ e o ‘ultrapassado’*. Ser indivíduo numa sociedade de indivíduos custa dinheiro (2007: 36). Percebe claramente que o autor tem viés crítico em relação às sociedades de consumo atual. Mas cabe fazer um questionamento: será que o consumo realmente se transmutou na única ou principal forma de construção identitária? Não tenho a pretensão aqui de responder a tal questionamento, mas deve-se reconhecer a relevância que a esfera do consumo tem para as formas de sociabilidade contemporâneas.

Na seqüência, gostaria de ressaltar outros aspectos das reflexões sociológicas de Bauman que julgo relevantes para esse trabalho. O autor percebe ainda que uma “elite global”, composta por segmentos sociais e econômicos reduzidos da população do “mundo líquido moderno” tem acesso e possibilidade de escolher e “comprar” sua identidade. A individualidade passa a ser um “privilégio”, pois, poucos segmentos ou indivíduos tem condições de adquirir ou possuir os objetos e os recursos ou significantes simbólicos que estes portam (distinção ou reconhecimento social). De modo irônico, fala na emergência com a “modernidade líquida” da figura do ‘homo eligens’ (o homem que escolhe no mercado) para caracterizar a situação de busca identitária e existencial permanente na qual se encontram os “habitantes” do “mundo líquido moderno”. O mercado de bens, de consumo, segundo Bauman, entraria em “óbito” se o status social e a identidade dos indivíduos aparentassem estar seguros, estáveis e se suas realizações pessoais e propriedades materiais e simbólicas fossem garantidas e seus projetos existenciais se tornassem finitos (isto é, se findasse a eterna busca de realização pessoal-identitária e material).

Salvatore de La Mendola (2005), sociólogo italiano, também traz uma contribuição interessante para se pensar a questão do risco e do perigo nas sociedades contemporâneas.

La Mendola, ao se referir à fase atual da modernidade, defende que é preciso partir do pressuposto de que as situações de perigo e risco representam condições imanentes da vida individual e social. E, que faz em parte do conjunto de fatores que se interpõe entre as ações dos indivíduos e a tentativa de alcançar os resultados desejados, explícita ou implicitamente. Em outras palavras, as tentativas de afirmação de um “self” ou “eu” próprio, livre e responsável, atravessam percursos que, por definição, comportam um aumento do nível de perigo para os indivíduos.

Para La Mendola, são os jovens que aderem com maior intensidade à “cultura de risco” que caracteriza o contexto contemporâneo, por possuírem um sistema de disposições e esquemas valorativos mais afim ou “adaptado” a esse mesmo contexto. Ou seja, significa sentir uma confiança generalizada, derivada da própria condição social, cultural que facilita a constituição de um perfil ou estrutura de personalidade que se dispõe ao risco em várias dimensões ou esferas da vida social (La Mendola, 2005). Essa disposição ao risco não é expressão necessariamente de atividades autodestrutivas ou “desviantes”, pois por vezes tal processo se inscreve em práticas consideradas totalmente legítimas, do ponto de vista social.

O risco assume uma forma e relevância particular pra a fase juvenil, na medida em que representa a “primeira vez” de um processo de construção, experimentação e afirmação da própria identidade sem necessariamente recorrer a elementos ou “emblemas” simbólicos fornecidos pela família nuclear (idem). Processo esse de construção da autonomia cada vez mais fragmentado e ambíguo que, atualmente se realiza por meio de um prolongamento da transição à vida adulta, no âmbito de uma dinâmica geral de desinstitucionalização do curso da vida. Ou seja, aquelas instituições, “rituais” de passagem ou demarcação das fases da vida sofrem contemporaneamente de uma certa “elasticidade” ou flexibilidade típica de um contexto fragmentado e plural. Todavia, deve-se tomar o argumento anterior com um certo cuidado e relatividade. Pois, alguns segmentos sociais juvenis, como aqueles oriundos das periferias urbanas brasileiras, já experimentam desde cedo (de forma até dramática) a transição para a chamada vida adulta, com as responsabilidades e frustrações que tal papel social requer (Soares, 2000; Zaluar, 2004; Guimarães, 2005).

A juventude deve ser percebida como “zona de penumbra” em que badernas, brigas aparecem como forma de experimentação das normas sociais, das regras de respeito e boa

conduta, seus limites. Nesse sentido, a comunicação verbal, as experiências individuais em que o corpo tem papel fundamental, a dimensão das emoções, representam o terreno privilegiado do risco para os jovens, ainda na expectativa de ocupar um lugar seguro e de responsabilidade no “mundo dos adultos” (La Mendola, 2005). Assim, quando se fala em identidade (s) juvenil (s), deve-se levar em conta não só a condição socioeconômica dos jovens mas também as diversas orientações culturais que competem entre si, quais se tornam, com o tempo dominantes e como se relacionam com as outras (sub) culturas (idem).

La Mendola ao tratar da construção identitária dos jovens faz uma distinção entre os jovens que chama de “elite” e aqueles que chama de “excluídos”. Os primeiros são os que sentem com mais força os efeitos de desilusão das promessas de realização pessoal e sobre os quais pesam majoritariamente as ambigüidades e as ambivalências dos mecanismos sociais de premiação e valorização, provocando assim uma “quebra” na confiança e uma ênfase nas dinâmicas auto e heterodestrutivas. Significa dizer, o não acesso às posições sociais de destaque, aliada à frustração por não conseguir o desejado reconhecimento social, pode trazer como um dos efeitos, o ingresso em espaços ou práticas que podem resultar no fim precoce da trajetória existencial com a morte.

Já os “jovens excluídos” se encontram numa posição de marginalidade em relação aos trajetos institucionalizados de transição para a vida adulta. Vale dizer, não podem estender por muito tempo o período de formação escolar (como o ingresso e conclusão do ensino superior), se vêem na contingência de ingressar, mesmo de forma precária, no “mundo do trabalho” e não têm o acesso facilitado ao “mundo do consumo” (celulares, computador, dinheiro são objetos em que o acesso é relativamente restrito). Sua forma de ingresso em ‘percursos’ de risco tem características de maior destrutividade, segundo La Mendola (2005).

Outros segmentos sociais ou culturais também estão expostos ou vivenciam situações de risco ou perigo. A autonomia demonstrada por boa parte das mulheres, por exemplo, ao decidirem a terminar com relações conjugais insatisfatórias, desgastantes, se choca com o ethos machista, agressivo de muitos homens que acabam não aceitando o fim da relação/ união afetiva. Desse modo, as mulheres acabam sendo “punidas”, ao sofrerem violências de homens ‘deslocados’ por elas. Ainda assim, boa parte delas aceitou correr

esses riscos (de agressão, espancamento, morte, afastamento dos filhos) ao perseguirem a meta ou ideal de construção de uma subjetividade própria ou autônoma.

Segundo La Mendola, essa “cultura de risco”, essa necessidade de experimentação típica da atual fase da modernidade tardia vem acompanhada por uma demanda implícita por responsabilidade, mesmo naqueles grupos ou segmentos culturais ou sociais tidos como “irresponsáveis”. Para o autor,

“...percebe-se a emergência de uma concepção de ‘sacralidade’ do corpo e portanto, da própria pessoa, numa demanda por autodeterminação que se expressa particularmente”, no uso e na gestão do tempo e em termos de autonomia, na presença no ‘território’, nos espaços sociais e se verifica nos aspectos mais estruturais ligados à posse de um rendimento próprio, traduzindo-se em uma menor disposição para aceitar relações violentas, sobretudo no âmbito das relações pessoais e familiares...” (La Mendola, 2005: 72).

Com base nessas colocações, La Mendola faz uma dura crítica ao processo civilizatório ocidental que tem como uma de suas premissas o controle da agressividade e das emoções em geral, além da idéia de indivíduo coeso, racional, coerente na (s) sua (s) identidade (s) e práticas. O pensador italiano detecta um viés moralizante, normativo na resistência cultural que muitas instituições sociais e distintos atores opõe nas suas percepções ou representações sobre corpo, emoções, risco, imprevisibilidade. Segundo La Mendola, paralelo a esse ‘impulso’ à unidade e à coerência do indivíduo, experimenta-se no contexto contemporâneo, uma multiplicação dos circuitos sociais de pertencimento e de referência identitária (idem). Em outras palavras, todos são solicitados a assumir papéis adequados aos diferentes contextos institucionais em que se inserem, os quais se multiplicam de modo significativo.

La Mendola resgata a importância que as sensações e as emoções têm para a construção das identidades individuais e coletivas, bem como para a estruturação de suas experiências e suas práticas sociais. O autor ainda propõe uma interpretação original das experiências individuais ou grupais que envolvem o uso (e abuso !) de substâncias

entorpecentes ou alteradoras dos estados de consciência, como álcool, tabaco, maconha, ecstasy, entre muitas outras.

Embora as experiências com essas substâncias sejam moralmente vistas e percebidas com certa suspeição e progressivamente marginalizadas enquanto práticas ‘válidas’ socialmente (pelo menos para seus protagonistas), são importantes na construção da identidade por meio da experiência das emoções (La Mendola, 2005). Segundo o autor, o aumento do uso dessas substâncias, em especial pelos jovens, expressa um reforço ou retorno das experiências de transe (antes restritas ao contexto religiosos ou espaços do tipo ‘underground’, restrito a grupos reduzidos), nas quais variadas formas de vertigem são experimentadas através do corpo, dos sentidos.

Tende a ser relegitimada a busca por experiências de outros estados de consciência, de transe, e ao mesmo tempo são incentivadas tentativas de outra elaboração ‘conceitual’ e performativa do indivíduo (idem). No processo de construção de trajetórias e identidades, o crescimento e a difusão do consumo/ abuso de substâncias que modificam a percepção faz parte de um percurso de (re) afirmação da idéia de uma multiplicidade de “si-mesmos”, na expressão de La Mendola. O abuso seria portanto, um “filho” legítimo da modernidade, um filho que induz a fugir do impulso à coerência, unidade que é própria do período moderno.

A modernidade tardia e suas instituições passaram a administrar esse acentuado impulso para o risco, para a afirmação de si para além dos limites do racional, do previsível, apelando para a unidade e a coerência do indivíduo, por um lado e, tentando definir instituições sociais de regulamentação das incertezas, por outro (idem).

Com argumentos parecidos, Michel Maffesoli também deixa sua contribuição para essa dissertação. Segundo ele, na fase atual a modernidade (ou pós-modernidade, como define o autor) percebe-se uma profusão de afetos, sentimentos e excessos que nos dirigem, mais do que os controlamos. O excesso de impessoalidade, distanciamento nas relações sociais e homogeneização cultural (nas formas de comportamento, nos estilos de vida, nos gostos) cria condições para emergência de um fenômeno social característico da “pós-modernidade”: o neotribalismo, que se assenta na necessidade de solidariedade e proteção que atravessa todo o tecido social (Maffesoli, 2004).

Verifica-se, segundo Maffesoli, a expansão de um processo de fragmentação da vida social, em que não se percebe um “centro” discernível, preciso e sem “periferias”

nítidas., em termos de instituições hegemônicas unificadoras do social e fornecedoras de referenciais simbólicos e identitários. Nesse sentido, o neotribalismo representa o retorno ou surgimento de uma forma de associação humana que define como tribo. O fenômeno das tribos segundo Maffesoli, denota uma espécie de retorno ao local, de particularização ou redefinição das formas de filiação e pertencimento social. Mas a tribo, como forma de agregação social não tem um caráter fixo, rígido em termos dos vínculos sociais que são construídos. Ela é “viscosa”, flexível, móvel e pautada por afetos ou sentimentos intensos. São ‘microentidades’ baseadas na escolha e na afinidade. Se instituições como a família, a religião, o Estado e o trabalho não conseguem mais atender as demandas simbólicas e afetivas dos indivíduos, abre-se espaço para uma crise e a possível emergência de novas formas de sociabilidade. É que se percebe no contexto contemporâneo, segundo Maffesoli (2004; 2005).

Segundo o sociólogo francês, por uma questão moral ou de preconceito, muitos teóricos ignoram ou marginalizam a importância que a dimensão do afetivo, do emocional e do excesso possuem para a vida social (valoriza-se de modo predominante a figura do indivíduo autônomo, senhor de si, calculista, sem concessões ao extravagante, ao “irracional”). Em paralelo a esse a priori interpretativo, Maffesoli percebe um excessivo enfoque sobre o pretensível fenômeno do individualismo, como “lógica” determinante do comportamento social atualmente. Maffesoli considera tal constatação enganosa, pois não percebe os fenômenos de efervescência festiva, de celebração afetiva ou extática em que o indivíduo se perde ou se dilui na tribo (Maffesoli, 2004; 2005).

Aliás, o termo ‘indivíduo’, para Maffesoli é inadequado para captar a plasticidade do sujeito pós-moderno e dever-se-ia falar, na pós-modernidade, em ‘pessoa’ (persona), que desempenha diversos papéis no seio das tribos a que adere. Tal termo seria mais coerente com o fenômeno de fragilização e diversificação da identidade do indivíduo. Há uma predominância do tribal sobre o individual, em que se experimenta, segundo Maffesoli, uma espécie de ‘intensidade’, de ‘excitação’, algo que faz com que cada um só exista no e através do olhar do outro. Tal intensidade ou excitação se expressa nos momentos de celebração tribal, ‘fusional’ da pós-modernidade (idem).

Segundo Maffesoli, há uma infinidade de tribos e sua estrutura organizativa é idêntica, ou seja, são marcadas pela ajuda mútua, compartilhamento de sentimentos, afetos,

solidariedade entre os componentes. Assim, observa-se a proliferação de tribos religiosas, sexuais, culturais, esportivas, musicais, entre outras, estruturadas em torno de determinado aspecto e, importante, não são necessariamente excludentes (idem, 2004; 2005). Os indivíduos ou as ‘pessoas’ podem pertencer a diferentes tribos ou arranjos societários, de modo fugaz ou intenso. Independente da filiação ‘tribal’ da ‘pessoa’, prevalece segundo Maffesoli, um “perder-se no outro”.

A tribo enquanto forma de socialidade contemporânea, se caracteriza também, por uma busca de “fusão”, isto é, cada um dos membros de uma tribo só existe no e pelo olhar do “outro”. E isso, quer seja esse “outro”, esse diferente e ao mesmo tempo parecido comigo, pertencente à mesma tribo que o “eu” ou não. Esse “grande outro”, segundo Maffesoli, pode ser ainda, a divindade religiosa ou a alteridade da natureza (idem). Quando por exemplo em algum ritual ou celebração religiosa o indivíduo vivencia uma situação de transe ou êxtase, também vivencia uma experiência de fusão com sua divindade e seus pares presentes no templo religioso. Ou ainda quando o indivíduo participa de eventos multitudinários como as celebrações festivas numa ‘rave’ ou num estádio de futebol, pode experimentar uma situação de fusão, no plano simbólico.

As tribos ainda são portadoras de um processo social, em curso já há vários anos, de transfiguração da ideologia, entendida como visão de mundo predominante organizadora e unificadora do social. Elas assinalam o fim dos discursos unificadores, totalizantes do social, justamente por encarnarem-se e se limitarem à dimensão ou escopo de um determinado território. São entidades particularizadas, sem aspiração necessária de um pretense universalismo (Maffesoli, 2004; 2005). Categorias como classe social, cidadão, partido político, comuns ao modo de reprodução social do Ocidente, ao menos nos últimos dois séculos são no mínimo insuficientes para captar o “magma” de significados e lógicas de ação que emergem ou retornam nas últimas décadas do século XX (e em plena ‘ebulição’ nesse princípio de século XXI).

Cada território, real ou simbólico, como que segrega seu modo de representação de si e dos “outros”, da realidade circundante, segundo Maffesoli. A “verdade absoluta”, dada pela ideologia ou sistema simbólico dominante, se fragmenta em verdades parciais abrindo a possibilidade de uma espécie de “babelização potencial” (expressão de Maffesoli) de valores, afetividades e cursos de ação.

Penso que as considerações de Maffesoli sobre o tempo, sua forma de percepção são relevantes para se pensar e compreender o momento atual. Para o autor francês, passa a predominar o que chama de “presentismo” como forma de sentir e perceber a relação com o outro e a realidade circundante. Ou seja, a idéia de projeto existencial, de uma trajetória em que os indivíduos amadurecem aos poucos e as situações de satisfação ou realização pessoal podem ser adiadas ou inseridas ao longo de toda uma trajetória existencial perde força no contexto atual. A ‘idéia’ de passado e futuro como dimensões distintas, porém complementares com o presente do social, em termos temporais se enfraquece. O passado como momento de acúmulo de experiências de um grupo ou família e de construção de uma memória coletiva, por exemplo, e como importante para o presente, por justamente dar um sentido e significado ao mesmo, se enfraquece.

Já o futuro enquanto representação de um momento de projeção e expectativa de um porvir alentador, positivo também fica comprometido. Em síntese, o que passa a predominar é realmente um presente que “eu” vivo com terceiros num determinado lugar. E esse “presentismo” contamina representações e práticas sociais, em particular as juvenis. Tracy & Almeida (2005), por exemplo, quando investigaram as formas de interação e diversão noturnas dos jovens dos segmentos médios do Rio de Janeiro, constataram uma escassez ou ausência de referências ou representações a expectativas ou projetos pessoais no futuro próximo ou distante. Conforme Maffesoli, *o gozo deve ser vivido no presente...*(2004: 29).

Valoriza-se uma espécie de sabedoria “progressista”, que busque a auto-realização e a expansão pessoal no instante e no presente, vividos com toda sua intensidade. A “pós-modernidade” permite uma nova composição do ‘estar-juntos’, pois é feita de pedaços diferentes, é uma construção plural, enfim, o “lugar faz o elo” no contexto pós-moderno (Maffesoli, 2004). Segundo o autor,

“...no devir cíclico das formas sociais, políticas ou religiosas e sem que seja possível indicar uma causa única para a substituição de umas por outras, vemos sucederem-se estruturas individuais/ racionais e outras que são societárias / afetivas...” (2004: 40).

Essas estruturas societárias e/ou afetivas são marcadas por uma comunhão sensível afetiva que vem, gradualmente substituir uma sociedade em grande parte baseada no utilitarismo, marcada pelo cálculo e racionalidade. Essa forma de estruturação do social, em processo, também é assinalada por uma “estética da recepção” (Maffesoli, 2004), ou seja, a moda, o hedonismo difuso, o culto do corpo e a preponderância de imagens tornam-se formas de agregação social, o “nós fusional” (Maffesoli, 2004), ao qual aderimos por ideologia, proteção ou afinidade (ídem). Homens e mulheres já não se conformam a papéis pré-estabelecidos, a identidade cede lugar á identificações múltiplas, vezes por outras contraditórias ou contíguas.

Um último elemento teórico-interpretativo de Maffesoli que gostaria de destacar é a importância que a imagem passa a assumir na constituição do sujeito e da sociedade no contexto contemporâneo. Segundo ele, as (novas) tecnologias modernas, virtuais, dinâmicas favorecem uma espécie de teatralização do cotidiano com indivíduos e grupos incorporando personagens, estilos, mascaras sociais, imagens e linguagens. Embora haja o desenvolvimento de novas formas de ‘socialidade’ e associação humana, o tipo de cultura propagado pela mídia favorece a percepção da importância do consumo como dimensão fundamental das interações sociais além de gerar ou favorecer o desenvolvimento de pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, as instituições, as crenças e às práticas vigentes (Maffesoli, 2003; Filho, 2006).

Nesse sentido, há o (re) nascimento de um “mundo imaginal”, ou seja, de um modo de ser e de pensar que é inteiramente atravessado pela imagem, pelo imaginário, pelo simbólico e pelo imaterial. Estes se estruturam como elementos primordiais do vínculo social. Esse “mundo imaginal” pode exprimir-se de várias maneiras: virtual, lúdica ou onírica. Tal “mundo” já não se enclausura na vida privada e individual, mas passa a ser um elemento constitutivo de um “estar-junto” fundamental (Maffesoli, 2002; 2004). A metáfora do nomadismo, usada por Maffesoli define com certa precisão a idéia de uma identidade à ‘deriva’, sempre cambiante, precária e o freqüente deslocamento simbólico ou até territorial que indivíduos e grupos desenvolvem nesse “mundo imaginal” marcado pelo movimento e identidades fluídas, móveis (ídem).

Um outro autor importante para essa dissertação e que fornece elementos teórico-conceituais valiosos para se pensar a questão da construção das identidades

contemporâneas é o psicólogo Yves de La Taille (2002). Interessam aqui suas considerações acerca da relação entre formação das identidades e a moral. Segundo ele, quanto mais valores morais estiverem associados à identidade do (s) indivíduo (s), mais ele (s) estará (ão) inclinado (s) a agir coerentemente com eles. Vale dizer, a identidade de cada indivíduo equivale a um conjunto de representações de si, logo de imagens que o indivíduo tem de si mesmo e que tais representações são sempre valorativas, ou seja expressam posições, interdições típicas da sua inserção social. A tendência comum da maior parte dos indivíduos, segundo La Taille, é buscar, selecionar representações positivas de si, selecionadas a partir dos valores que a moral coloca além de suas vivências cotidianas.

Segundo La Taille, se há coincidência ente as formas de agir e pensar, da imagem e percepção de si com os valores morais, temos o que o autor chama de 'indivíduo ético'. Nesse sentido, alguém que não coloque os valores morais entre aqueles que compõe sua identidade não sentirá 'vergonha' (entendida enquanto sentimento que pressupõe um autojuízo negativo acerca do seu comportamento) ou remorso de atos que, por ventura, contrariem um comportamento ético. La Taille entende por comportamento ético aquele em que o indivíduo leva em conta o "outro", o diferente nas práticas cotidianas, além de respeitar os limites ou freios sociais, morais que cada sociedade coloca para seus membros (La Taille, 2002).

Todavia, La Taille coloca que a moral, enquanto conjunto de preceitos e valores tidos como legítimos socialmente, terá pouca força coercitiva, inibidora de comportamentos ou lógicas de ação 'destrutivos', se não for adotada e inculcada pelos indivíduos e grupos sociais como legítima e propiciadora de reconhecimento social. Assim, alguns indivíduos ou atores sociais poderiam desenvolver um comportamento violento, violador das regras morais de reciprocidade e respeito mútuo, não por falta de freios morais ou em virtude de contingências contextuais, mas sim porque associam o 'ser violento' aos elementos ou emblemas simbólicos, presentes nas representações de si que mais valorizam. Então, se é positivo para minha identidade, traz um certo reconhecimento infringir medo ou pânico a determinados indivíduos ou grupos sociais, adoto, ao menos em algumas situações, cursos de ação violentos ou intimidatórios.

Com base em La Taille, defendo o argumento que as formações sociais necessitam de um conjunto de valores e regras morais que definam os cursos de ação, as representações

e imagens socialmente legitimadas e estimuladas. A adoção de determinados códigos valorativos tem relação com as insígnias e emblemas simbólicos que este pode oferecer. A autocoção ou sentimento de vergonha que os indivíduos experimentam, funciona quando há uma certa ligação ou sintonia/ conexão de sentido entre valores propugnados, difundidos e condutas ou ethos internalizados (La Taille, 2002).

Partindo desses pressupostos teóricos e dessa dimensão específica dos processos de transformações globais e de seus efeitos no contexto brasileiro, abordarei agora, os contornos que o fenômeno da violência assume no Brasil.

3.2. Violência e cultura no contexto brasileiro: algumas interpretações

Logo de início, é importante destacar a existência de inúmeras tentativas de explicação da violência no Brasil, que se difundem nos mais diversos espaços discursivos e contextos sociais: nos discursos dos meios de comunicação, principalmente nos jornais, revistas periódicas, emissoras de televisão e rádio, na análise política, nos trabalhos acadêmicos e nos projetos institucionais que, em grande medida, produzem representações da violência e orientam a conduta da população. Essas análises expressam uma busca coletiva de dar forma racional a sentimentos prévios e difusos de extremo desconforto com as atuais experiências da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras. As Ciências Sociais, especialmente, foram desafiadas e responderam com estudos cada vez mais numerosos para entender e desvelar o referido tema. A maioria dos autores aqui abordados privilegia e concentra suas análises no espaço urbano, onde se encontram mais visíveis, desde a década de 1980, as principais contradições da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, desde a década de 1980, período de transição democrática, até o contexto atual, vivencia um processo sócio-histórico que se configura como um paradoxo. Por um lado, passou por transformações profundas, com a superação do regime ditatorial inaugurado em 1964, a formação de movimentos sociais plurais, que participaram ativamente nas lutas pelo retorno de um regime democrático constitucional. Com isso obteve alguns indicadores sociais positivos, como a melhoria nos níveis de escolaridade, a intensificação de mobilizações por direitos efetivos de cidadania, um maior acesso ao

consumo pelas camadas populares e maior acesso a equipamentos urbanos nas periferias (Cardia & Adorno, 1999; Peralva, 2000).

Por outro lado, essas mudanças e avanços assinalaram, também, o ingresso do Brasil entre as sociedades de massa, com a generalização do individualismo, enquanto forma de comportamento e interação social e do consumismo (agora, cada vez mais delimitador de identidades), como estilo de vida ou forma de comportamento, a contínua marginalização ou exclusão de segmentos sociais extensos do mercado formal de trabalho, o que acarreta uma relativa frustração, fruto do não acesso ou acesso precário, aos bens de consumo, indutores de status e satisfação pessoal (Diógenes, 1998; Peralva, 2000). Houve ainda, desde esse período, um recrudescimento das ocorrências criminais, com destaque para os homicídios e para o fortalecimento do tráfico de drogas e armas, além da persistência de práticas autoritárias e violentas por parte de agentes do Estado, notadamente por parte das polícias militares, práticas essas que impedem a consolidação de um regime constitucional democrático (Pinheiro, 2000; Cardia & Adorno, 1999; Peralva, 2000). Mas como se insere ou como entender o fenômeno da violência, suas nuances, peculiaridades na contemporaneidade brasileira ?

Os sociólogos Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro partem da constatação de que a violência sempre se estruturou como prática constante na sociedade brasileira. Colocando em perspectiva histórica percebem que na sociedade agrária, tradicional dos períodos imperial e colonial, a violência esteve incorporada ao cotidiano dos homens livres, libertos e escravizados, apresentando-se, em geral, como solução para as situações de conflito social e para o desfecho de tensões nas relações intersubjetivas (Adorno, 1995; 1997; 2002; 2007; Pinheiro, 1986; 1997; 2000). Vale dizer: reações ou estratégias de ação violentas constituem-se (ou constituíam-se) como modelo socialmente válido de conduta, aceito e reconhecido publicamente. Claro, especialmente nas situações ou momentos em que ocorre uma espécie de transgressão das fronteiras sociais e rompimento ou possível alteração das hierarquias simbólicas ou sociais que definem as posições de status ou reconhecimento (Adorno, 2002; Pinheiro, 2000; Franco, 1999).

Nota-se ainda, segundo os autores que, o advento da república de suas promessas, e o desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas de produção não trouxeram mudanças profundas na estrutura social brasileira e nem uma maior pacificação social

(Adorno, 2002; Pinheiro, 2005). No Brasil, segundo Adorno, a institucionalização de um poder único, reconhecido e legitimado, como emerge com a estrutura republicana, não resolveu conflitos e tensões:

“...ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação, permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado-isto é- moralmente imperativo, de solução de conflitos decorrentes das diferenças étnicas, de gênero, de classe, de propriedade e de riqueza, de poder, de privilégio, de prestígio...” (1995: 301).

A violência, não restrita a sua modalidade criminal, permaneceu atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas (a polícia e o próprio Poder Judiciário, por exemplo) em principio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos (ídem). São formas difusas e variadas de violência que imbricam e conectam atores e instituições, base sob a qual se constituem uma densa, complexa rede de solidariedade entre espaços institucionais tão díspares como a família, o trabalho, a escola, a polícia, as prisões que convergem ou expressam a formação de uma espécie de ‘subjatividade autoritária’ na estrutura social brasileira (Adorno, 1995; 2002).

Não obstante a volta à normalidade constitucional e ao governo civil, como apontei em linhas anteriores, não se logrou a efetiva instauração do Estado de Direito (Adorno & Cardia, 1999; Pinheiro, 2000). Pinheiro (2000), denuncia a persistência de graves violações dos direitos humanos, produto de uma violência ‘endêmica’ radicada na estrutura social, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem pública. No Brasil, a violência enquanto fenômeno não se restringe ao domínio ou instituições do Estado. Aliás, segundo Pinheiro e Adorno, se há uma tradição autoritária de Estado no Brasil, tal ocorre porque há uma espécie de ‘autoritarismo socialmente implantado’, que não percebe os aparelhos de justiça como instrumentos adequados de superação das situações de conflito social (Pinheiro, 1997; Adorno, 1995). Por isso, as ações violentas não se restringem às camadas sociais abastadas, como atestam as práticas de justicamento e linchamento levadas

a cabo pelas camadas populares (Martins, 1995), embora sua “funcionalidade” se reporte às relações de poder estabelecidas em uma sociedade fraturada por extremas desigualdades sociais.

O autoritarismo socialmente implantado constitui-se numa forma de estruturação e organização do vínculo social e faz referencia ainda, ao modo como a sociedade brasileira se encontra estratificada e hierarquizada, com a existência de diferentes eixos de poder, não só centrados na posse desigual de bens materiais. A violência enquanto expressão do ‘autoritarismo socialmente implantado’, representa um mecanismo no interior do qual se impõe uma ordem classificatória que restabelece o equilíbrio frágil entre “fortes” e “fracos”, “superiores” e “inferiores” independente das mediações das leis e das instituições (Pinheiro, 1997; Adorno, 1995; 2002).

Outro aspecto relevante que recobre o tecido social brasileiro, apontado pelos autores mencionados, além de outros como Kant de Lima (1997; 1998), Zaluar (1999; 2000; 2004) trata do hiato ou da lacuna existente no Brasil, entre direitos políticos e direitos sociais, ou seja, o maior acesso a canais de participação política, com eleições periódicas, liberdade de associação e expressão, não se traduziu em maior justiça ou equidade social entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Um dos possíveis efeitos de tal situação está no fato de que a distinção, a diferença entre o público e o privado no Brasil não se consolidou. Em outras palavras: apesar da existência de canais institucionais de mediação, as situações de tensão social e de conflito nas relações interpessoais continuaram a ser percebidas como prerrogativas particulares (Adorno, 1995; Soares, 2000; Pinheiro, 2000).

Vivencia-se no Brasil uma situação no mínimo ambígua ou contraditória, com relação ao fenômeno da violência. De um lado, ela constitui-se, como já apontado, como expressão de uma forma de ‘cultura’ autoritária, cujas raízes se reportam à tradição e ao passado colonial nacional. De outro, essa mesma ‘cultura’ autoritária convive como uma outra forma de ‘cultura’, tida como democrática, na qual é possível condenar a violência em nome de uma racionalidade jurídico-política e de uma ética que reclama respeito às liberdades e aos direitos civis e pretende a consolidação do Estado de Direito (Adorno, 1995; Soares, 2000; Pinheiro, 2000).

Tal situação paradoxal deve ser situada no contexto de desestruturação ou desorganização das instituições e agências de socialização, necessárias ao regime democrático e, que ainda não se adaptaram ou se reestruturaram totalmente (Cardia & Adorno, 1999; Peralva, 2000), ao mesmo tempo em que ocorre um dismantelamento ou enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de socialização, em especial aqueles que atuam sobre os jovens (Zaluar, 1996, 2004). Assim, a escola, o trabalho, grupos vicinais (no bairro, na rua), a família, a religião, o respeito atribuído aos mais velhos, pouco a pouco perdem espaço para os meios de comunicação, a publicidade, o shopping center, na definição de modelos de comportamento, valores, objetivos pessoais, interditos, que dão suporte à formação do indivíduo enquanto ser social e parte de uma sociedade, com direitos e deveres (Zaluar, 2000; Velho, 1996).

É sobretudo a ausência ou a fragilidade de mecanismos de regulação social, apropriados a um novo tipo de sociedade emergente, com mudanças constantes e que sofre os efeitos do processo de mudanças mundializado, que explica em parte, a relevância e a visibilidade que o fenômeno da violência ganha no contexto contemporâneo, principalmente com a espetacularização midiática que algumas manifestações do fenômeno ganham (Zaluar, 2004; Cárdua & Adorno, 1999, Peralva, 2000). Vale destacar aqui, as manifestações de violência ligadas ao tráfico de drogas, o qual assume um caráter ‘militarizado’, conforme Zaluar, (2004), com hierarquias, armamento típico de guerras e execuções sumárias de concorrentes no mercado de drogas, induzindo, ainda, direta ou indiretamente, o aumento do número de homicídios, roubos, seqüestros, em metrópoles como o Rio de Janeiro ou São Paulo (Soares, 2000; 2005).

Por seu lado, o antropólogo Roberto Da Matta (1986; 1996), seguindo a tradição de E. Durkheim e M. Mauss, procura situar o fenômeno da violência no âmbito dos fatos sociais culturalmente enraizados e instituídos. Não vê no fenômeno da violência algo estranho e extraordinário das sociedades contemporâneas. Pelo contrário, para ele o conflito e a solidariedade, o crime e a norma são fatos universais, com modos particulares de ação, pelos quais uma determinada sociedade se manifesta, algo inevitável que permeia os sistemas sociais e culturais, não sendo, necessariamente, somente um desequilíbrio entre fortes e fracos.

Quando põe em foco a sociedade brasileira, Da Matta define-a como uma sociedade relacional e segmentada, portadora de vários eixos de poder complementares mas distintos e com uma lógica própria. Assim, segmentada e dividida, a realidade social brasileira apresenta três eixos de classificação do mundo de que as classes e os grupos sociais se utilizam: a *casa*, como espaço das relações pessoais, a *rua* como universo das regras impessoais e o *outro mundo*, como espaço do sagrado e dos mortos. Cada um desses eixos classifica e hierarquiza o mundo de uma forma, com relações, linguagens e valores específicos. Nessa estrutura de lugares sociais e culturais o autor define os sujeitos das relações políticas cotidianas pela distinção *pessoal/indivíduo*, que gera hierarquias e verticalizações das posições sociais. Nessa lógica social, as relações pessoais ocupam uma posição chave, que se traduz pela fórmula “Você sabe com quem está falando?”, disparada quando se quer demarcar uma certa posição e singularidade social.

A violência “rotineira”, difusa no espaço social brasileiro, tem como “fundo” esse “esqueleto” relacional hierarquizado, presente nos contatos interpessoais diários e com o Estado e orientado por códigos simbólicos múltiplos, que assumem duas modalidades de manifestação ou duas direções, segundo Da Matta. A primeira se verifica quando os segmentos sociais marginalizados e destituídos das vantagens e privilégios que certos elos pessoais trazem clamam por seus direitos, por um reconhecimento social e por um espaço social e simbólico que lhes restitua uma identidade positiva sobre si mesmos. Esse clamor, que se concretiza nos protestos urbanos e quebra-quebras, toma sempre a forma de uma violência pessoalizada e espontânea. Surge como um mecanismo que permite a singularização ou individualização e, eventualmente, a obtenção da própria cidadania historicamente negada a esses sujeitos. Como assegura Da Matta, o “quebra-quebra”, o vandalismo é o “você sabe com quem está falando ?” da massa social de destituídos. Na segunda os sujeitos sociais privilegiados se beneficiam da violência, principalmente do Estado, para preservar ou restaurar a ordem social hierarquizada e verticalizada, que não admite uma maior desenvolvimento dos códigos individuais e universais preconizados na sociedade burguesa.

Da Matta argumenta que no Brasil há uma tensão permanente entre o sistema ou conjunto de leis universalizantes, impessoais e o sistema de relações pessoais enraizados nas práticas e discursos cotidianos, que se pautam pela distinção e verticalização das

posições sociais, onde cada um sabe e tem “um lugar” (Da Matta, 1986). A violência, portanto, serve tanto para hierarquizar os sujeitos supostamente iguais, enquanto cidadãos, quanto para igualar os diferentes, quando ligados por relações pessoais. A violência torna-se expressão limite de grupos marginalizados, aparece como ressimbolização da exclusão social ou da restauração/preservação de uma lógica relacional personalista e verticalizada (Da Matta, 1986).

Antônio Luiz Paixão (1988; 1997) também apresenta uma interpretação relevante do problema. Procura articular a questão da violência e da criminalidade com a consolidação da democracia na Brasil, apontando perspectivas positivas que este processo político abriria. Faz uma crítica à análise da “criminalização da marginalidade”, com graves objeções teóricas e empíricas ao argumento que pressupõe uma afinidade entre pobreza e criminalidade, visão amplamente presente no imaginário social e em grande parte do pensamento acadêmico. Tal argumento,

“...não dá conta, por exemplo, das variações na criminalidade em termos de sexo e idade e menos ainda das razões da escolha, pela ampla maioria dos pobres urbanos, da conformidade aos padrões convencionais de comportamento e de sua repulsa moral às saídas a carreiras delinqüentes...” (Paixão, 1988: 171).

A suposta afinidade entre pobreza e criminalidade encontra sua explicação na maior vulnerabilidade das classes populares em relação às “práticas organizacionais” discriminatórias dos diversos segmentos do sistema de justiça criminal, seja nas polícias, seja nos tribunais ou na estrutura carcerária. Isso põe em cheque o argumento que “profetiza” uma suposta tendência ou motivação dos sujeitos pobres ou de outros grupos sociais excluídos no sentido de adesão a perspectivas e carreiras criminosas. Incorporando algumas contribuições teóricas da sociologia americana, Paixão esclarece:

“...A atividade prática do crime e do desvio é uma ação coletiva, envolvendo indivíduos e grupos que cooperam ativa e tacitamente na produção de atos rotulados como desviantes ou criminosos, e indivíduos e grupos sociais ou étnicos que produzem acusações, apreendem, processam e punem “desviantes” e “criminosos”. Neste processo,

é crucial o papel desempenhado pela autoridade formal e pelos membros de organizações de controle social na geração de categorias e atores criminosos (Paixão, 1988: 173).

Esse resgate do aspecto político e conflituoso que envolve a garantia da “ordem pública” e a aplicação da lei na periferia social põe a nu o papel das desigualdades na distribuição de poder e recursos, na produção e implementação institucional de leis e normas morais (Paixão, 1988). A pobreza, portanto, amplia a suscetibilidade das classes populares às representações e práticas preconceituosas por parte de atores ou grupos sociais que ocupam posições privilegiadas de poder na sociedade brasileira. Assim, a consolidação democrática no Brasil institucionalizaria e incentivaria a prática e o respeito aos princípios da cidadania¹⁰. Isto implicaria em criação de mecanismos políticos e organizacionais, como legislações, códigos legais, agências fiscalizadoras e punitivas de desrespeitos e de preconceitos, entre outras medidas.

O autor argumenta que inibindo os processos simbólicos e sociais de “criminalização da marginalidade”, se alterariam efetivamente os *coeficientes de desigualdades* que são gerados no processamento judiciário e na implementação da lei e da ordem por parte dos organismos públicos de controle social e de justiça, reprodutores das referidas correlações entre classes populares e criminalidade (Paixão, 1988). A diminuição da violência depende, então, de estender a cidadania aos grupos e categorias sociais discriminados.

Entre as interpretações contemporâneas, a do antropólogo Luís Eduardo Soares (2000) é uma das mais relevantes. Segundo ele, o fenômeno da violência no Brasil, bem como a própria realidade social, deve ser interpretada sob o prisma ambivalente e contraditório de dois modelos sócio-culturais que teriam norteado e caracterizado o processo de constituição e formação da dinâmica histórica da sociedade brasileira. O primeiro modelo é pautado nas idéias de hierarquia e pessoa e regido pela primazia das relações de lealdade e mutualidade entre sujeitos sociais, que dependem da posição, privilegiada ou não, que ocupam na hierarquia das relações sociais para alcançar algum

¹⁰A cidadania aqui nesse trabalho é entendida como uma construção coletiva, vinculada à participação dos diversos atores e agentes de uma determinada sociedade nas decisões da mesma, com a garantia de direitos e reconhecimento e exigência de deveres numa relação igualitária. Os cidadãos têm, portanto, direitos e deveres iguais sem privilégios de um sobre os outros e é por meio do Estado que se constrói esse arcabouço de garantias e direitos socialmente legítimos e conquistados. WAISELFISZ, J. p. 144

benefício ou favor pessoal. Como exemplo, podemos citar o coronelismo, que regeu por longo período as relações entre os sujeitos sociais dominantes e dominados da sociedade agrária e periférica do capitalismo que foi o Brasil até a década de 1950. Esse pacto político entre as classes dominantes foi baseado num sistema de troca de favores e de exercício de hegemonia sobre o Estado.

Famílias abastadas, econômica e socialmente, com caráter patriarcal, através de seu “chefe”, geralmente homem, proprietário rural rico e influente, conhecido como coronel numa determinada localidade, município ou região, exercia poder e domínio político através de favores ao alcance de suas relações pessoais, tanto nas relações entre seus pares e a classe política, quanto entre seus ‘agregados’, que na maioria eram trabalhadores rurais. Essas relações entre o coronel e seus agregados, mesmo sendo excludentes e desiguais, estabeleceram expectativas de reciprocidade e de compromisso entre os envolvidos, que pareciam positivas e até certo ponto satisfatórias.

O outro modelo valorativo, inversamente, opera com uma perspectiva individualista e impessoal. Pautado nas idéias políticas e filosóficas liberais de direitos universalistas, pressupõe a autonomia e a liberdade do indivíduo portador de razão nas relações sociais. Tributário da tradição iluminista européia, esse modelo forneceu os fundamentos para a noção de cidadania, que pressupõe direitos e deveres numa relação igualitária entre os diversos sujeitos sociais membros de uma nação, convertidos em cidadãos, não importando sua origem social ou posses econômicas.

Soares argumenta que esses modelos não apareceram de forma separada e estanque no processo sócio-histórico brasileiro, mas coexistiram contraditoriamente, chegando a se mesclarem e se entrelaçarem, formando um “híbrido” sócio-cultural, não obstante houvesse uma certa supremacia e predomínio do modelo tradicional hierárquico sobre o modelo liberal-individualizante (Soares, 2000). Todavia, isso dependia do contexto e de variáveis situacionais e relacionais da dinâmica constitutiva e modeladora da cultura brasileira. É por meio dessa duplicidade de modelos que os indivíduos, não importando a classe ou grupo social pertencente, são socializados, embora as conseqüências e os efeitos sejam diferentes para cada segmento social.

Sob as condições contraditórias e a dinâmica desses dois modelos sócio-culturais, o tradicional hierárquico e o liberal individualizante, a partir dos anos 1950, a sociedade

brasileira passou por um processo de industrialização e modernização econômica conservadora, que resultou numa acelerada e desordenada urbanização. Em grande parte desse período, como em tantos outros capítulos históricos brasileiros, as classes sociais dominantes econômica e politicamente firmaram um pacto de poder em que as classes populares se mantiveram excluídas e à margem das principais decisões e rumos do país (Soares, 2000). Essa via autoritária de desenvolvimento capitalista se deu pela fixação de uma forte característica política e cultural, que foi a manutenção do modelo tradicional hierárquico, baseado na primazia da figura da pessoa com poder sobre a figura do indivíduo de direitos e deveres.

Entretanto, as contradições da referida via de modernização econômica e seus processos correlatos, aprofundados ainda mais pelas transformações político-econômicas trazidas pela ditadura militar iniciada em 1964, enfraqueceram o código hierárquico-tradicional e o fizeram perder, gradualmente, alguns dos elementos principais de sua constituição, como os princípios de mutualidade e de lealdade nas relações sociais entre os sujeitos dominantes e dominados. Por outro lado, sob sucessivos regimes oligárquicos e autoritários de governo, os preceitos liberais e democráticos em pouco contextos e situações puderam se fixar para além das formalidades legais. Dessa forma, nem o primeiro modelo se manteve integralmente, nem se instalou o segundo como alternativa moderna e corretiva das desigualdades históricas, enfraquecendo-se ambos.

Segue que esse enfraquecimento trouxe dramáticas conseqüências para as classes populares no tempo presente. A combinação contraditória dos dois modelos funciona como matriz de duplas mensagens, isto é, mensagens do gênero: 1) você é um indivíduo e, portanto, um cidadão igual aos demais, sob a lei e as instituições do Estado; 2) você não é um indivíduo como todos os outros e deve respeitar os limites de sua posição na rede hierárquica de relações interpessoais.

Para as classes dominantes, os modelos contraditórios funcionam como instrumentos de flexibilização dos rigores éticos e de disciplina e rigores legais e como mecanismo simbólico de naturalização das divisões entre classes, estamentos, grupos de *status* (Soares, 2000).

O referido autor aponta, ainda, a existência de três principais modalidades de violência criminal. A primeira refere-se aos crimes ligados à corrupção e apropriação do

patrimônio público que, devido à impunidade, infunde nas classes populares um sentimento de impotência e descrédito no Estado. A segunda modalidade de violência criminal inclui os crimes violentos contra a pessoa e patrimônio, que ocorrem em áreas periféricas com mais frequência, apesar de cada vez mais incidirem sobre as classes médias e altas, mesmo quando estão resguardadas em seus nichos ecológicos, como os condomínios fechados e os bairros estreitamente vigiados. São crimes como roubos, seqüestros, homicídios. Nas metrópoles brasileiras, parte dessas ocorrências está fortemente ligada ao tráfico de drogas e de armas, que tem elevados resultados lucrativos e um despotismo ameaçador por parte dos traficantes e de policiais corruptos.

Uma terceira modalidade, presente em todos os circuitos sociais, é a violência doméstica, principalmente contra mulheres e crianças. Esta permaneceu ocultada por muito tempo, com pouca visibilidade pública, por ser encarada como questão da esfera privada. Todavia, esta situação está mudando com o crescimento de organizações sociais que defendem os direitos da mulher, da criança e do adolescente (Soares, 2000). Enfim, para o autor, a criminalidade e a violência devem ser entendidas no contexto dessa dupla mensagem, que causa danos terríveis à formação das identidades sócio-culturais, devido à exclusão em ambos os níveis. A violência simbólica, estrutural¹¹ desse duplo código socializador descritos, associada à exclusão em massa da cidadania, se converte na maior das violências da sociedade brasileira.

Outro antropólogo que também reitera o caráter cultural da violência é Gilberto Velho (1996). Em concordância com Soares, Velho aponta como uma das variáveis para se entender a violência no Brasil, além das desigualdades sociais, o esvaziamento dos conteúdos culturais, como os conteúdos éticos de reciprocidade social, no sistema de relações pessoais. Segundo Velho, o apelo ao consumo, feito pelos meios de comunicação, certamente atinge setores expressivos da população brasileira, incluindo aqueles que não têm meios para realizá-lo. A impossibilidade de adquirir bens materiais, portadores de uma

¹¹ Entende-se aqui por violência estrutural, simbólica e/ou violência institucionalizada as condições que causam ou conduzem a uma distribuição extremamente desigual de recursos básicos, como serviços de saúde precários ou inexistentes, educação pública e transporte de massa suficientes, e serviços urbanos que resultam em elevados índices de subnutrição, mortalidade infantil, evasão escolar, alcoolismo e outras características de uma população urbana carente. Inclui ainda representações simbólicas dominantes, carregadas de preconceitos que associa mecanicamente crime e pobreza, assinalando as classes populares e os grupos marginalizados como potencialmente perigosos e alvos privilegiados da vigilância e repressão policial. Ver Leeds p. 258

carga valorativa e simbólica positiva, largamente publicizados, acirra o ódio e as tensões sociais entre os grupos sociais marginalizados, especialmente entre os jovens dos bairros periféricos no contexto urbano dos grandes centros.

Os processos modernizadores da economia, iniciados e levados a cabo a partir da década de 1950, acirraram as tensões sociais e propiciou o desenvolvimento de um individualismo extremado, competitivo, alimentador de conflitos, embora não significasse o fim das relações hierárquicas interpessoais. Por isso, segundo Velho (1996), sem os benefícios, mesmo que limitados, da sociedade tradicional hierarquizada, que implicavam mutualidade e confiança, e sem os direitos de cidadania de uma sociedade democrática, fica-se no “pior dos mundos”. Não se identifica na sociedade brasileira contemporânea um sistema de trocas valorativas e simbólicas entre as categorias sociais que sustente as noções de equidade e justiça.

Um contraponto teórico dissonante das visões anteriores e de grande enlevo é apresentado pela antropóloga Alba Zaluar, ao polemizar com a abordagem que atribui um papel importante ao hibridismo cultural constitutivo da formação social brasileira para explicar o fenômeno da violência. Zaluar (1996) e autores como Tavares dos Santos (1999) procuram entender a violência criminal situando-a no contexto das grandes transformações sociais e econômicas que a globalização trouxe e que deixou efeitos no crime que passa a se organizar internacionalmente, como mostra os exemplos do tráfico de drogas e de armas. Segundo Zaluar,

“... tentar explicar as formas atuais de manifestação da violência cotidiana que assusta a todos, apelando para o hibridismo de uma suposta cultura brasileira e que apresentaria os valores hierárquicos expressos, paradigmaticamente, nas relações senhor-escravo que se reconstitui sempre, é eternizar uma forma cultural..” (Zaluar, 1996: 49).

Apesar de contradizer a abordagem anterior, a autora pondera ao reconhecer que também é fundamental incorporar o plano cultural na análise do crime organizado, apesar da limitação local de sua explicação (Zaluar, 1996; 2004). A autora foi uma das primeiras cientistas sociais a estudar o fenômeno da violência no Brasil na década de 1980, tendo como foco as classes populares, suas associações e organizações vicinais no Rio de Janeiro

(escolas de futebol, de samba, associação de moradores). Para a autora, o crescimento da criminalidade violenta com novos contornos e particularidades começou a partir dos anos 80 e chegou ao seu extremo em meados e final da década de 90 do século XX. Neste período, constituiu-se uma “nova criminalidade”, diferente das “ondas” anteriores de delinquência (Zaluar, 1996).

As atividades e carreiras criminosas, incrementadas pelo crescente comércio e produção de drogas ilícitas, assumem contemporaneamente traços e características empresariais (Zaluar, 1996). Infiltrando-se no setor informal da economia, o crime organizado se especializa e se diversifica de acordo com a modalidade criminal, formando grupos e quadrilhas armadas que tornam delitos como roubo, furto e seqüestros, além da venda de drogas, estruturados como empreendimentos largamente lucrativos, acumulando “funcionários” e “soldados”, que seguem uma hierarquia de poder bastante complexa. O Crime S.A., como ironiza Zaluar, não tem nada daquela visão romântica e das explicações usuais, presentes no imaginário social e acadêmico que ligavam a violência a causas econômicas e viam-na como forma de resistência ao “sistema”, como forma determinante de transgressão (Zaluar, 1996).

Apoiados em esquemas de corrupção e poder e seguindo canais clandestinos, a organização criminosa com vínculos internacionais, serve à mesma necessidade permanente de acumulação capitalista e lucro, presente nas grandes corporações capitalistas atuais (Zaluar, 1996). A autora salienta que, para compreender a violência criminal, deve se observar a formação de uma cadeia causal de efeitos entrecruzados, em que não podem ser descartadas causas sociais, psicológicas, culturais, econômicas. A autora também nega o pretenso caráter distribuidor de renda que o tráfico de drogas possuiria, a começar pelo fato de que os jovens pobres são os principais vitimados pela guerra entre traficantes e a polícia, sendo este o traço distintivo da atual onda de criminalidade (seu caráter lucrativo e internacionalizado). Mostra que atividade rendosa do crime organizado beneficia e enriquece alguns poucos e grandes “empreendedores” do crime, que vivem longe das favelas e dos tiroteios diários, ocupando-se apenas com a circulação e distribuição das “encomendas” e carregamentos de drogas, negociados com cartéis internacionais (Zaluar, 1996).

A divisão social do trabalho criminoso e conseqüentemente dos lucros, portanto, segue uma lógica hierárquica, na qual os sujeitos criminosos, que lidam diretamente com os outros sujeitos sociais, os clientes desta atividade criminosa rendosa, são seguimentos sociais jovens e empobrecidos lançados às atividades mais arriscadas do crime organizado. Tais organizações criminosas se utilizam de potentes arsenais bélicos como mecanismo de resolução de conflitos com seus “concorrentes” (Zaluar, 1999). E é justamente o caráter ilegal do comércio de drogas que multiplica os lucros do negócio, segundo a autora. Essa parece ser a principal dinâmica criminal do Brasil, a representada pelo tráfico de drogas e o de armas nos grandes centros urbanos nacionais.

De uma forma ou de outra, os principais delitos contra a pessoa – homicídios e seqüestros – e contra o patrimônio – roubos e furtos – têm ligação com o comércio de drogas e de armas, incluindo aí a cumplicidade de setores do Estado, via corrupção policial ou de membros do judiciário (Zaluar, 1996). Os efeitos dessa nova dinâmica criminal se fazem sentir tanto entre os envolvidos diretamente com a atividade criminosa quanto entre os da realidade social circundante. Tudo isso agravado por uma situação de exclusão social e exclusão de consumo que atinge parte expressiva da população brasileira (Zaluar, 1996).

É imprescindível mencionar o envolvimento de jovens, em especial aqueles que vivem nas periferias urbanas brasileiras, na lógica criminal do tráfico de drogas. Representam as principais vítimas e também alvos de crimes, “acertos de conta”, vinganças, na lógica destrutiva que o “crime-negócio” (expressão de Zaluar, 1996; 2004) engendra. Tal constatação chama a atenção para o desarranjo societário que o tráfico de drogas gera, com o enfraquecimento das instituições de socialização, elencadas em linhas anteriores, e a possibilidade de acesso aos bens de consumo valorizados (carro, roupas caras) e ao dinheiro, em pouco tempo (Zaluar, 2004; Soares, 2000; 2005). Jovens originários dos segmentos médios também se envolvem ou se envolveram com situações de violência ou conflito no espaço social brasileiro, como atestam os homicídios cometidos por jovens em Brasília contra um índio, o envolvimento de jovens no planejamento e execução do homicídio dos próprios pais, entre outros casos. Aparecem ou acirram-se formas de sociabilidade extremamente conflitivas e tensas, em que o uso do diálogo ou da comunicação intersubjetiva como mecanismo de resolução de problemas ou desacordos, é quase inexistente.

Nesse contexto, prevalece a capacidade ou possibilidade que um dos lados da contenda, composta de sujeitos que ocupam basicamente a mesma posição na hierarquia social ou perfil (jovens pobres, homens e negros ou mestiços), tem de impor sua vontade ou decisão, pela força, pelas armas (idem, 2004; 2000, 2005). Para Soares (2000), o tráfico de drogas oferece aos jovens pobres da periferia, recursos simbólicos compensadores da invisibilidade social, pela qual passam. A arma de fogo, por exemplo, além de matar, possui uma força simbólica, evocatória de poder e virilidade, que atrai e seduz os jovens da periferia.

Outro aspecto fundamental que destacaria é que, apesar da aprovação e instituição de códigos legais de proteção e a prescrição de direitos a algumas categorias sociais, além da criminalização das diversas formas de preconceito ou discriminação¹², o Estado de Direito no Brasil, e também na América Latina, não conseguiu ainda, implementar e garantir políticas e mecanismos práticos e legais que permitam, de fato, o acesso universal e isonômico às instituições judiciárias e de segurança, responsáveis pela aplicação da lei e da justiça (Pinheiro, 1986; 2000). Em outros termos, o processo de transição democrática e de aprovação de uma nova constituição, mesmo passado mais de vinte anos, mantém extensos segmentos e grupos sociais, à margem das instâncias públicas responsáveis pela segurança e administração de conflitos, além de colocarem-nos como ‘alvo’ preferencial de tratamento discriminatório (Pinheiro, 2000; Adorno, 2002). Exemplos de racismo velado no mercado de trabalho, de abusos da polícia nas periferias urbanas, quando fazem a revista em jovens pobres ou negros, ilustram bem os desafios da democracia brasileira.

Mas, que espaço ocupa ou como se insere a juventude nesse contexto de mudanças na sociedade brasileira ? Ressalto que ao discorrer sobre essa inserção focarei em especial as práticas e experiências dos jovens oriundos das periferias urbanas brasileiras por serem estes o principal “alvo” de pesquisadores brasileiros quando se trata da relação juventude e violência. Segundo Peralva (2000), os jovens brasileiros, em geral, passaram, nas últimas décadas, por um processo sem precedentes de inclusão cultural, via meios de comunicação

¹² Destacaria, por exemplo, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que prescreve o racismo como crime inafiançável, o Código de Defesa do Consumidor e, mais recentemente, o chamado Estatuto do Idoso, além do avanço nas discussões sobre um estatuto para portadores de deficiência e o chamado ‘estatuto da igualdade racial’, em aberto no parlamento nacional.

e consumo, e uma redução da distância simbólica entre os diversos segmentos e classes que compõe a sociedade brasileira.

As mensagens publicitárias de apelo ao consumo, que não discriminam, a difusão de padrões ou modelos de conduta pela televisão, em especial, a popularização de determinados objetos de consumo, contribuem para que, ao menos no plano valorativo, simbólico, haja uma maior homogeneidade cultural. Deve-se mencionar ainda, as melhorias na infra-estrutura urbana nos grandes centros nacionais e a redução das taxas de analfabetismo, além da melhoria da renda e da expectativa de vida da população brasileira nas últimas décadas. Tais fatores propiciaram uma melhoria da posição do Brasil, desde os anos 1980, no ranking da Organização das Nações Unidas, que mensura anualmente o índice de desenvolvimento humano (o IDH) dos países, avaliando indicadores como o grau de escolaridade, a renda e a expectativa de vida da população (Peralva, 2000).

Todavia, as mudanças já mencionadas e tratadas nessa dissertação, na esfera do trabalho, trouxeram como um dos efeitos, o aumento da informalidade da força de trabalho e, claro, alteração nas representações na cultura operária, ancorada em referenciais de solidariedade e reciprocidade, acarretando uma espécie de “individualismo de massa”, em que os jovens pobres urbanos se percebem como consumidores em potencial, de objetos e símbolos de prestígio social (Peralva, 2000), e não como cidadãos, portadores de direitos e membros de uma nação-estado. Isso, mesmo sem condições objetivas de realizá-las (as expectativas de consumo).

Tais mudanças se conjugam com a configuração de um tecido urbano, marcado pela formação de espaços sociais, de convivência e sociabilidade privatizados, fragmentados, como os shopping centers, os condomínios horizontais, separados por muros e vigiados permanentemente (Caldeira, 1999). Um dos efeitos dessa forma de estruturar o espaço urbano, com base em ‘enclaves’, é a segregação e ausência de contatos entre sujeitos sociais que não partilham da mesma renda ou condição de consumir ou que têm origem social ou conduta diferente. Tal situação se agrava com o crescimento contínuo das taxas de criminalidade, que assustam os segmentos abastados da população que, por sua vez, se recusam a conviver com indivíduos de outras classes ou grupos sociais (Caldeira, 1999; Neto & Quiroga, 2000). Em síntese, para esses segmentos, a formação desses espaços privatizados, auto-suficientes, reduz seus contatos sociais externos, ampliando a

possibilidade de preconceitos e autoritarismos, distanciando-os dos demais segmentos (idem). E, claro, a não convivência social de jovens de classes sociais diferentes leva, “naturalmente”, a construção de visões preconceituosas e estigmatizadas daqueles que são tidos como os “diferentes”, os “não conhecidos” (idem).

Verifica-se ainda que, os jovens, especialmente aqueles oriundos da periferia das grandes cidades, já com uma maior acessibilidade ao consumo e, nesse sentido, se percebendo como incluídos socialmente (ao menos, parcialmente), passam a ter uma maior circularidade e movimentação por espaços antes vedados, ao menos simbolicamente, aos segmentos populares (Peralva, 2000). É o caso, por exemplo, dos shopping centers, de boates, entre outros espaços, regidos por “regras” tácitas de segregação urbana e social, que ocultavam as condições de marginalidade, sem visibilidade social. O apelo ao consumo é feito a todos os segmentos sociais, sem exceção e, os jovens pobres procuram, com as possibilidades de consumir que possuem, adquirir objetos como, roupas, tênis de marca, entre outros, importantes na construção de suas identidades (Diógenes, 1998).

No entanto, um dos efeitos dessa ‘quebra’ das regras veladas de segregação e distanciamento social e físico, entre as classes e segmentos, transposta especialmente pelos jovens da periferia, é a enunciação de novos modos de exclusão e de violência (Diógenes, 1998; Neto & Quiroga, 2000). O esvaziamento, por exemplo, da rua ou da praça pública, como espaço público de encontro ou de visibilidade mútua, entre os cidadãos das mais diversas classes sociais, é um sintoma, agravado pela sensação de medo e perigo que as ruas despertam (Caldeira, 1999). A formação e proliferação de “enclaves” fortificados também é uma das estratégias de adaptação, utilizadas pelas classes abastadas para se proteger e se afastar daqueles segmentos que podem representar o “perigo”, a “ameaça”.

Os jovens, em especial os da periferia urbana brasileira, ao cruzarem essas “fronteiras simbólicas”, que definem limites, lugares sociais, identidades, acabam tendo relações tensas, animosas, com a polícia, por exemplo. Nos estudos sobre representações sociais da juventude sobre a violência, a polícia aparece como o “outro” que, age de forma violenta, com agressões físicas, humilhações, extorsão, fundamentalmente, contra os jovens das periferias urbanas (UNESCO, 1998, 1999, 2000, 2001). É prática conhecida dos jovens pobres, o “bacú”, que é como definem a revista corporal desrespeitosa que os policiais fazem (com tapas, xingamentos), em busca de drogas, objetos roubados ou, simplesmente,

de extorquir ou chantagear os jovens, a fim de conseguir alguma vantagem econômica (idem). Por outro lado, quando circulam por espaços dos segmentos abastados, os mesmos policiais tem receio de abordar ou punir os jovens de classe média, por receio de serem punidos ou rebaixados na corporação (UNESCO, 1999). Segundo Pinheiro (2000), em várias situações e contextos, as agências policiais, no Brasil e na América Latina, agem como uma espécie de, “guardas de fronteira” entre as classes e espaços que são ultrapassados por determinados segmentos ou classes sociais.

Partindo desse contexto ou situação em que há uma hostilidade velada ou explícita entre jovens e polícia, um acesso parcial ou precário aos bens ou símbolos de consumo valorizados socialmente, uma inclusão precária ou dificultada no mercado formal de trabalho, é que devemos compreender a adesão ou formação de grupos, por parte significativa da juventude pobre urbana (Diógenes, 1998). Pertencer a um grupo é percebido pelos jovens, como um fator de segurança e de construção de solidariedades e identidades, seja esse grupo, uma “galera” ou uma gangue (Diógenes, 1998; UNESCO, 1999). Diógenes (1998; 2000), estudando a formação e lógica relacional das gangues, em Fortaleza, entendidas como forma de agrupamento juvenil, defende que elas representam uma forma de “contra-estratégia” para as ameaças ampliadas de fragmentação social e cultural e ‘descentramento’ de modelos e códigos valorativos e de condutas, que vivenciam os jovens, no espaço urbano, isto é, as gangues expõem a face mais visível da diluição e fragmentação de valores que pontuam as sociedades modernas.

Diógenes postula ainda que, entre esses agrupamentos, a violência aparece como uma forma “muda” de afirmação da invisibilidade e da exclusão social e simbólica, compartilhada por jovens pobres e também, como tentativa, por parte desses jovens, de demarcação e expressão da existência de todos os que se sentem, “banidos” e “exilados”, das vantagens econômicas e simbólicas, de uma ordem social fragmentada, excludente, como a brasileira (1998; 2000). Nas suas representações sociais, os jovens tanto os da periferia quanto os pertencentes aos segmentos médios, estabelecem uma relação entre violência e desigualdade social, ou seja, fatores como a pobreza e o desemprego, de alguns segmentos sociais, são percebidos como fatores determinantes no aumento da violência criminal, em especial (UNESCO, 1999, 2001).

Com base nesses apontamentos, reforço que, para efeito dessa pesquisa, a exclusão social é percebida como processo sócio-histórico e resultado de uma série de condições e situações de escassez material e simbólica, que caracteriza o cotidiano de amplas camadas sociais no Brasil e afeta especialmente, os jovens das periferias urbanas (Zaluar, 2004). Significa, nesse sentido, que o acesso marginal ou precário ao mercado de trabalho, ao consumo, à equipamentos urbanos (de lazer, escola, por exemplo) se conjuga aos referenciais ou representações depreciativas e discriminatórias, aos estereótipos que a condição de jovem pobre, morador de periferia, negro ou mestiço acarreta (idem, 2004; Soares, 2000).

Todavia, os agrupamentos juvenis na periferia não necessariamente são protagonistas de práticas violentas, de confronto físico ou de atos criminosos. Esse é o caso, por exemplo, das “galeras” que se juntam, para freqüentar algum evento ou festa, algum espaço de consumo ou de lazer, sem ter na violência, um instrumento ou marca definidora, fundamental, de suas identidades (Diógenes, 1998, 2000). Daí, a existência das galeras que se identificam com estilos musicais, como o funk, o hip hop, o charme, entre outros estilos (idem; Cecchetto, 2004). Cumpre destacar ainda, a importância que os grupos de hip hop ganharam nos últimos anos (ao menos, desde a década de 1990) nas periferias urbanas brasileiras. Tais grupos representam uma alternativa de formação ou restauração de referentes simbólicos afirmativos, positivos, acerca da condição de jovens excluídos ou marginalizados na sociedade de consumo (idem). Compondo letras e canções que denunciam a situação de pobreza, descaso, a falta de perspectiva e de oportunidades por que os jovens pobres urbanos e as classes populares passam, os grupos de hip hop demonstram uma relativa consciência crítica acerca da realidade que os cerca e também, uma maior organização em torno de alguns de seus interesses (idem).

Surgem ainda, em paralelo e ligadas a esses processos de segregação espacial, de crise/ mudanças no “mundo do trabalho”, múltiplas e diferenciadas práticas discursivas, produtoras de representações sociais e construções simbólicas acerca da violência e de seus supostos agentes (Neto & Quiroga, 2000; Diógenes, 2000; Barreira et alii, 1999). Desse modo, produzem-se significados, nomeiam-se indivíduos ou segmentos sociais, suscetíveis ou não, de práticas sociais violentas (Diógenes, 2000; Barreira et alii, 1999). Segundo Porto (2000), em sociedades que passam por processos de fragmentação social e cultural, como a

brasileira, visibiliza-se uma multiplicidade de percepções e representações sociais de um fenômeno polissêmico e social como a violência. No entanto, percebe-se que determinados sujeitos gozam de maior legitimidade social para produzirem seus discursos e significados, inclusive, alcançando uma situação de hegemonia e legitimidade, fruto de sua maior visibilidade social (Herschmann, 2000). Ocorre, desse modo, a constituição de um campo ou espaço social de conflito e disputa simbólica, que envolve diversos discursos, antagônicos ou complementares, pela definição de “verdades” sobre a violência (Herschmann, 2000; Barreira et alii, 1999).

O fato de sociedades, como a brasileira, serem marcadas por uma estratificação econômica e desigualdade social bastante acentuada, com divisões em classes e camadas sociais, contribui para que se produzam significações diferenciadas de acordo com o lugar social e hierárquico de onde se está e de onde se fala, sobre a violência (Barreira et alii, 1999). Elementos como o local de moradia, a capacidade de consumo, denotada pelo tipo de roupa ou aparência, além da orientação sexual, são alguns dos signos que entram na composição de concepções e representações preconceituosas, presentes nas falas e práticas de muitos jovens, de variadas posições sociais (idem).

A juventude, enquanto categoria social, adquire predisposições e maneiras diferenciadas de perceber, de julgar e de agir no mundo social, inclusive quando se trata do fenômeno da violência. Tais predisposições, em grande medida, advêm das origens sociais dos jovens, sejam aqueles originários da classe média e alta, sejam aqueles oriundos dos segmentos populares, dando, por exemplo, os contornos das classificações do “outro”, do “diferente”.

Com frequência, os segmentos ou camadas sociais mais visados são aqueles que não detêm posições privilegiadas na estrutura social e política (Barreira et alii, 1999; Santos, 1999; Paixão, 1988). Justamente por estarem inseridas nesse campo de disputas e lutas simbólicas, sobre visões e concepções de mundo, suas representações e percepções sobre o fenômeno da violência, estão sujeitas a limitações e ambigüidades constantes, devido à sua posição ‘periférica’ na produção das mesmas (idem). Variáveis como gênero e classe, de acordo com alguns estudos, também têm papel relevante na definição e representação que os jovens, pobres ou de classe média, fazem sobre a violência, aliás, esta sendo percebida como instrumento ou meio legítimo, de demarcação de respeito e estilos de

masculinidade por jovens do sexo masculino e das classes populares (Barreira et alii, 1999; Diógenes, 2000).

Mas, como se configura Uberlândia em relação ao fenômeno da violência? No próximo capítulo, buscarei fornecer um esboço relevante para se situar e compreender melhor o contexto de desenvolvimento urbano e criminal do município de Uberlândia.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO E VIOLÊNCIA EM UBERLÂNDIA: UM PANORAMA

O município de Uberlândia chegou ao século XX com 25.000 habitantes (sendo 6.000 na área urbana), e o terminou com 500.488 habitantes. Segundo estimativas feitas pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES-UFU) da Universidade Federal de Uberlândia, o município possuía em 2005, 598 mil habitantes, aproximadamente. Deste total, 98% reside na cidade, ou seja, o município de Uberlândia possui baixo grau de ruralização (2%, aproximadamente), gerando uma acentuada demanda por serviços urbanos: habitação, água e esgoto, educação, saúde, entre outros (CEPES, 2005). O processo de urbanização da cidade começou a se intensificar na década de 1950, quando a sociedade brasileira viveu a transição de um país com economia agrária e população majoritariamente rural para uma sociedade urbano-industrial. Tais transformações sócio-econômicas se fizeram sentir na região do Triângulo Mineiro e de forma destacada em Uberlândia, principal centro urbano da região, atualmente.

Com relação às taxas de crescimento geométrico por grupo etário, os grupos de habitantes com idades até 15 anos vem decrescendo (CEPES, 2001; 2005), por conta da baixa fecundidade e do aumento da longevidade da população local. O crescimento populacional da cidade está ligado diretamente às intensas correntes migratórias das quais o município é alvo. As pesquisas mostram que mais de 50% dos migrantes da cidade vêm de outros municípios mineiros, em especial daqueles mais próximos como Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Araguari, outra parcela significativa do estado de Goiás (CEPES, 2001; 2005). Percebe-se ainda que, o que fomentou o movimento migratório dos responsáveis pelas famílias, pesquisados em 2001, foi, quase sempre, procura por trabalho. 64,6% dos imigrantes chegaram a Uberlândia em busca de emprego, vindo em seguida, e também com participação relevante, acompanhamento de parentes, ou seja, 21,5% dos responsáveis pelas famílias mudaram para Uberlândia acompanhando outro parente que, certamente, também chegou em busca de emprego, educação e outros recursos ou benefícios que o município supostamente ofereceria.

Possuidora de localização estratégica no entroncamento da rede rodo-ferroviária que faz a ligação inter regional dos mercados do Sudeste com os do Centro-Oeste e do

Norte, Uberlândia se converteu em um importante centro urbano, tornando-se fonte e alvo de intensos fluxos migratórios, principalmente a partir de 1955, quando da construção de Brasília (Sampaio, 1985). Tais vantagens beneficiaram a dinâmica econômica do município, com destaque para os setores de agropecuária e de comércio atacadista e varejista. Conforme Sampaio (1985), este setor estimulou o crescimento econômico dos setores industrial, de serviços e das atividades e negócios rurais que, por sua vez, em um movimento circular, reforçaram as bases comerciais do município e da região, um movimento que permitiu uma freqüente alternância de investimentos intersetoriais. A economia rural também sofreu mudanças profundas, principalmente nas décadas de 1960/70, com a difusão da mecanização na produção. No que concerne à industrialização, até os anos 1980, se sobressaíam na cidade as indústrias do tipo tradicional, como as de gênero alimentício, e vestuário e tecidos e de bens intermediários. Em anos recentes, a instalação e a expansão de diversas agroindústrias nacionais e multinacionais diversificou bastante a economia local, acentuando, simultaneamente, a expansão dos setores comerciais e de serviços, principalmente a economia dos transportes. O crescimento urbano, por consequência, foi inevitável e intenso.

Quando se analisa o perfil dos empreendimentos empresariais no município, nota-se que 79,59% podem ser classificados como microempresas, seguidos pelas pequena empresa (16,76%), empresa média, com 3,35% e grande com 0,29% (CEPES, 2005). Quando classificadas por ramos de atividade, verificou-se que a maior parte das empresas encontra-se no ramo de produtos alimentares (15,89%, seguido dos ramos de metalurgia (13,12%) e vestuário, calçados e artefatos de tecido (12, 83%). Com relação à força de trabalho empregada nas empresas aproximadamente 25% dos trabalhadores estão nas microempresas, 30,8% estão nas pequenas empresas; 29,6% estão nas médias e 14,53% estão nas grandes empresas (idem). Na análise dos rendimentos dos trabalhadores da indústria, verifica-se que a grande maioria (72,42%) concentra-se na faixa de rendimentos até 3 salários mínimos. Esse percentual é maior nas empresas de pequeno e médio porte (aproximadamente 80% das pessoas ocupadas estão compreendidas nesta faixa) do que na grande empresa.

Ao analisar a evolução do mercado formal de trabalho no período entre 1990 e 2003, o CEPES constatou que o emprego formal no município cresceu 73,02% com o

aumento em todos os setores de atividade, registrando ainda uma taxa média de crescimento anual de 3,99%. Nos setores do comércio e dos serviços houve aumento relativo da participação na geração de empregos formais, com destaque para o setor de serviços, pois além de concentrar o maior número de empregados ao longo do período, também apresenta um crescimento de 95,75% na geração de empregos ao longo do período analisado, configurando uma taxa de crescimento médio anual de 4,91%. Com relação às variáveis do perfil do empregado, os dados indicam que o nível de escolaridade do trabalhador em Uberlândia tem crescido, quando se verifica que há uma queda na participação dos empregados sem nenhuma escolaridade (analfabetos) e que frequentam ou já concluíram as séries do ensino fundamental, passando de 64,86%, em 1990, para 41,35% em 2003. Conseqüentemente, há um aumento relativo dos empregados com ensino médio (completo e incompleto) e dos nível superior, cuja participação passa de 23,64% e 11,04% em 1990, para 41,25% e 17,4% em 2003, respectivamente (CEPES, 2005).

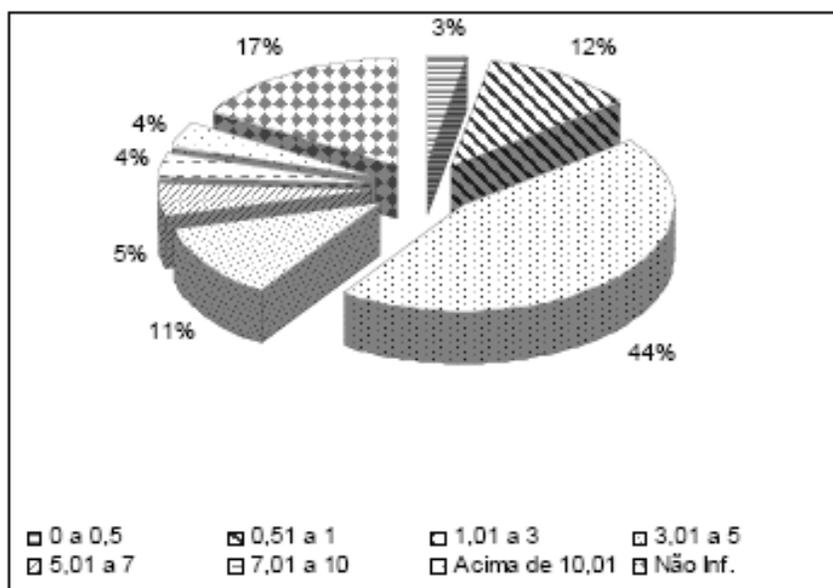
Analisando a faixa etária dos empregados formais, observa-se que há uma relativa queda de empregos gerados para a faixa de idade até 24 anos, quando a sua participação relativa no total de empregos passa de 29,71%, em 1990, para 24,15% em 2003. Conseqüentemente, cresce a participação dos empregados na faixa etária de 25 a 49 anos (61,91%, em 1990, para 66,5% em 2003) o que demonstra uma queda na participação relativa dos jovens no total dos empregos formais gerados. Quando se analisa o empregado segundo faixa de remuneração média, destaca-se que a maioria do empregados formais se encontra recebendo até três salários mínimos e que o aumento da concentração de empregados nesta faixa de remuneração é crescente. Em 1990, 55,22% do total dos empregados formais recebiam até três salários mínimos e em 2003, passam a ser 72,41%, evidenciando pelo lado da renda, uma precarização do mercado de trabalho (ver tabela 1). Além disso, os dados também permitem uma análise sobre a remuneração média, em salários mínimos, dos empregados e apontam que, nos últimos anos, houve queda na remuneração média, ou seja, enquanto em 1990 os empregados recebiam em média 4,57 salários mínimos, chegando a receber até 5,91 salários em media no ano de 1995, em 2003 esta remuneração caiu para 3,31 salários mínimos (ver tabela e gráfico 1).

Tabela 1 – Remuneração média em salários mínimos dos empregados formais em 31/12 – 1990 a 2003

Informação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Massa salarial	311.517	338.840	402.005	357.576	478.415	528.405	408.512	410.078	379.197	388.909	413.805	431.536	375.496	390.251
Total Emp.	68.107	69.821	68.245	77.167	82.820	89.346	83.921	88.458	88.076	93.072	101.374	107.758	112.284	117.840
Remun. média	4,67	4,86	5,88	4,88	5,78	5,91	4,87	4,64	4,31	4,18	4,08	4,00	3,34	3,31

Fonte: CEPES, 2005.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população ocupada por faixas de rendimentos em salários mínimos - 2001



Fonte: CEPES, 2005.

Quando se compara os empregos gerados no mercado de trabalho formal, a população total ocupada e a PEA (população economicamente ativa), verifica-se que, mesmo havendo um crescimento das ocupações formais (58,22% no período de 1990 a 2001) superior ao crescimento da PEA (36,26% entre os anos de 1991 e 2001), a quantidade de postos de trabalho formais e informais ainda é insuficiente para atender essa população economicamente ativa. Ou seja, considerando que no município, em 2001, a PEA era de 229.668 pessoas e que a taxa de desemprego era de 12,42%, verifica-se que apenas 56,6% do total da população ocupada estavam em postos de trabalho formais e

46,42% dos empregados no município atuavam no mercado de trabalho informal, evidenciando o lado precário do mercado de trabalho (ver tabela 2)

Tabela 2 – População e mercado de trabalho entre 1970-2001

	1970	1980	1991	2001
População Economicamente Ativa - PEA (a)	40.527	100.716	168.542	229.668
População Não Economicamente Ativa - PNEA (b)	51.926	84.656	122.707	118.833
População em Idade Ativa - PIA (c)	92.453	185.372	291.249	348.501
População Não em Idade Ativa - PNIA (d)	32.135	55.595	75.813	155.064
População Ocupada - PO (e)	-	98.553	163.154	201.139
População Desocupada - PD (f)	-	2.163	5.388	28.529
Tx Desocupação Aberta(%) (g)	-	2,14	3,20	12,42
População Residente Total	124.588	240.967	367.062	503.565

Fonte: CEPES, 2005.

- (a) Na PEA incluem-se as pessoas empregadas e as pessoas procurando emprego (desempregadas).
 (b) Incluem-se as pessoas não integradas ao mercado de trabalho.
 (c) Incluem-se as pessoas em idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é 10 anos e mais e no ano 2001 superior a 14 anos.
 (d) Incluem-se as pessoas não em idade para o trabalho. Nos anos 70,80 e 91, a idade considerada é de 0 a 9 anos no ano 2001 de 0 a 14.
 (e) Incluem-se o total das pessoas ocupadas no mercado de trabalho (formal e informal).
 (f) Incluem-se as pessoas desocupadas neste mesmo mercado.
 (g) A taxa de desocupação é definida como sendo a relação entre a população desocupada e a população economicamente ativa.

Ao considerar a distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos (em salários mínimos em 2001), destaca-se uma situação de baixos rendimentos quando a maioria desta população (59,5%), incluindo trabalhadores formais e informais, se encontra recebendo até três salários mínimos (ver tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição da população ocupada por faixas de rendimentos - 2001

	Faixas de Rendimentos (em salários mínimos)								Total
	0 a 0,5	0,51 a 1	1,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	Acima de 10,01	Não Inf.	
População Ocupada (a)	5.935	23.732	90.094	23.014	9.700	7.558	7.745	33.362	201.139
População Ocupada (%)	3	11,8	44,8	11,4	4,8	3,8	3,9	16,6	100

Fonte: CEPES, 2005.

Notou-se todavia, que apesar de a mesorregião do Triângulo Mineiro ter se integrado com relativa rapidez ao processo de desenvolvimento industrial e ao crescimento urbano que se verificou no Brasil nas décadas de 1950 e 60, tal processo não foi acompanhado de uma maior integração do contingente de migrantes que se dirigiram para mesma. Significa dizer que mesmo com o crescente assalariamento da força de trabalho, o emprego e a oferta de trabalho em âmbito nacional, não acompanharam e não absorveram o

contingente de migrantes que buscou (e busca) a região desde esse período (Sampaio, 1985). Em face das exigências de melhor qualificação profissional nos setores industrial e de serviços, essa força de trabalho acabou esbarrando nos próprios contingentes residentes nas respectivas cidades, segundo o referido autor. Daí, a interação da economia rural com a urbana, somada às possibilidades sazonais (estação climática e grau de mecanização agrícola) do trabalho desqualificado ou braçal, sugeria um contínuo deslocamento de pessoas, o que possibilita uma maior exploração da força de trabalho à baixo custo (Sampaio, 1985).

O município de Uberlândia e a mesorregião do Triângulo Mineiro estão bem integrados à lógica de expansão espacial do capitalismo brasileiro, apesar disso ter acarretado um crescente desequilíbrio intra-regional. De fato, o avanço da indústria em determinados centros urbanos da região induziu a efeitos previstos nos modelos de desenvolvimento capitalista do tipo centro-periferia, tais como: a concentração populacional nos centros urbanos de economia mais dinâmica, a retração econômica das cidades menores, a modificação na organização da produção rural e intensificação das migrações internas, entre outros. Esses efeitos, somados à deterioração da qualidade de vida na maioria da população regional e local e a incapacidade do aparato estatal de responder às demandas suscitadas pelas transformações sociais e econômicas ocorridas, além das reivindicações desses contingentes populacionais, inscrevem Uberlândia e a mesorregião a que pertence, na diversificada rede urbana brasileira, com seus inúmeros conflitos e problemas sociais (Sampaio, 1985).

Analisemos agora, os indicadores propriamente sociais do município através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), usado pelas Nações Unidas para avaliar países, e outras unidades geográficas, com relação a três dimensões básicas: 1) educação; 2) expectativa de vida ou longevidade; 3) renda. Cada uma dessas dimensões irá fornecer um índice, que varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade em questão. De acordo com as tabelas 4 e 5, a seguir, percebe-se que Uberlândia tem apresentado uma melhoria nas suas condições de vida com base no IDH, pois entre 1970 e 2000 este índice apresentou uma elevação de 0,2263 p.p.. Comparando com o índice de Minas Gerais e do Brasil, Uberlândia também tem um indicador superior. Mas, quando se analisa o ranking do estado ou do país, a

situação da cidade não é tão satisfatória assim, pois em 1991 ocupava a terceira posição e passou à sétima posição em 2000; no ranking do país, passou de 76ª posição para 134ª. Neste período, algumas cidades apresentaram um desenvolvimento superior ao de Uberlândia tanto no estado de Minas Gerais como no Brasil.

Tabela 4 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano de Uberlândia (MG) com o Estado de Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

Índice	Município de Uberlândia				Estado	Brasil
	1970	1980	1991	2000	2000	2000
Total	0,567	0,746	0,777	0,83	0,766	0,757
Renda	0,587	0,954	0,726	0,768	0,711	0,72
Longevidade	0,49	0,6	0,758	0,802	0,736	0,71
Educação	0,625	0,683	0,848	0,92	0,85	0,83
Rank no Brasil			76°	134°	11°	-
Rank no Estado	3°	1°	3°	7°	-	-

Fonte: CEPES, 2005.

Tabela 5 – Evolução dos indicadores componentes do IDH-M de Uberlândia (MG) – 1970, 1980, 1991 e 2000

Componentes do IDHM	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,567	0,746	0,778	0,83
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,38	61,01	70,45	73,11
Taxa de alfabetização de adultos (%)			91,5	94,55
Taxa bruta de frequência escolar (%)			71,31	86,97
Renda per capita (em R\$ de 2000)			306,29	389,32
Índice de longevidade (IDHM-L)	0,49	0,6	0,758	0,802
Índice de educação (IDHM-E)	0,625	0,683	0,848	0,92
Índice de renda (IDHM-R)	0,587	0,954	0,728	0,768
Classificação em Minas Gerais			3	7
Classificação no Brasil			73	131

Fonte: CEPES, 2005.

Através da tabela 5 acima, percebe-se que Uberlândia possui uma taxa de alfabetização superior a noventa por cento da população brasileira (94,55%), terceira melhor taxa do estado mineiro, segundo o CEPES (2005). De acordo com os indicadores para percentual de pessoas por nível de ensino, observa-se que Uberlândia apresenta resultados melhores do que os observados para Minas Gerais e Brasil, para todos os níveis de ensino. A maior taxa verificada foi a taxa bruta de frequência ao ensino fundamental.

Uberlândia, em 1991, tinha 114, 54% e passou para 120, 85% em 2000 (ver tabela 6). Esse indicador maior do que 100% pode significar defasagem nos anos de estudo, já que o número de matrículas no ensino fundamental é maior do que a da população que deveria estar freqüentando o ensino fundamental, de acordo com o CEPES (2005). A maior variação verificada foi em relação ao ensino médio. O município tinha, em 1991, uma taxa bruta de freqüência ao ensino médio de 43,27% e em 2000, esse valor aumentou em mais de 140%, passando para 104,54%, conforme mostra a tabela 6:

Tabela 6 – Indicadores utilizados no IDH-M-Educação de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Taxa de alfabetização		Taxa bruta de freqüência à escola		Taxa bruta de freqüência ao fundamental		Taxa bruta de freqüência ao ensino médio		Taxa bruta de freqüência ao superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	79,93	86,37	63,63	81,89	99,77	124,61	36,73	77,34	10,12	17,47
Minas Gerais	81,81	88,04	61,72	78,93	98,86	118,87	31,83	83,59	8,65	14,84
Belo Horizonte (MG)	92,88	95,38	74,11	87,89	111,68	123,39	55,72	108,91	21,82	33,91
Contagem (MG)	91,69	94,38	67,34	81,68	108,19	123,30	45,96	108,52	7,99	13,22
Uberlândia (MG)	91,50	94,55	71,31	86,97	114,54	120,85	43,27	104,54	14,50	30,77
Juiz de Fora (MG)	92,45	95,30	72,66	85,48	108,44	120,65	52,05	97,04	22,72	29,67
Montes Claros (MG)	84,55	90,08	68,67	81,50	105,95	120,06	46,68	101,91	9,00	14,92
Betim (MG)	84,87	91,45	67,36	82,74	105,43	129,58	31,74	89,18	4,52	8,16
Uberaba (MG)	90,34	93,73	71,99	86,37	109,89	121,93	43,17	111,63	20,42	22,69
Patos de Minas (MG)	87,93	92,23	65,64	84,43	108,27	121,68	49,72	96,76	6,62	19,66
Araguari (MG)	88,89	93,13	67,93	82,02	110,55	117,58	45,24	92,49	9,33	20,70
Ituiutaba (MG)	84,74	88,66	70,64	85,81	116,49	119,68	44,88	107,44	13,15	24,58
Araxá (MG)	88,95	92,92	69,75	84,59	107,17	118,93	48,50	110,14	10,32	17,61
Patrocínio (MG)	86,94	90,76	62,12	76,06	103,52	114,08	36,25	79,44	7,06	13,79
Frutal (MG)	84,93	90,93	57,32	74,47	94,15	109,96	38,62	76,30	4,32	14,99

Fonte: CEPES, 2005.

Tabela 7 – Porcentual de pessoas por nível de ensino de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	Taxa bruta de freqüência ao fundamental		Taxa bruta de freqüência ao ensino médio		Taxa bruta de freqüência ao superior		% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior		% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	99,77	124,61	36,73	77,34	10,12	17,47	4,36	7,50	4,45	7,58
Minas Gerais	98,86	118,87	31,83	83,59	8,65	14,84	3,58	6,52	3,63	6,57
Belo Horizonte (MG)	111,68	123,39	55,72	108,91	21,82	33,91	9,19	15,15	9,28	15,26
Contagem (MG)	108,19	123,30	45,96	108,52	7,99	13,22	2,49	4,98	2,58	5,00
Uberlândia (MG)	114,54	120,85	43,27	104,54	14,50	30,77	6,81	13,28	6,91	13,30
Juiz de Fora (MG)	108,44	120,65	52,05	97,04	22,72	29,67	9,10	13,43	9,32	13,49
Montes Claros (MG)	105,95	120,06	46,68	101,91	9,00	14,92	3,17	5,89	3,23	5,94
Betim (MG)	105,43	129,58	31,74	89,18	4,52	8,16	1,09	2,97	1,09	3,00
Uberaba (MG)	109,89	121,93	43,17	111,63	20,42	22,69	10,38	11,11	10,56	11,22
Patos de Minas (MG)	108,27	121,68	49,72	96,76	6,62	19,66	3,43	10,15	3,43	10,15
Araguari (MG)	110,55	117,58	45,24	92,49	9,33	20,70	5,08	11,21	5,08	11,30
Ituiutaba (MG)	116,49	119,68	44,88	107,44	13,15	24,58	7,24	12,53	7,24	12,67
Araxá (MG)	107,17	118,93	48,50	110,14	10,32	17,61	4,60	7,05	4,60	7,18
Patrocínio (MG)	103,52	114,08	36,25	79,44	7,06	13,79	3,50	8,76	3,62	8,76
Frutal (MG)	94,15	109,96	38,62	76,30	4,32	14,99	1,28	6,74	1,28	6,74

Fonte: CEPES, 2005.

Quando se analisa propriamente a faixa etária jovem (especificamente aqueles entre 18 e 25 anos), o CEPES constatou que em 1991, 7,16% da população jovem uberlandense tinha doze anos ou mais de estudo, passando para 10,82% em 2000. Dentre os municípios mineiros selecionados pelo CEPES, Uberlândia obteve o terceiro maior percentual de jovens freqüentando ou com acesso ao curso superior em 2000, ficando atrás apenas de Belo Horizonte e Juiz de Fora (CEPES, 2005).

Por fim, gostaria de fazer algumas considerações sobre os indicadores de pobreza da cidade. Constatou-se que, entre 1999 e 2000, a porcentagem de indigentes (indivíduos que tem renda domiciliar de ¼ de salário mínimo) em Uberlândia aumentou, passando de 3,15% para 3,91% nos anos analisados como mostra tabela 8, abaixo:

Tabela 8 – Indicadores de pobreza de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% de indigentes		% de pobres		% de crianças indigentes		% de crianças pobres		Intensidade da pobreza		Intensidade da indigência	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	20,24	16,32	40,08	32,75	28,96	25,18	51,30	45,99	49,18	49,68	42,04	53,87
Minas Gerais	19,72	12,57	43,27	29,77	29,16	20,49	55,33	43,36	45,83	43,78	37,50	48,54
Belo Horizonte (MG)	6,05	4,92	18,89	14,17	10,52	8,82	28,77	24,04	37,97	40,64	33,84	55,92
Contagem (MG)	6,82	6,96	24,18	18,75	10,71	11,25	33,29	28,48	35,67	41,85	29,67	55,55
Uberlândia (MG)	3,15	3,91	14,13	12,77	4,82	6,19	19,90	19,79	32,76	37,70	31,85	60,34
Juiz de Fora (MG)	6,39	4,35	21,09	14,12	11,44	8,15	32,28	24,15	36,97	36,73	34,45	50,08
Montes Claros (MG)	21,76	13,98	48,16	34,53	30,27	22,10	58,32	47,73	45,76	42,06	35,01	42,68
Betim (MG)	14,45	11,55	39,10	29,31	18,90	17,01	47,95	39,85	40,95	44,41	33,72	58,78
Uberaba (MG)	4,58	3,59	19,20	12,06	7,35	6,11	27,61	19,77	34,19	35,86	34,95	53,56
Patos de Minas (MG)	9,71	4,38	32,54	16,58	15,42	7,38	42,06	25,17	36,22	32,35	28,68	48,60
Araguari (MG)	5,98	4,70	24,79	16,05	10,08	8,07	35,68	25,34	33,28	36,22	29,32	53,03
Ituútaba (MG)	7,83	6,30	26,13	21,77	12,29	9,99	35,86	32,11	36,95	35,25	30,04	51,61
Araxá (MG)	7,10	4,20	26,76	15,71	11,37	6,77	36,78	24,09	35,17	34,53	32,95	57,75
Patrocínio (MG)	12,95	7,56	37,92	23,88	20,28	13,35	49,95	35,96	39,79	34,83	31,02	49,80
Frutal (MG)	8,09	5,39	27,24	19,03	12,52	9,43	38,19	29,98	37,93	35,23	30,64	53,11

Fonte: CEPES, 2005.

Ao mesmo tempo cresceu também o percentual de crianças indigentes, ou seja, de crianças que vivem em domicílios com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 95. Em 1991, esse percentual era de 4,82% e, em 2000, subiu para 6,19%, evidenciando um quadro de aumento do número de crianças em situação de risco. Outro indicador importante para se perceber a renda da população de Uberlândia é a renda per capita. Em Uberlândia, no ano 2000, a renda era de R\$ 389,32, relativamente superior à renda de R\$ 306,29 em 1991.

Observou-se ainda que os 20% mais pobres apropriavam-se de aproximadamente 4% da renda do município, em 1991, segundo a renda domiciliar per capita. Em 2000, essa mesma faixa da população, passou a apropriar-se de 3,27% da renda do município, conforme mostra a tabela 9. Por outro lado, a faixa dos 20% mais ricos da população, que em 1991, se apropriavam de 58,28% da renda, passou a se apropriar de 61,43% em 2000. Movimento semelhante ocorreu para as demais faixas da população: 40% mais pobres (passou de 11,64% para 10,24%); os 60% mais pobres (de 23,23% para 20,94%) e 80% mais pobres (de 41,72% para 38,57%) enquanto os 10% mais ricos, que se apropriavam, em 1991, de aproximadamente 43% da renda, passaram a se apropriar de 46% em 2000 (CEPES, 2005). As tabelas 9 e 10 abaixo, ilustram bem o aumento da concentração de renda no município:

Tabela 9 – Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres		% da renda apropriada pelos 40% mais pobres		% da renda apropriada pelos 60% mais pobres		% da renda apropriada pelos 80% mais pobres		% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	1,90	1,50	6,70	6,36	15,72	15,35	32,89	31,94	67,11	68,06	50,99	52,36
Minas Gerais	2,48	2,18	8,01	7,96	17,45	17,71	34,15	34,29	65,85	65,71	50,38	50,56
Belo Horizonte (MG)	2,38	2,11	7,64	7,14	16,93	16,10	35,11	33,90	64,90	66,10	47,40	48,58
Contagem (MG)	4,21	3,29	12,64	11,34	25,84	24,29	47,03	45,30	52,98	54,70	36,11	38,17
Uberlândia (MG)	3,99	3,27	11,64	10,24	23,23	20,94	41,72	38,57	58,28	61,43	42,77	45,82
Juiz de Fora (MG)	2,98	2,86	9,31	9,11	19,89	19,40	38,23	37,76	61,77	62,24	45,10	45,53
Montes Claros (MG)	2,80	2,36	8,49	8,03	17,88	17,41	34,47	33,98	65,53	66,02	49,68	50,45
Betim (MG)	3,68	2,93	11,23	10,79	23,18	23,45	42,07	43,34	57,94	56,66	42,58	40,52
Uberaba (MG)	3,69	3,35	10,84	10,37	22,02	21,07	40,94	38,44	59,06	61,56	42,84	46,47
Patos de Minas (MG)	3,38	3,76	9,91	11,23	19,96	22,46	36,38	40,10	63,62	59,90	48,72	44,34
Araguari (MG)	4,06	3,48	11,72	10,84	23,01	21,79	40,98	39,65	59,02	60,36	43,86	45,18
Ituiutaba (MG)	3,54	3,11	10,60	9,66	21,13	19,74	37,85	36,31	62,15	63,70	48,32	48,49
Araxá (MG)	3,73	3,33	10,98	10,25	22,28	20,67	40,90	37,67	59,10	62,33	42,41	47,35
Patrocínio (MG)	3,53	3,17	10,43	9,88	20,74	19,94	37,49	35,30	62,52	64,70	47,43	51,28
Frutal (MG)	3,36	3,34	10,20	10,34	20,94	20,97	38,90	37,82	61,10	62,18	45,66	47,06

Fonte: CEPES, 2005.

Tabela 10 – Indicadores sintéticos da desigualdade de renda de Uberlândia e municípios selecionados: 1991 e 2000

Localidade	10% mais ricos / 40% mais pobres		20% mais ricos / 40% mais pobres		Índice de Gini		Índice de Theil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	30,43	32,93	20,03	21,40	0,63	0,65	0,77	0,76
Minas Gerais	25,16	25,40	16,44	16,50	0,61	0,62	0,70	0,67
Belo Horizonte (MG)	24,83	27,22	17,00	18,52	0,61	0,62	0,69	0,71
Contagem (MG)	11,43	13,46	8,38	9,64	0,48	0,51	0,40	0,43
Uberlândia (MG)	14,70	17,91	10,01	12,00	0,53	0,56	0,49	0,55
Juiz de Fora (MG)	19,37	19,99	13,27	13,67	0,57	0,58	0,58	0,59
Montes Claros (MG)	23,42	25,14	15,44	16,45	0,61	0,62	0,66	0,67
Betim (MG)	15,17	15,03	10,32	10,51	0,53	0,53	0,49	0,44
Uberaba (MG)	15,81	17,92	10,90	11,87	0,54	0,57	0,51	0,56
Patos de Minas (MG)	19,66	15,80	12,83	10,67	0,58	0,54	0,60	0,50
Araguari (MG)	14,97	16,67	10,07	11,13	0,53	0,55	0,50	0,52
Ituiutaba (MG)	18,24	20,09	11,73	13,19	0,57	0,59	0,58	0,58
Araxá (MG)	15,45	18,48	10,77	12,16	0,54	0,57	0,50	0,55
Patrocínio (MG)	18,19	20,76	11,99	13,09	0,57	0,60	0,57	0,61
Frutal (MG)	17,91	18,21	11,98	12,03	0,56	0,57	0,56	0,55

Fonte: CEPES, 2005.

Analiso a seguir alguns indicadores da criminalidade violenta em Uberlândia e em Minas Gerais. Ressalto todavia, que devido ao escasso número de pesquisas disponíveis utilizarei aquelas feitas pela Fundação João Pinheiro, além de seus boletins criminais trimestrais, valiosos no entendimento ao menos parcial da dinâmica criminal no estado e nos municípios.

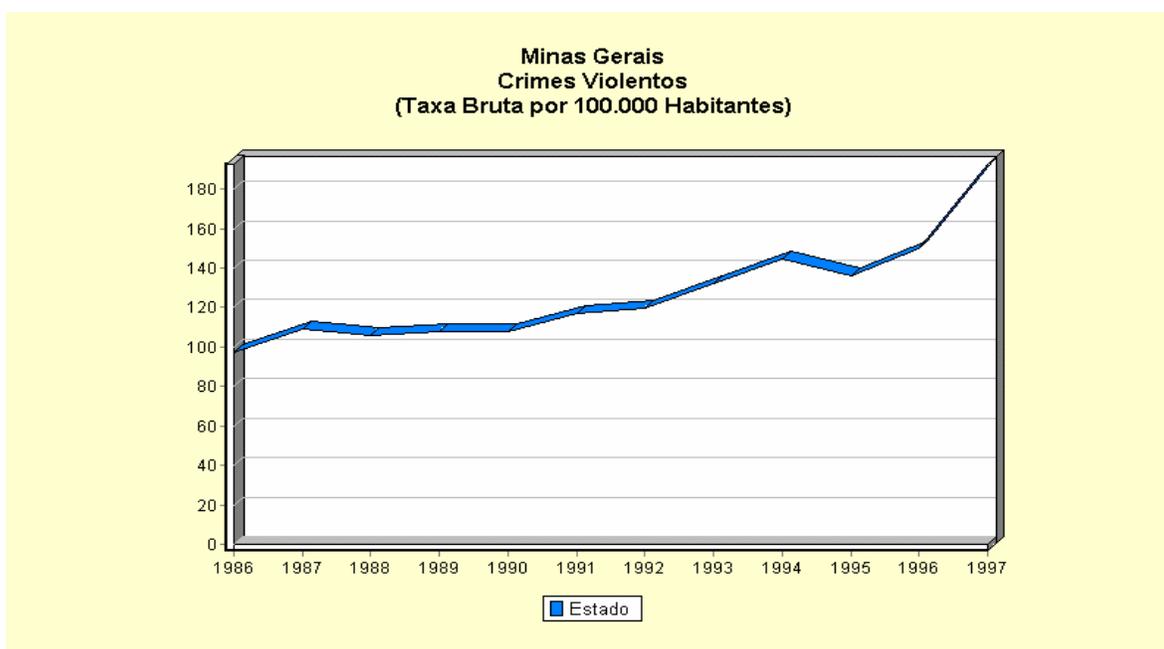
4.1. Indicadores de criminalidade violenta

O intenso processo de urbanização de Uberlândia acompanhou, em grande medida, os padrões observados no país e no próprio estado de Minas Gerais no que se refere aos indicadores de criminalidade, guardando, entretanto, algumas peculiaridades. Em Minas Gerais, as maiores taxas de crimes violentos estão nos municípios mais industrializados e urbanizados, destacando-se os crimes contra o patrimônio (Fundação João Pinheiro, 2000; 2004; 2006). Mais do que iniciativas individualizadas, as atividades criminosas no estado mineiro e em todo o Brasil tomam formas organizadas e lógica “empresarial”, com a expansão do tráfico de drogas e de quadrilhas especializadas em seqüestros, estelionatos e outros "negócios" lucrativos (Zaluar, 1996; 2004; Soares, 2000; 2003; Fundação João

Pinheiro,2000; 2004; 2006). Também se observa nesse período um crescimento exponencial dos crimes violentos, como o roubo à mão armada e o homicídio, expressões mais amedrontadoras da violência criminal. Os dados apresentados a seguir foram coletados junto aos estudos em boletins da Fundação João Pinheiro, cobrindo o período de 1986 a 1997, além dos anos de 2004 e 2006.

Conforme demonstra o Gráfico 2, a taxa de crimes violentos cresceu acentuadamente no estado de Minas Gerais como um todo, principalmente em 1996, digase de passagem, período áureo do Plano Real, em que houve uma suposta melhoria relativa das condições de vida e consumo da maioria da população. Em 1986, por exemplo, a taxa de crimes violentos para o estado de Minas Gerais era de 96,98 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes, chegando a 192,62 ocorrências por 100mil habitantes em 1997.

Gráfico 2



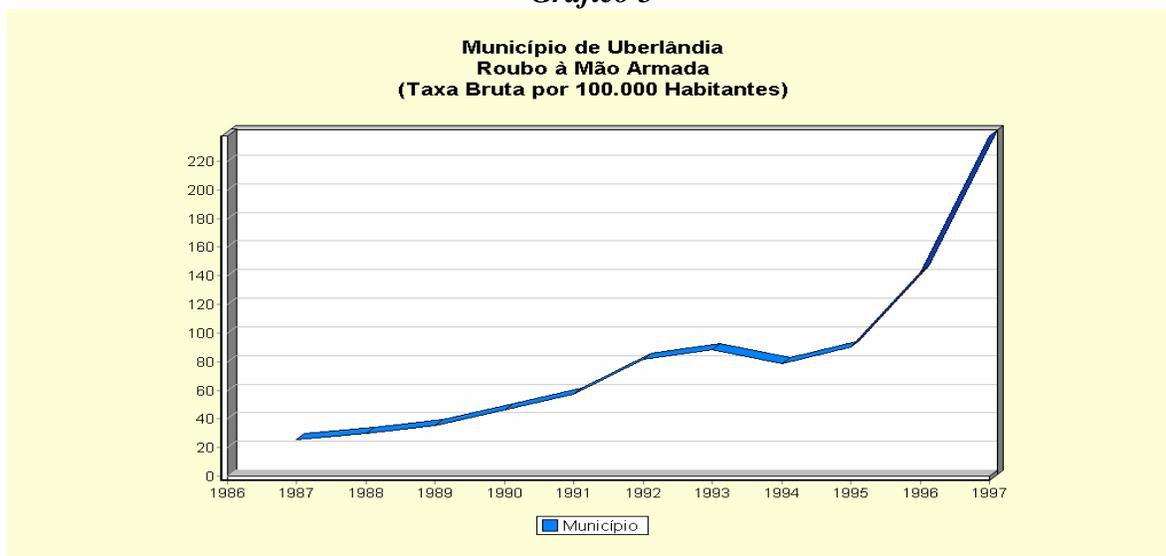
Fonte: Fundação João Pinheiro (2000). Criminalidade violenta em Minas Gerais. 1986-1997.

A taxa de crimes violentos cresceu com uma mudança no padrão de criminalidade. Os crimes contra o patrimônio superaram de forma expressiva os crimes contra pessoa

(homicídio tentado ou consumado e estupro, por exemplo). Mas essa tendência se verifica desde o início da década de 1990 (Fundação João Pinheiro, 2000). Basta observar que a taxa de crimes contra o patrimônio, que em 1986 era de 41 ocorrências por 100.000 habitantes, alcança em 1997 o patamar de 138 ocorrências policiais por 100.000 habitantes, representando um aumento superior a 300% no período. Os crimes contra a pessoa registravam, em 1986 aproximadamente 57 ocorrências policiais por 100 mil habitantes e em 1997 este índice registrava aproximadamente 55 ocorrências criminais por 100 mil habitantes, apresentando uma queda de 5% no período analisado e refletindo uma relativa estabilidade de suas taxas.

No Gráfico 3, se observa que a taxa de roubos à mão armada, modalidade específica de crime contra o patrimônio, teve um aumento de aproximadamente 400%, entre 1991 e 1996. Tal modalidade criminal, que não atingia sequer o registro de 100 ocorrências até meados da década de 1990, alcança mais de 500 ocorrências nos anos finais da década. É neste delito específico que aparecem algumas ocorrências policiais e registros em processos penais de quadrilhas especializadas em roubos de cargas, e de carros de luxo, por exemplo, para algumas autoridades criminais do município.

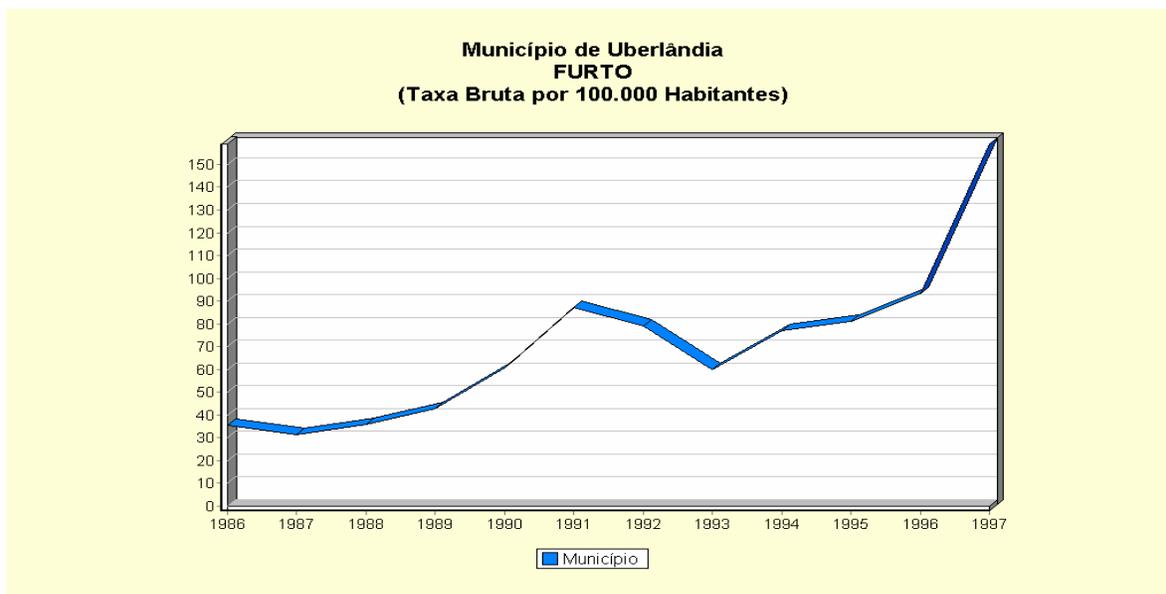
Gráfico 3



Fonte: Fundação João Pinheiro (2000). Criminalidade violenta em Minas Gerais. 1986-1997.

Com relação ao crime de furto, em que não se emprega diretamente a coerção física e psicológica, houve também uma evolução preocupante, como se vê no Gráfico 4. Saltou de aproximadamente 35 ocorrências criminais por 100 mil habitantes em 1986, para mais de 159 ocorrências por 100 mil habitantes em 1997, significando uma variação de 455% no período analisado. Tal modalidade experimentou um crescimento explosivo principalmente em 1990, sem esquecer que as estatísticas para este tipo de crime sofrem de considerável sub notificações ou cifras negras, que correspondem à quantidade de ocorrências não registradas pela polícia. O furto em Uberlândia, em grande medida, é praticado com o objetivo de adquirir bens de valor econômico para a compra de drogas, segundos os mesmos agentes criminais citados. Ele se insere, portanto, nessa nova dinâmica criminal brasileira, em que o tráfico de drogas e outras atividades do crime organizado colonizam, de forma significativa, as demais modalidades delituosas (Zaluar, 1996; Soares, 2000).

Gráfico 4

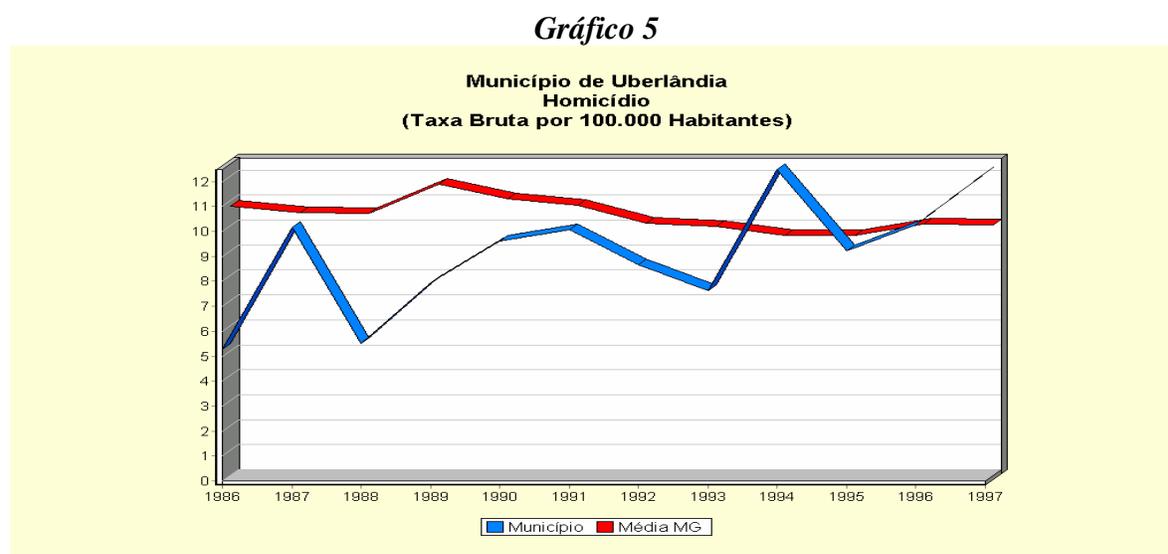


Fonte: Fundação João Pinheiro (2000). Criminalidade violenta em Minas Gerais. 1986-1997.

Os crimes contra a saúde pública, como o uso, tráfico e plantio de drogas, também apresentam um crescimento expressivo ao longo da década de 1990. Em 1991, o número de

ocorrências registradas era de 29 por grupo de 100.000 habitantes. Este número salta para 78 ocorrências por 100.000 habitantes em 1998, e sua distribuição espacial acompanha a dos crimes contra patrimônio: concentra-se no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas no Vale do Rio Doce e na região metropolitana de Belo Horizonte (Fundação João Pinheiro, 2000).

O homicídio, crime mais violento contra a pessoa, apresenta uma relativa estabilidade em suas taxas por 100.000 habitantes, conforme aponta o Gráfico 5. Uberlândia segue a tendência geral do estado mineiro como um todo para esta modalidade criminal, apesar de uma ligeira variação entre 1993 e 1999



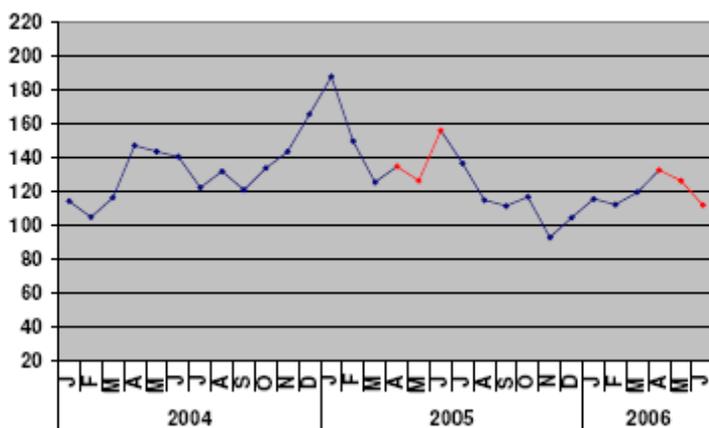
Fonte: Fundação João Pinheiro (2000). Criminalidade violenta em Minas Gerais. 1986-1997.

Mas essa espiral de criminalidade, principalmente os crimes contra o patrimônio, cresce nas regiões e centros urbanos com maior industrialização e concentração demográfica do estado mineiro, em especial nos municípios com população acima de 100 mil habitantes, cujas taxas de crimes violentos ultrapassam 100 ocorrências por 100 mil habitantes, no decorrer da década de 1990. Nos municípios com população acima de 500 mil habitantes, como Uberlândia, Contagem e Juiz de Fora, as taxas de crimes violentos cresceram expressivamente no decorrer da referida década, alcançando taxas de mais de 500 ocorrências por 100 mil habitantes (Fundação João Pinheiro, 2000). Assim, a

criminalidade em Uberlândia é, de uma certa forma, componente e tributária daquilo que vem acontecendo em Minas Gerais, especialmente nas grandes cidades do estado. Por outro lado apresenta condicionantes na própria situação do Triângulo Mineiro, segundo a referida fonte.

Segundo os estudos da Fundação João Pinheiro, o município de Uberlândia e a mesoregião do Triângulo Mineiro se diferenciam de outras regiões do estado pelo fato de possuem taxas baixas de homicídios e altas taxas de crimes contra o patrimônio (roubo ou furto, por exemplo). Apesar de Uberlândia ser considerada a terceira cidade mais violenta de Minas Gerais (quando se trata de crimes contra o patrimônio), nota-se uma relativa queda das ocorrências registradas pela PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais), quando se trata de crimes violentos, segundo a Fundação João Pinheiro (2006). O gráfico 6, a seguir, ilustra melhor tal situação:

Gráfico 6 – Taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes - Uberlândia

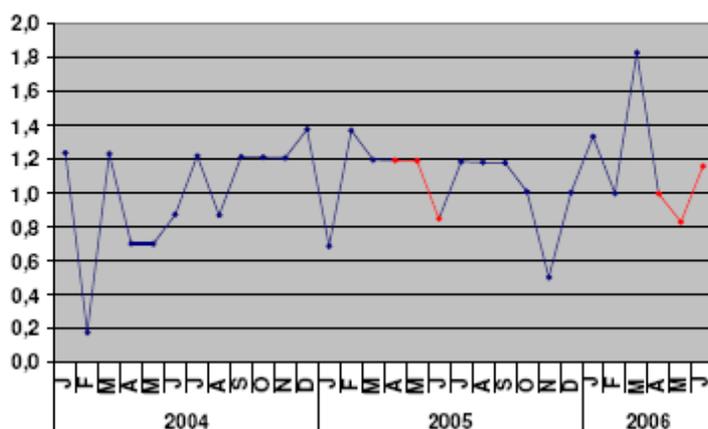


Fonte: Fundação João Pinheiro/ PMMG (2004; 2005; 2006). Boletim de Informações criminais de Minas Gerais n° 2.

No caso dos crimes violentos, segundo a Fundação João Pinheiro, observou-se uma queda de 11,09% nas taxas médias entre abril e junho de 2005 e o mesmo período de 2006. No primeiro caso, foi registrada taxa média de 138,75 ocorrências por 100 mil habitantes,

enquanto que, para o ano de 2006, foi observada taxa média de 123,37 ocorrências por 100 mil habitantes. É importante lembrar ainda, que os dados (contidos nos gráficos e tabelas) sobre a violência criminal apresentado nesse item da dissertação, são retirados dos boletins periódicos emitidos e publicizados pela Fundação João Pinheiro, daí a discriminação por meses e/ou taxas brutas de ocorrências da PMMG, fonte importante de dados da fundação.

Gráfico 7 – Taxa de homicídios por 100.000 habitantes - Uberlândia



Fonte: Fundação João Pinheiro/ PMMG (2004; 2005; 2006). Boletim de Informações criminais de Minas Gerais n° 2.

Para os homicídios, a queda observada entre o segundo trimestre de 2005 e o segundo de 2006 foi de 7,71% em virtude do fato de que, entre abril e junho de 2005 ter sido registrada taxa média de 1,08 ocorrências de homicídio por 100 mil habitantes, enquanto que, entre abril e junho de 2006, a taxa média registrada alcançou 0,99 ocorrências por 100 mil habitantes. Já com as ocorrências de roubo o resultado é idêntico aos crimes violentos, com queda observada de 10,88% nas taxas médias, de 134,21 ocorrências por 100 mil habitantes no segundo trimestre de 2005, para 119,61 ocorrências no segundo trimestre de 2006. Ressalte-se que tanto as ocorrências de crimes violentos, como as ocorrências de roubo, apresentam tendência de queda desde o segundo trimestre de 2004, conforme o gráfico 8 e a tabela 11 (Fundação João Pinheiro, 2004; 2006)

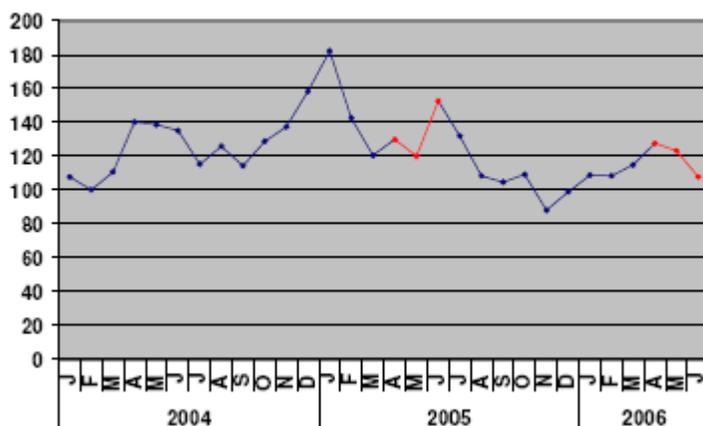
Tabela 11 – Número de crimes violentos registrados pela PMMG em Uberlândia

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2004	645	593	660	837	819	803	700	757	696	772	830	960
2005	1.092	873	732	789	741	918	806	679	660	694	552	624
2006	691	672	718	797	761	675						

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

A tabela 11 mostra a variação, em dados absolutos das ocorrências registradas pela PMMG ao longo dos últimos três anos, sendo que, para o ano de 2006, os dados disponíveis são apenas os do primeiro semestre/ 2006. Todavia não é possível inferir, com precisão, as razões ou variáveis responsáveis pela relativa queda verificada no segundo semestre de 2004 e 2005 do número de crimes violentos registrados. Tal se deve à carência de estudos ou pesquisas sobre a variação das ocorrências criminais na cidade.

Gráfico 8 – Taxa de roubos por 100.000 habitantes - Uberlândia

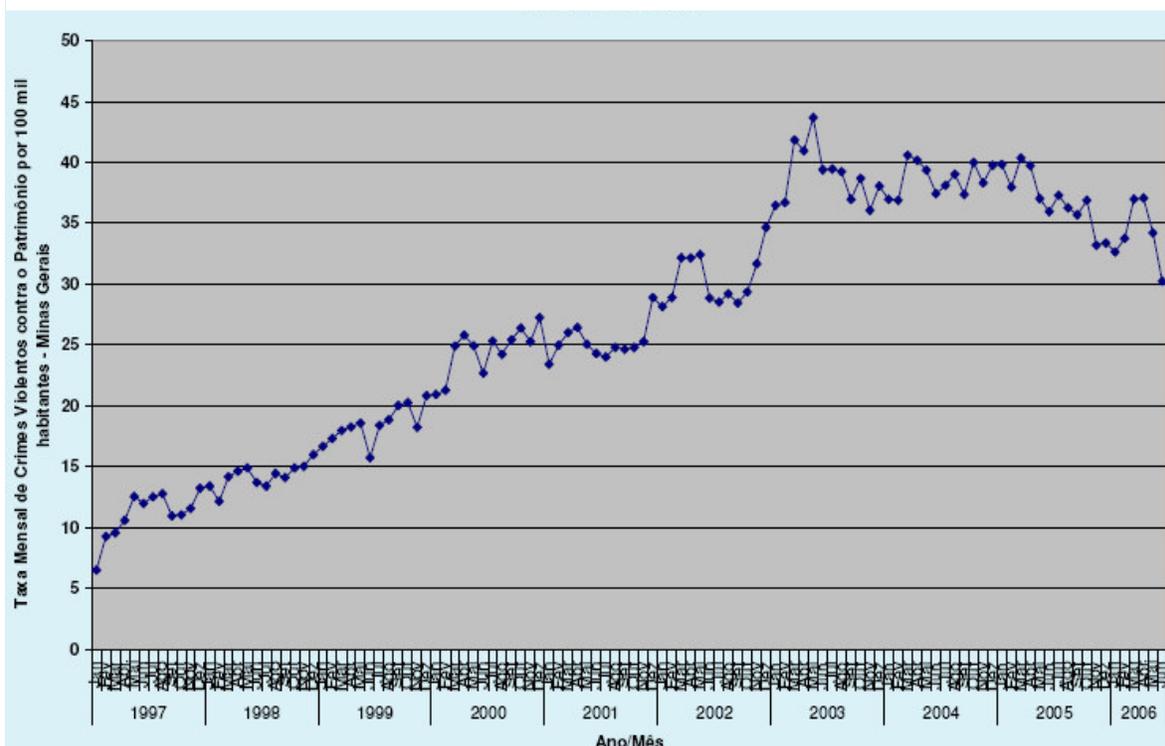


Fonte: Fundação João Pinheiro/ PMMG (2004; 2005; 2006). Boletim de Informações criminais de Minas Gerais n° 2.

Por fim, gostaria de apontar, com base em gráficos elaborados pela Fundação João Pinheiro, a tendência histórica de crimes como o roubo e o homicídio, modalidades de referencia para se mensurar a dinâmica criminal no estado. Analisando-se a série histórica

do comportamento destas taxas podemos observar, no caso das ocorrências de roubo, uma elevação, contínua e sistemática desde 1997, atingindo o pico mais alto em março de 2003, com 43,7 ocorrências por 100 mil habitantes, decrescendo desde então, chegando ao patamar de 30,25 ocorrências por 100 mil habitantes em junho de 2006, como podemos ver no gráfico 9:

Gráfico 9 – Taxa mensal de roubos por 100.000 habitantes – Minas Gerais

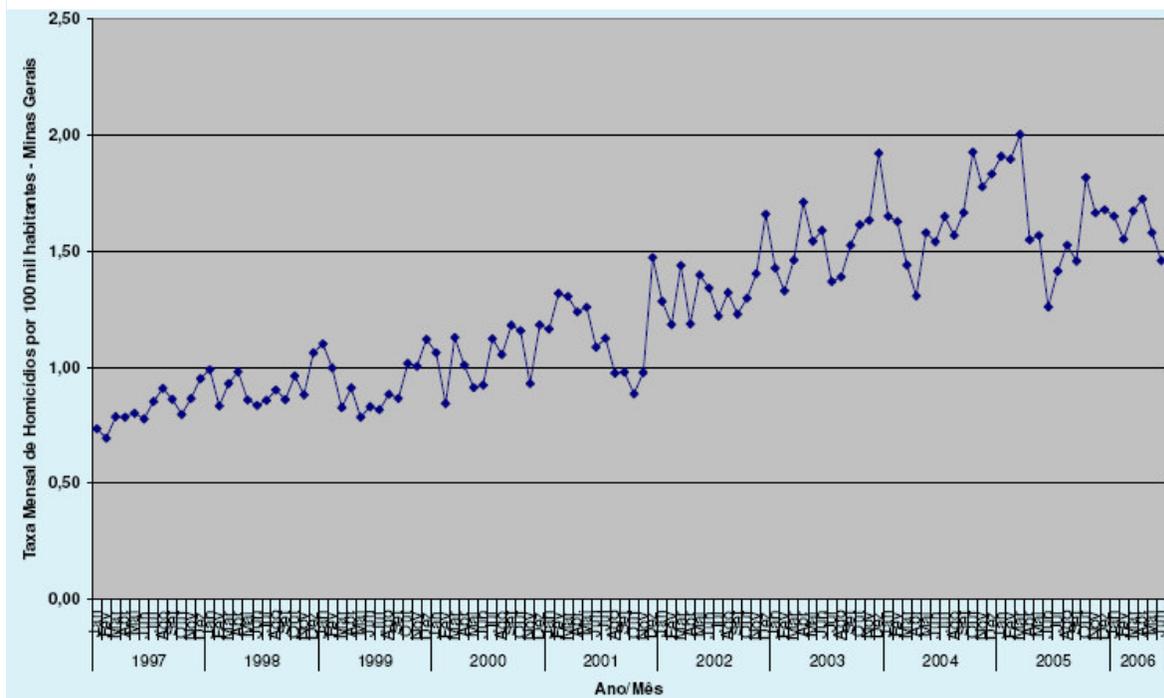


Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

No caso de homicídios o comportamento das taxas é idêntico, atingindo o seu pico, entretanto, em março de 2005, no patamar de 2,00 ocorrências por 100 mil habitantes em junho de 2006, como pode ser visto no gráfico 10, a seguir. As médias anuais das taxas mensais apontam, no caso dos roubos, para um crescimento de 252% entre 1997 e 2003 e

uma queda de 12,36% entre 2003 e junho de 2006. No caso de homicídios, observa-se um crescimento de 100% entre 1997 e 2005 e uma queda de 2,43% entre 2005 e junho de 2006.

Gráfico 10 – Taxa mensal de homicídios por 100.000 habitantes – Minas Gerais



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

Gostaria de ressaltar que objetivo deste capítulo foi apontar alguns indicadores que considero fundamentais para se compreender minimamente a realidade do município de Uberlândia. Embora reconheça a importância e a “riqueza” de informações/ elementos que uma análise aprofundada dos dados possa fornecer, optei por fazer uma análise e “apresentação” panorâmica dos dados e indicadores estatísticos, criminais da cidade. Tal escolha se deveu tão somente ao receio de desviar ou perder o foco da dissertação. Todavia, relatórios e estudos da Fundação João Pinheiro apontam para a relação entre os referidos indicadores e o envolvimento de jovens nas ocorrências criminais, em específico (2000; 2004; 2006).

Penso que os dados apresentados nesse capítulo, revelam uma cidade atravessada por contrastes. Embora, seja percebida pelo imaginário local como a “locomotiva” da mesorregião do Triângulo Mineiro, Uberlândia possui índices preocupantes com relação à informalidade no mercado de trabalho e nível salarial de sua força de trabalho. O mesmo se verifica em relação aos seus indicadores criminais. Como já ressaltado, a cidade ostenta a incomoda posição de terceira mais violenta do estado mineiro, além de se perfilar como um importante corredor do tráfico de drogas no Brasil, conforme a Fundação João Pinheiro (2000). Tal situação mostra a urgência de políticas públicas articuladas (de segurança, trabalho, educação) que ao menos minimize alguns dos efeitos negativos de seu crescimento econômico e urbano acelerado nas últimas décadas.

5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOS JOVENS DE UBERLÂNDIA

Tentar “decifrar” ou compreender minimamente as representações ou construções simbólicas de determinado grupo social constitui-se numa tarefa, que traz apreensão, receio, mas também estímulo, desafio. Investigar em especial, um grupo tão heterogêneo, plural, contraditório como a juventude (o termo por si só carrega uma certa “elasticidade” que as vezes confunde o pesquisador) revelou-se para esse pesquisador um desafio cheio de “armadilhas”. Exercitar, colocar em prática, um princípio teórico-metodológico basilar (já apontado por nossos pais fundadores) como aquele que “exige” do cientista social uma postura de ‘estranhamento’ ou distanciamento (diria estratégico) em relação ao seu objeto de pesquisa, ganha uma dimensão tal que dificilmente percebemos quando lemos ou discutimos os manuais ou textos clássicos de metodologia.

Proponho nesse capítulo não um exercício de interpretação que ambicione captar na sua totalidade os sentidos, os valores, enfim, a “verdade” ou essência das representações sociais dos pesquisados, mas uma, dentre inúmeras outras perspectivas de compreensão dessas ‘substâncias’ ou componentes abstratos, fugidios, que são as representações, que compõe a sociabilidade (o seu “estar-no-mundo”, diriam Sartre e os existencialistas !) da juventude de Uberlândia. Por isso, num primeiro momento trato da experiência em si da pesquisa empírica, entendida enquanto momento crucial do fazer sociológico e também como etapa fundamental da formação de um cientista social. Num segundo momento trato de compreender, ‘construir’ um sentido para a miríade ou “turbilhão” de significados produzidos pelos jovens pesquisados.

5.1. A propósito da pesquisa de campo: notas de uma experiência com a alteridade

Penetrar no universo juvenil e presenciar suas práticas, experiências, além de perceber como pensam, seus valores, suas “idéias” sobre determinados assuntos ou temas como pesquisador, guardou um certo risco ou apreensão, como já descrevi acima. Principalmente por não haver uma distância, em termos de idade, tão extensa com relação

ao grupo social que pesquisei. Desconfiança, estranhamento, receio fizeram parte do meu itinerário investigativo ao longo dos três meses, aproximadamente, de pesquisa empírica. De início, percebe-se uma postura “desconfiadamente” contemplativa em relação ao ‘estranho’ que aparece, por parte dos pesquisados. Avançar por exemplo, em espaços ou locais estranhos ao universo habitual do pesquisador coloca-o de frente com situações e ‘personagens’ que dificilmente este conheceria na sua vivência cotidiana. Uma das entrevistadas dessa pesquisa por exemplo, ao ser consultada e convidada a participar da pesquisa, através da entrevista, questionou: “...*Por quê a entrevista nesse bairro !? Só porque nós somos pobres !?...*” (entrevistada, 16 anos)

Tratava-se de uma jovem de dezesseis anos, moradora de um bairro da periferia da cidade de Uberlândia, mas que exemplificava com seu questionamento as situações e “saídas justas” que um pesquisador pode passar na sua busca por dados, informação. Talvez por experiências anteriores de estigma ou preconceito, enfim de situações de violência simbólica vivenciadas por ela com pessoas “de fora”, a entrevistada tenha achado pertinente expressar, com tom desafiador, tal desconfiança. Penso que tal situação expressa com clareza, quão ‘sensível’ e delicado é o momento do trabalho de campo. Gestos, olhares ilustram uma espécie de “sinfonia corporal” que demanda do pesquisador cuidados e atenção ao investigar determinada realidade ou grupo social.

Papel fundamental na pesquisa empírica é aquele desempenhado pelos indivíduos que classificamos como informantes, ao atuarem como mediadores dos contatos com outras fontes e também ao “apresentarem” ou guiarem o pesquisador em determinado espaço como o bairro ou uma casa. Em outras palavras, são os “nativos” (como diriam os antropólogos) que cumprem uma função essencial numa pesquisa qualitativa, que é facilitar ou tornar possível o acesso do cientista ao seu universo de pesquisa. Podem inclusive auxiliar o pesquisador ao fornecerem informações ou atuarem como “decodificadores” de determinadas práticas ou expressões dos pesquisados, inicialmente de difícil apreensão para o cientista.

Todavia, o pesquisador deve tomar cuidado ao lidar com as informações fornecidas por suas fontes, pois essas expressam visões, às vezes preconceitos, vieses, ou mesmo uma percepção unilateral de determinado indivíduo ou situação, presente na pesquisa. Portanto, este deve “filtrar” ou tratar com certo cuidado as informações ou as representações que suas

fontes lhe transmitem. Também merece destaque aqui, a relação de confiança que deve existir entre o investigador e suas fontes. Como sociólogo, penso que o momento da pesquisa empírica deve ser percebido também como uma prática social em que não é possível ao pesquisador manter uma relação de total neutralidade, “asepsia” mesmo, com suas fontes. A pesquisa empírica, de caráter qualitativo, pressupõe essa maior e até crucial interação entre o pesquisador e suas fontes/ entrevistados (as) e ao fazê-lo este influencia de algum modo seus pesquisados (sua aparência, seu modo de falar, entre outros aspectos). Merece destaque ainda, o papel inibidor que o gravador de voz, enquanto ferramenta tecnológica de coleta e registro de dados, exerce sobre os entrevistados. O olhar assustado ou a expressão de receio só começam a se desfazer após os primeiros minutos de conversa “em off” com a fonte e também nos primeiros minutos de realização da entrevista.

Embora o foco dessa pesquisa tenha recaído sobre as representações sociais da juventude de Uberlândia e a partir daí, as entrevistas semidiretivas ocupem um espaço relevante como principais propiciadoras de informações, dados, tornou-se essencial também, os momentos pré e pós-entrevistas. Destaco em especial, a observação que pude fazer de vários entrevistados(as) em momentos de maior “descontração” e até ludicidade. Trabalhar com fontes primárias propicia ao investigador tomar contato com indivíduos ou “personagens” que a princípio não são foco da pesquisa, mas que podem fornecer informações relevantes, enriquecedoras para a pesquisa. Tive acesso, por exemplo, à casa de vários entrevistados(as), mantive contato, em algumas ocasiões, com amigos (as), parentes, parceiros afetivos (ou “enrolados /as”, como eles/ as dizem), que se mostraram dispostos a colaborar.

Tais experiências que ocorreram durante o trabalho de campo, fizeram com que esse pesquisador se questionasse sobre a relevância que tais situações, como as descritas acima, possuem para a pesquisa, enquanto momento de construção do conhecimento científico. Devem-se ignorar tais evidências, ocorridas sem um “planejamento prévio”, “calculado” do investigador, ou tomá-las como parte válida, importante do processo de construção do conhecimento? Optei por esse último argumento. A produção de sentidos, de conteúdos valorativos, não cessa com o apertar da tecla *stop* do gravador de voz (Cordovil, 2007; Couto, 2007, Queiroz, 1998). Em várias situações da pesquisa empírica, conversas informais, opiniões sobre outros indivíduos, gestos, a forma de se vestir, o local escolhido

para as entrevistas dizem muito sobre os entrevistados. Tais informações não podem ser ignoradas.

Sorveterias, cafeterias, salas de aula em faculdade, locais de trabalho e estudo e principalmente, as casas ou apartamentos onde residiam minhas fontes, serviram de “palco” para as minhas idas a campo e nossos “encontros”. Tornaram-se comum também, durante o itinerário investigativo, “caminhadas exploratórias” sobre ruas e espaços dos bairros onde residiam minhas fontes. Estas, revelaram espaços por onde as mesmas entram em interação com outros indivíduos, por onde se desenvolve parte de suas práticas sociais. Em outras palavras, revelavam um pouco dos ambientes e espaços de trânsito, diversão, trabalho dos pesquisados. Algumas práticas lúdicas que presenciei também enriqueceram minha experiência como pesquisador e os dados que coletei através das entrevistas. Convidado a participar de algumas festas e encontros em bares e sorveterias que envolviam meus pesquisados, pude presenciar situações de interação (e até fricção !) e sociabilidade, reveladoras do comportamento e estilo de alguns dos meus pesquisados. É nesses momentos, penso eu, que aflora em estado quase “puro” e com uma carga emocional considerável, valores, formas de pensar e sentir que funcionam como peças na montagem ou decodificação dos conteúdos simbólicos produzidos pelos jovens.

A experiência da pesquisa empírica me fez pensar a condição do cientista social (ao menos aqueles que se dedicam a investigar determinados temas ou grupos sociais !) como a de um “desbravador” ou “explorador” de micro-universos sociais ou simbólicos. Como a de um sujeito que cumpre um papel de decifrar, desvendar sentidos, construções simbólicas que aparecem como “normais”, prosaicas e traduzi-las em trabalhos que permitam que outros sujeitos conheçam suas práticas e representações, sem usar de discursos normativos, ou como “instrumento de denúncia”. A relação com o outro, com o diferente, seja este um sujeito ou grupo específico, seja esse um espaço ou local, durante o trabalho científico, faz parte do processo de construção e elaboração do conhecimento. E traz também efeitos precípuos sobre o pesquisador, pois lhe permite exercitar na sua plenitude a capacidade de ‘estranhamento’ e de convívio com o diferente, força-o a entender, observar, entrar em “sintonia” simbólica com os códigos, com as marcas e sinais que os sujeitos de sua pesquisa deixam ou exibem.

A juventude com objeto dessa pesquisa apareceu, na sua manifestação concreta, como um fenômeno a um só tempo, próximo e distante. Sua proximidade se deveu a uma certa familiaridade que guardamos com as imagens e representações midiáticas com o “ser jovem” (belo, dinâmico, prático, entre outros atributos) que acaba se tornando um “estado de espírito”, (imperativo, diria !) acessível a qualquer um que esteja disposto a consumir determinados produtos ou serviços (cremes, cirurgias, roupas, etc). Por outro lado, ao tomar contato com os jovens de “carne e osso”, no momento da pesquisa empírica, facilmente se nota a distância entre os sujeitos e a representação hegemônica que se elabora sobre os mesmos. Longe das construções e representações maniqueístas (e até simplificadoras) usadas por agências de publicidade, pelo cinema e pelos demais meios de massa, o pesquisador depara-se com “personagens” ou atores sociais bem mais complexos e desafiadores.

Embora, este pesquisador não guarde uma extensa diferença de idade em relação aos seus pesquisados e seja portador de um habitus acadêmico típico de seu ofício, meu contato com os mesmos alternou momentos de uma relativa identificação ou proximidade (de idéias, trajetórias) com momentos de total surpresa com suas representações e construções simbólicas. A heterogeneidade dos jovens pesquisados estava presente em cada um dos gestos (atabalhados ou calculados), olhares (evasivos ou centrados no interlocutor), nos tons de voz (incisivos ou titubeadores), nos esforços para tentar “falar certinho” perante o gravador de voz, no cumprimento ou saudação final ou inicial aos nossos encontros, no momento de mostrar conhecimento sobre a realidade da cidade e valentia ao retratar suas experiências com a violência.

Encerro fazendo algumas considerações sobre o processo de transcrição e análise dos dados. Trata-se de tarefa delicada e cuidadosa que implica, do ponto de vista que adoto aqui, um certo “empobrecimento” ou filtragem do “turbilhão” de sentidos e significados que a experiência de uma pesquisa empírica, de uma ida a campo, revela. Isso se deve ao fato de que ao transcrever, por exemplo, uma entrevista, o pesquisador não consegue expressar, com grande proximidade, a quantidade de detalhes da situação que envolve uma entrevista. É como se este fizesse um recorte ou uma seleção dos elementos mais relevantes e fidedignos da relação social que a entrevista instaura. Na transcrição não aparece por exemplo, a aparência, o tom de voz do pesquisado. Deparei-me com tal dilema ao fazer e

encerrar a pesquisa de campo. Um instrumento auxiliar como o diário de campo torna-se fundamental para complementar o trabalho de registro das informações e fornecer um certo alívio para a memória do pesquisador. Confesso ainda que os riscos de se instaurar uma relação de violência simbólica, como já alertou Bourdieu (1998; 2001), com os pesquisados torna-se maior quando o pesquisador lida com indivíduos ou sujeitos que possuem um ethos ou uma trajetória social diferente da sua. Pude perceber tal “risco” em algumas situações na pesquisa empírica. Espero ter sido fiel ao máximo às revelações de significado que os jovens de Uberlândia me transmitiram, conforme se confere a seguir.

5.2. Representações sociais e produção social e simbólica da diferença na juventude de Uberlândia

Ao analisar e buscar compreender as representações sociais construídas pelos jovens de Uberlândia, percebi que, embora haja diferenças socioeconômicas no perfil da base empírica pesquisada, nota-se uma relativa semelhança nas significações e sentidos construídos pelos mesmos. Não busco aqui generalizar os resultados da pesquisa, como ocorre nas pesquisas quantitativas ou estatísticas, mas tomá-los como indicativo singular de conteúdos valorativos típicos de determinados contextos. E que podem ilustrar com maior profundidade, as formas de representar e se comunicar que orientam condutas e comportamentos de determinado segmento social, no caso dessa pesquisa, a juventude de um centro urbano médio.

Portanto, nesse ítem da dissertação procuro inicialmente , discutir e analisar vários significados produzidos pelos jovens sobre temas como escola, religião, lazer, trabalho, bem como assinalar os aspectos ou elementos que assinalam a diferença entre as trajetórias dos mesmos. O intuito é a partir dessas significações, entender com estes percebem a violência. Em seguida, busco analisar diretamente as representações que estes produzem sobre temas como drogas, polícia, na relação jovem e violência, visando compor um mosaico dos significados e sentidos que orientam os jovens pesquisados.

Penso que a juventude se constitui no segmento sócio-cultural mais sensível às transformações que afetam o planeta e a sociedade brasileira, contemporaneamente. Basta

analisar as estatísticas de desemprego nas faixas etárias entre 16 e 24 anos, por exemplo, basta observar as estatísticas criminais que os apontam como principais vítimas, mas também como principais alvos da violência. As crises de instituições sociais importantes no processo de socialização, como a religião, a escola e a família também os afetam de forma sensível. Ao investigar as representações sociais que estes constroem sobre a violência, procurei levar em conta também, o processo de fragmentação cultural que ora predomina. Processo este que aponta para múltiplas lógicas de ação e de estratégias de construção ou elaboração identitária, simbólica.

Mas o que mostram as representações sociais ? Qual sua ligação com um fenômeno tal comentado, debatido apaixonadamente como a violência, em especial sua modalidade criminal ? Será que estas podem revelar algo de concreto, relevante para a compreensão e prevenção do fenômeno ? Conforme Porto (2006; 2004) elas revelam valores, máximas de conduta, não possuem o ‘poder’ de mensurar o “nível” de violência de uma dada sociedade, mas podem apontar para os sistemas simbólicos que norteiam o comportamento e a posição social de seus portadores (grupos como os jovens, policiais, criminosos, por exemplo) e nesse sentido, tem relevância sim. Os valores, as concepções de mundo de diversos grupos ou camadas sociais constituem-se em formas de classificação e nomeação de outros grupos, objetos, espaços e também dão sentido ao real (Moscoivici, 2002).

As representações sociais também podem expressar a inserção diferenciada dos indivíduos ou segmentos sociais na estrutura das relações de poder material e simbólico. Expressam hierarquias sociais, formas de distinção social e simbólica. Ao analisar as representações sociais construídas pelos jovens de Uberlândia, nota-se que a maior ou menor diferenciação das concepções ou valores acerca dos temas ou assuntos abordados durante a pesquisa, se deve à posse de um conjunto de disposições e visões de mundo, adquiridos e formados ao longo de trajetórias individuais e de inserção numa dada posição social (a que Bourdieu chamou de ‘capital cultural’) e não apenas dada pela renda ou posse de bens materiais. Assim, se tornou comum jovens que vivenciavam realidades materiais, econômicas distintas apresentarem semelhanças nas suas representações sociais sobre assuntos abordados durante as entrevistas.

Percebeu-se nessa pesquisa, que tal sistema de disposições e formas de percepção e classificação da realidade social guarda uma estreita ligação com as práticas e vivências

anteriores dos jovens. A diversidade de experiências e trajetórias existenciais dos jovens constatadas nessa pesquisa, funcionou como um fator fundamental para a compreensão das representações sociais que estes constroem. Vale dizer, frustrações, interditos, relações afetivas “mal resolvidas”, conquistas pessoais, tudo funciona como peças aparentemente desconexas, mas que se juntam para formar o indivíduo enquanto totalidade contraditória, ambígua, com manias, preconceitos, sentimentos, medos, angústias, enfim, como um ente ou ser social.

Fatores como renda, a posse de bens, equipamentos urbanos e infra-estrutura presentes no bairro, o status que o mesmo possui, a percepção que os entrevistados tem do mesmo, se entrecruzam com outros fatores como a frequência ou filiação a alguma instituição religiosa, a inserção na escola ou num curso de ensino superior, a relação com a família para formar sua personalidade e seus valores. Na presente pesquisa, todos esses fatores funcionaram como condicionadores das representações sociais ora analisadas. Estes foram os principais produtores de diferença nas representações sociais dos jovens de Uberlândia. Vale dizer, as representações sociais construídas por jovens das chamadas camadas médias da cidade se diferenciam dos jovens de bairros mais afastados não simplesmente pela renda ou os bens como carro, roupas, casa ou residência própria, mas por um conjunto de fatores que entrelaçados produzem trajetórias distintas.

5.2.1. As categorias de percepção e classificação juvenil

Entre os jovens pesquisados, a diferença nas representações sociais se verificou sobretudo nas categorias utilizadas para definir outros grupos ou indivíduos ou mesmo situações. Por parte dos jovens da periferia por exemplo, tornou-se constante o uso das categorias “playboy” ou “safado”. O primeiro se refere ao conjunto de jovens que, por possuírem maior acesso a determinados bens ou espaços, se exibem ou agem com alguma arrogância quando se aproximam ou cruzam com jovens que não possuem esses recursos simbólicos e materiais. Quase sempre o tom é de rancor, rejeição e às vezes, até ódio. A figura ou a representação do jovem “playboy”, significa ou expressa a representação ou imagem de um “outro” possível ou alternativo com o qual os jovens da periferia se defrontam frequentemente no seu cotidiano, mas que não adotam como modelo ou exemplo

a ser imitado, copiado. Não nego aqui, que os jovens da periferia objetivem ou tenham como anseio possuir boa parte dos recursos materiais ou simbólicos que a posição do “jovem playboy” dá acesso. Mas, que a posse desses recursos viria acompanhada de uma nova coloração “ética”, “moral”. Ao serem questionados, por exemplo, sobre o shopping centers, como espaço de lazer e interação entre pessoas, declarações como,

“...gosto do shopping, mas o problema é que lá tem muito playboy. Aí eu não vou...Acho que falta para essas pessoas um pouco mais de humildade...” (entrevistada, 16 anos).

tornaram-se comuns.

Já o “safado” é aquele tipo social que engana, mente e trai a confiança de alguém. Esse, além de sofrer uma incisiva rejeição por parte dos jovens da periferia, pode inclusive ser alvo de práticas violentas ‘plenamente justificadas’ pelo seu comportamento “desviante” em relação aos valores de honestidade e humildade, tão valorizados pelos jovens pesquisados, independente de sua inserção ou posição social. Ser portador desses valores funciona como uma espécie de “salvo conduto” para merecer o respeito e até admiração dos jovens uberlandenses.

Mas, e o termo “periferia”, como é representado? De imediato, constata-se que os jovens que residem em bairros mais afastados do centro da cidade não consideram os mesmos como bairros de periferia. Independente das discussões acadêmicas que se possa estabelecer sobre a pertinência ou não do termo, o que as representações sociais mostram é que o termo periferia para os jovens que residem nesses bairros, é um termo que não retrata somente a carência de serviços, infra-estrutura básica. Mas, está carregado de uma série de adjetivos e predicados negativos, depreciativos em relação aos seus moradores. Conforme a declaração de um dos entrevistados:

“...Periferia são lugares que tem pessoas nada estudadas (sic),malas, uma pessoa que não tem uma base de educação, base cultural, não tem muita... O principal é o ambiente que não tem muita oportunidade, tem violência, pobreza... Se a prefeitura não dá oportunidade de escola, postinho de saúde, enfim, então as pessoas vai procurar (sic) um lugar assim mais fácil, coisas mais fáceis, então acho que daí que começou a periferia,

com o financeiro, a renda baixa, enfim, um ambiente meio barra, difícil...” (entrevistado, 19 anos).

Já os jovens que ocupam uma posição social de maior status, grande parte universitários, com frequência se referem aos bairros afastados do centro, como “perigosos”, “violentos”, inclusive surgindo questionamentos a esse pesquisador do tipo: “...para você deve ser difícil ir até a periferia conversar com esses jovens... porque é mais arriscado...”. Tal questionamento surgiu no momento em que estava explicando a um dos entrevistados os objetivos da pesquisa e com quais espaços e entrevistados estava lidando. Da mesma forma que o “playboy” aparece para os jovens de bairros afastados como um “outro difícil” de tolerar, aceitar, para os jovens que ocupam outra posição social, o jovem que mora nesses bairros, aparece como um quase desconhecido, um “outro sobre o qual eu tenho pouca informação” e não “me interessa muito em conhecer”. São jovens que residem na mesma cidade, que passam por espaços públicos comuns (ruas, avenidas, locais de comércio), mas que não se interagem. O escritor Zuenir Ventura utilizou a metáfora da “cidade partida” para definir a relação (ou melhor, a distância entre elas) entre as diversas camadas sociais no Rio de Janeiro, além da situação de violência. Será que Uberlândia vivencia tal situação? Não tenho a resposta.

Penso que as representações sociais que os jovens de Uberlândia constroem sobre o consumo e seus espaços de realização (como o shopping), sobre a escola, sobre a família além de tipos sociais como o “playboy”, o “safado”, o “mala” e os “PM” e espaços como a “periferia” fornecem pistas relevantes para construirmos seu sistema de representações sociais. E nesse sentido, percebe-se que a violência aparece como uma forma de relação ou prática social que assume caráter multifacetado e que se espraia por vários espaços e contextos sociais. Assim, assumir-se como alguém da “periferia” significa assumir uma série de atributos e qualificativos negativos para “minha identidade”, enquanto jovem. Significa se “arriscar” ao receio e preconceito alheio. Ser da periferia também pode significar ser confundido com um “mala” (termo que define o jovem envolvido com grupos violentos ou praticantes de crimes) ou como um potencial bandido.

De acordo ainda, com as categorias usadas pelos jovens pesquisados, essa forma de violência, às vezes explícita, contidas no termo “periferia”, “lugar perigoso” reflete a forma

simbólica da violência. Freqüentar determinados espaços, antes vedados aos jovens de posição social marginalizados, implica em determinados “riscos” simbólicos que contribuem e influenciam a formação de estigmas. Constrangimentos, humilhações, frustrações se mesclam e se tornam parte da economia de sentimentos desses jovens. Peralva (1997) e Caldeira (2000) assinalaram tal tentativa de segregação simbólica em seus respectivos estudos. Entre os jovens de melhor posição social, também há uma relativa rejeição do tipo social conhecido como “playboy”. Embora, experimentem simbólica e materialmente uma posição social que lhes faculta o acesso a uma pluralidade de relações sociais, tal ostentação ou “exibicionismo” típica do “playboy” (roupas de marca, carro, recursos lingüísticos auto-afirmativos e eivados de “arrogância”) incomoda justamente por explicitar “algo” ou hierarquias ou diferenças sociais que devem ser vivenciadas de forma mais discreta.

Todavia, deve-se assinalar aqui que, conforme Calligaris (2000) Almeida et alii (2006), o adolescente, como jovem que é, ganha, nessa fase da vida, um espécie de “moratória”, em que seus gestos e em suas palavras, que são passíveis de serem relevados ou minimizados em seu possível impacto prejudicial a integridade física ou moral de indivíduos ou grupos. Tal relativa “tolerância” se verifica acentuadamente sobre jovens dos segmentos sociais abastados, seus crimes ou atos violentos apontados como “erros” ou “desvios”. Postura mais rigorosa é tomada em relação aos jovens de posição social dita marginalizada. Os jovens pesquisados nessa dissertação perceberam tais nuances e diferenças de tratamento e construção de representações sociais, constitutivas de um sistema de relações com formas desiguais de poder simbólico. Conforme afirmação de um dos jovens:

“...playboy num fica preso... Filho de polícia sem carteira de motorista, não vai pra cadeia... Aí, vai um coitado da periferia, de ‘cabeça fraca’, cometer alguma ‘bobagem’ por aí... Se lasca, você entendeu !?... (entrevistado, 23 anos).

5.2.2. Violência, instituições sociais e desigualdade

Soares (2000) e Da Matta (1986), importantes pensadores brasileiros, apontam para a existência de elementos ou características culturais que atuam como fatores ou matrizes geradoras de situações de violência tão danosas ao convívio social civilizado, quanto à formação de uma sociedade democrática, menos desigual. Apontam a importância das relações pessoais, a dificuldade de vigência de princípios universais, racionais no funcionamento de instituições sociais republicanas, como forma de mediação entre grupos/ indivíduos e estas instituições. Tornou-se comum ao longo da pesquisa, parte significativa dos pesquisados assumirem sem maiores constrangimentos, a “naturalização” de princípios ou regras típicas da forma peculiar de estruturação do vínculo social no Brasil. Tal forma, conhecida pelo senso comum como “jeitinho brasileiro”, já foi usado como expediente pelos jovens entrevistados ou por indivíduos muito próximos dos mesmos, como se verifica a seguir:

“Olha, a gente sabe como é no sistema público... Eu sei que é errado, mas eu tinha um conhecido da minha mãe que conseguiu uns remédio (sic) para mim na farmácia do hospital XXX... Meu parto também foi marcado com um pouco de facilidade... Acho que passei na frente de um monte de gente...” (entrevistada, 19 anos).

Ou também,

“...Eu sou corrupto ! Acho que o brasileiro é corrupto... Uma vez precisei dar um ‘cafezinho’ pra um patrulheiro que queria apreender meu carro... Eu disse: --- Peraí seu guarda, vamos conversar... Eu sei que a situação está difícil, mas eu só tenho esse carro para trabalhar, ter um sustento... Alivia aí, por favor, dá uma chance! Paguei R\$ 60 e ficou resolvido...Quer dizer, acho errado, sabe, mas todo mundo faz... É só olhar esses políticos safados, robam e robam e não acontece nada...” (homem, 28 anos).

Significa dizer, “reprovo” a corrupção nas instâncias superiores do poder estatal, porém “ajo” com valores morais ambíguos, dúbios. É por isso também, que os jovens pesquisados possuem uma representação social bem negativa do Poder Judiciário brasileiro. Tido como “injusto”, inoperante, leniente com a “bandidagem”, o Judiciário e seus

operadores, juízes, promotores são percebidos como aqueles que, após o trabalho policial de captura e aprisionamento, soltam os “marginais”. Tal posicionamento simbólico dos jovens pesquisados, penso confirmar a constatação feita por Adorno & Cardia (1999) que nosso Sistema de Justiça Criminal não atingiu ainda a legitimidade que contribui para a institucionalização de tensões e conflitos e a percepção de tal sistema como principal administrador de litígios, conflitos.

Caldeira (2000) defende que um dos principais elementos que diferencia ou singulariza a vida urbana, o “morar na cidade”, é a (rica) possibilidade de se cruzar e até conhecer indivíduos, sujeitos diferentes. A heterogeneidade urbana, o anonimato que os espaços, as relações impessoais mediadas pelo dinheiro proporcionam, conforme bem ilustrou Simmel, ainda no século XIX, possibilita essa maior número de contatos e interações sociais. Todavia, o que se observa é um crescimento no contexto atual, de formas de “viver e morar” na cidade que até inviabilizam o contato com a alteridade (Caldeira, 2000; Zaluar, 1998).

“Enclaves fortificados” (conforme Caldeira), condomínios horizontais, “emergência de uma espécie de “comunidade de iguais” (conforme Zaluar, 1998) pautada na proximidade de posições e status sociais, se apresenta como uma das características marcantes da vida urbana contemporânea. Tal tendência ou como anunciam as peças publicitárias, “uma nova concepção de morar, de lazer, conforto e segurança”, parece atingir também as cidades de médio porte.

Em várias ocasiões, durante o período de pesquisa empírica, frequentei condomínios horizontais e verticais, com guardas, monitoramento eletrônico por câmeras, residências com muros e grades a perder de vista, assemelhadas a mini-fortalezas, que expressavam de modo concreto o receio e o medo de ser surpreendido por um outro, um estranho, que possa infringir algum dano ou violar a tranqüilidade do “lar”. Nos bairros mais afastados, geralmente um cachorro, a vigilância solidária do vizinho e até portões e muros altos que inviabilizam qualquer olhada curiosa no interior da residência. “...*Deus e os vizinhos...*” foi a resposta que encontrei ao perguntar informalmente, a um dos moradores da casa de um dos entrevistados, como se defendem ou se previnem com relação à violência.

Em termos de renda, essa pesquisa trabalhou com jovens cujos pais tinham renda mensal aproximada de R\$ 15 mil até jovens com renda de R\$ 400. Com relação à idade, a base empírica variou de 15 a 28 anos. Se pudesse traçar um breve perfil com as principais características definidoras dos jovens investigados me depararia com extremos. Nessa pesquisa, entrevistei desde jovens com a família aparentemente estruturada até jovens cujo pai ou mãe tentaram suicídio. Investiguei jovens que vivenciaram a situação de se inserirem precocemente no mercado de trabalho até jovens cujos pais querem adiar ou evitar o momento de inserção laboral ou busca de um emprego. Em comum guardam um certo desconforto ou receio em relação ao seu futuro (profissional, familiar) e também um certo pessimismo em relação ao futuro da sociedade brasileira. A descrença (e até revolta !) nas instituições políticas e religiosas por exemplo, podem revelar uma certa inadaptação com relação aos valores e práticas herdadas das gerações mais velhas.

A partir do exposto acima, torna-se questionável também, a percepção e argumento muitas vezes levantado por cientistas sociais e profissionais dos meios de comunicação, que superestimam o papel e poder de influência de veículos como a televisão, o cinema, a publicidade na construção das representações sociais dos jovens brasileiros. É como se estes fossem seres passivos, verdadeiros autômatos, destituídos da menor capacidade de questionamento ou discordância com o que lhes é apresentado no dia a dia. Há um processo de reelaboração, de ressignificação constante, permanente, dos conteúdos, valores, formas de comportamento apresentados por exemplo, em filmes, novelas, propagandas.

Ao analisar as trajetórias individuais dos jovens pesquisados a partir de suas representações sociais, emergiram narrativas em que a violência enquanto prática ou fenômeno social fazia parte das experiências desses jovens. Independente de sua inserção ou posição na estrutura das relações sociais. Não era algo que estava presente apenas nos programas televisivos sensacionalistas, portanto distante da realidade desses jovens. Roubos, ofensas, brigas em família ou no bairro, a observação de homicídios se constituíam em experiências que fizeram parte da trajetória desses jovens. Entre os jovens moradores dos bairros centrais e com condições sócio-culturais melhores, várias foram as ocasiões em que foram alvo de roubo e com frequência seus pais se mudaram de bairros que residiam motivados pelo sentimento de medo da violência.

Outra forma de violência bastante presente em suas representações é aquela classificada como violência simbólica, contida nas manifestações de preconceito, ofensas, busca de distinção social através da desvalorização de características do outro. A escola, nesse sentido, como espaço social e simbólico, se constitui em local privilegiado para tais ocorrências. Justamente pelo fato de estes passarem boa parte de sua curta trajetória existencial em tal instituição. Na fala de diversos jovens torna-se comum a lembrança de situações em que a segregação de determinados estudantes se dava ou pelo status social, econômico ou pela cor da pele:

“...na escola particular tem dessas coisas, alguns acham que são donos do mundo...Já presenciei na sala que eu tava, grupinhos em que só entrava quem era de família que tinha nome, dinheiro...” (homem, 20anos)

“...eu quando estudava eu tinha uma amiga que era negra, e assim ela tinha uma inteligência extraordinária...era uma pessoa super divertida, eu perdi colegas por causa de eu ter amizade com ela, por que eu tinha amigas que falavam que não ia com essa neguinha... então era ridículo esse tipo de preconceito, acho assim, que a gente não tem distinção de raça, todos nós temos os mesmos direitos e os mesmos deveres, porque se negro fosse inferior não existiria bandido branco... Eu tenho um amigo meu que foi preso por causa de preconceito, ele chamou um motorista de ônibus de macaco... Ele ficou lá uma noite só porque o cara tirou a queixa, eu acho que isso serviu de lição para ele...” (mulher, 21 anos).

E também fora da escola, espaços como o shopping center da cidade aparecem, nas narrativas, como um local de ocorrência de preconceito:

“...quando você entra no shopping, naaa... [não lembra o nome da loja] quer dizer eu não lembro o nome da loja, mas é a quarta loja, que vende vestido, a mulher ficou me olhando e não foi me atender...Aí entrou minha amiga XXX logo atrás de mim...aí elas foram atender a XXX...ela falou, não, não é eu que quero (sic) comprar, é ela... Aí ela

falou: Ah! Pois não, posso ajudá-la ? Eu falei: Não, não pode mais e saí...”
(mulher, 17 anos)

5.2.3. Família, escola e trabalho

Aliás, quando se trata de experiências ou situações em que os jovens estiveram expostos de algum modo a agressões e ofensas, merecem destaques as experiências vivenciadas por jovens de posição social desfavorável. E, a família como instituição social torna-se o espaço preferencial para as narrativas, muitas vezes dramáticas, desses jovens. Sem fazer concessões a um certo discurso moralista, normativo que defende o reforço da família nuclear, monogâmica, enquanto “célula-mater” da sociedade, observei que sua crise ou desestruturação pode trazer efeitos marcantes sobre a personalidade e sobre o corpo desses jovens.

É parte de suas trajetórias existenciais, por exemplo, situações que envolvem tentativa de suicídio da mãe de uma das entrevistadas, brigas que terminam com agressão por parte do pai sobre filhos e esposa, situações de fuga de casa por parte de jovens, seja porque estes se envolvem com drogas, seja porque estes se envolvem com indivíduos não aceitos pela família. Não trato aqui de tensões rotineiras entre pais e filhos, mas de experiências que marcaram ou influenciaram o comportamento ou personalidade dos jovens pesquisados. Penso que a maioria dos jovens que ocupam uma posição social desfavorável, que tem menores oportunidades, não passou por tragédias ou dramas como os descritos acima, porém, fatores como o desemprego, a instabilidade financeira, a carência de alguns serviços sociais básicos influenciam sim, suas condições de existência, incluindo suas relações sociais, intra-familiares.

Todavia, a escola aparece como instituição que, apesar de precisar se “modernizar”, ainda representa um caminho válido, legítimo para a ascensão social. Questionados sobre a melhor estratégia para que os jovens alcancem seus objetivos, valores como perseverança, fé, esforço pessoal e “estudar com dedicação” são caminhos importantes para se alcançá-los. O “trabalho duro” também aparece como estratégia válida. Talvez uma interpretação possível sobre a relação dos jovens com o trabalho, a partir de suas representações, deva levar em conta a importância que a atividade possui ainda para os mesmos, todavia não

goza mais da centralidade, ao menos no campo simbólico que gozava outrora. Este aparece mais como uma atividade que fornece uma relativa dignidade e respeito a quem possui um emprego. Percebi, no entanto, que pelo fato de boa parte dos jovens pesquisados estarem a margem do mercado de trabalho, seja por escolha ou pela não necessidade (os pais tem condições de manter o filho (a) só estudando, também não pressionam para o ingresso imediato nesse mercado, são exemplos) de ingressar no mesmo, seja por não conseguirem e viverem de “bicos”, serviços temporários. Poucos tem uma inserção formal ou um vínculo mais permanente com alguma empresa, que forneça maior segurança ou estabilidade financeira. No caso dos jovens de melhor posicionamento social, percebeu-se um maior “desprendimento” em relação à urgência de possuir um emprego, como já mencionei acima. Por isso suas representações sociais sobre o tema não estão bem estruturadas ou nítidas.

5.2.4. Religião, espaços de interação e formas de filiação social

O contexto atual de modernidade tardia permite aos indivíduos e grupos sociais uma maior flexibilidade na construção de suas identidades. Os mesmos podem até “escolher” ou entrelaçar múltiplas formas de identificação, de acordo com o contexto ou ocasião (Lipovetsky, 2006). A freqüência a espaços variados, a experimentação de situações ou práticas como a de consumo abre múltiplas possibilidades de construção do ‘self’, há uma maior refletividade por parte de indivíduos e grupos (Giddens, 2002). Ao investigar as representações que jovens constroem sobre instituições tradicionais como o trabalho e a religião, as quais desempenham papel fundamental na dinâmica das relações sociais e estruturação do vínculo social, percebi que estas não possuem mais o peso que possuíam até algumas décadas atrás na fala dos jovens.

Todos praticamente, se confessam crentes ou devotos de alguma divindade. Porém, poucos se dizem praticantes, freqüentadores fiéis a essa ou aquela religião. Ganha destaque a relativa porosidade do comportamento religioso do jovem uberlandense. Dos pais, reconhecem a tentativa dos mesmos de converterem-nos desde a infância a sua religião de devoção, mas estes resistem e não abrem mão do direito de escolher a qual denominação ou divindade que querem servir, conforme diz um dos entrevistados:

“...meus pais são católicos e já tentaram me fazer mudar de idéia... frequento o espiritismo por que lá eu encontro mais respostas para minhas necessidades espirituais...Tem também a caridade que eles praticam...” (homem, 21 anos)

Curioso constatar também, que o shopping center não se constitui, ao menos nas representações sociais apreendidas, como espaço incontestado de encontro ou interação social. Sua menção como espaço e lazer, de diversão ocorreu na maioria das entrevistas quando foi estimulado. Entre os jovens de melhor posição e condição social, a frequência a boates, festas na faculdade ou em casas de amigos teve maior destaque nas narrativas dos jovens. Um dos jovens inclusive, se queixou de não poder ir ao shopping do jeito que gosta de se vestir, que definiu como “largadão”.

O sociólogo Michel Maffesoli, em seus estudos, constatou a importância que no contexto atual que, classifica de pós-moderno, assumem as formas de filiação social (que chama de tribos) baseadas em afetos, afinidade estética ou de estilo. Participar de festas, torcidas organizadas, grupos de dança ou bandas musicais, seitas ou religiões propiciadoras de sensações de êxtase ou de prazer, constituem algumas das formas contemporâneas de interação e filiação social.

Entre os jovens pesquisados, pode-se perceber uma recorrente mistura ou entrelaçamento de variadas formas de agregação e filiação social. A Internet e seus espaços virtuais de interação como o *MSN* e o *orkut*, nesse sentido, apareceram com frequência como principal espaço de interlocução e trocas dialógicas, além das idas às casas de colegas. Aliás, durante a pesquisa empírica, tornou-se comum a interrupção das entrevistas, devido às chamadas de telefone celular, além da posse e do uso do equipamento eletrônico como o *MP3*, que reproduz e grava músicas. A familiaridade com essas novas tecnologias é facilmente percebida. Festas, fofocas, encontros, tudo flui pelas infovias e ondas eletromagnéticas desses equipamentos. Adesivos, chaveiros e outros objetos ou adornos afixados nesses equipamentos cumprem a função de demarcar a identidade, individualidade de seu proprietário. Demarca inclusive, seu status, a possibilidade de adquirir um produto mais caro, sofisticado, que pode resultar num maior respeito de seus pares. Conforme uma das entrevistadas,

“...Não vivo sem meu celular [enfática]... Inclusive já troquei três vezes... Um chegado meu conseguiu um ‘chipe bomba’ e pra mim foi quase o paraíso, porque você pode falar horas e horas... Meus contatos, meus rolos, tudo, tudo, tá aqui...” (mulher, 20 anos)

E também,

“...Ah, é no Orkut que a gente pode juntar a ‘galera’ e deixar recado, formar comunidades só de pessoas amigas... E você olha o dia que você quiser, a hora que você quiser, sem chateação...” (mulher, 16 anos)

Comunidades virtuais e presenciais de jogadores de RPG, de admiradores de determinado grupo musical ou artista de cinema, a “galera” da faculdade, pessoas de grupos religiosos que se freqüentam, enfim, são múltiplas as formas de filiação e interação social. Em comum, tais formas de filiação guardam e expressam a espontaneidade e o voluntarismo dos jovens pesquisados em interagir e se relacionar com aqueles (as) que consideram seus iguais ou “chegados”, “truta”, “considerado” (conforme expressões usadas pelos jovens de Uberlândia). A oportunidade de passar a noite com os amigos, jogando RPG na casa de um deles, de dançar e beber numa festa, de ir a algum show ou mesmo de experimentar momentos ou situações de êxtase religioso ou a mera confraternização num salão ou espaço de igreja, constitui-se em experiências válidas, significativas para esses jovens. Conforme declarações de jovens pesquisados,

“...a gente se comunica pela Internet e também pelo celular... O MSN ajuda muito. A gente marca na casa de alguém de para jogar [o RPG] e pronto, vira a noite jogando... Eu curto !! Muito mais legal do que ficar no shopping...” (homem, 22 anos).

Ou mesmo,

“...vai chegando o fim de semana, a galera meio sem grana, mais afim de ‘azarar’, ‘zoar’ por aí...Então, a gente faz o ‘contato’ e você quem pode ou ta afim e marca uma

festinha... Quando ta confirmado a casa e o endereço, e só mandar os “torpedos” para os colegas avisando... Cada um leva alguma coisa, bebida não pode faltar, CD, som, você entendeu ?! E aí rola a maior curtição! ...” (mulher, 22 anos)

As pausas que se verifica nas “falas” e nos trechos expostos ao longo desse capítulo e expressas por meio de reticências, demarcam, segundo Tracy & Almeida (2002) uma forma peculiar dos jovens e de sua linguagem. Em várias ocasiões ao longo da pesquisa empírica, notei uma certa dificuldade de formular e expressar lingüísticamente determinado, raciocínio ou argumento. Uma espécie de linguagem cifrada, com código, símbolos, típica de contextos como o atual, que assinala algumas ‘mutações’ na forma de lidar com a língua pátria. Isto é, as novas tecnologias como o computador e a Internet, o celular com os “torpedos” ‘inauguram’ uma fase ou espaço virtual em que o uso de códigos, abreviações, expressões violam ou subvertem as normas cultas da língua portuguesa. Penso que, a linguagem comum cotidiana dos jovens se vê afetada de algum modo por essas mudanças. Percebeu-se nessa pesquisa, que, tal uso peculiar do idioma pátrio e suas interações lingüísticas não se viram prejudicadas ou constituíram-se em empecilho para suas comunicações.

Com relação aos jovens de posição social marginalizada, estes também não adotam o shopping como espaço privilegiado de diversão e interação social. Todavia, pude perceber um maior receio de freqüentar tal espaço por se sentirem constrangidos e desaprovarem o comportamento de quem o freqüenta. Nas representações desses jovens, o shopping se torna espaço de “gente metida”, “esnobe”. Conforme uma das interlocutoras dessa pesquisa:

“...Freqüento o shopping, mas nem tanto...Acho que as pessoas que vão lá são mascaradas...Nem todo mundo é o que parece ali, são pouquíssimas pessoas que são realmente o que aparece...O shopping é um lugar que manipula as pessoas, entendeu, se você vai lá de chinelo ou com uma blusinha e rabo de cavalo ? Nossa ! O segurança já começa a te olhar assim [cara de espanto]...” (mulher, 17 anos).

Penso que tal posicionamento deve ser entendido como uma espécie de resposta e autodefesa em relação a um espaço indutor ou produtor de situações de violência simbólica. A lembrança de experiências sociais anteriores no shopping center, o impacto psicológico ou emocional que tal possa ter gerado, influencia e atua como elemento na estruturação de representações sociais sobre tal espaço.

Um aspecto curioso e importante e não previsto nas entrevistas, diz respeito ao receio e constrangimento que vários (as) entrevistados (as) demonstraram ao informarem sua renda ou de quem os mantém. Entre os jovens de melhor posição social e condições de existência, o “efeito” foi o contrário. Conforme declaração de uma das entrevistadas e ilustrativo do exposto acima,

“...bom, você sabe como o salário hoje tá defasado, né !? Então a gente ganha pouco...A gente espera que melhore...” (mulher, 26 anos).

Tais ressalvas apareceram freqüentemente nas falas dos entrevistados. Apesar do sentido positivo de representações sociais como *“sou autônomo e independente dos meus pais”* um elemento fundamental como o salário, fornecedor do “sustento”, assume a forma de um mecanismo simbólico que pode “deteriorar” ou “depreciar” a identidade social dos jovens trabalhadores. A renda, considerada baixa por parte dos jovens pesquisados, pode trazer vergonha ou menosprezo perante seus pares no bairro, na rua, na casa de colegas. Por outro lado, há um certo orgulho (um pouco contido) e “naturalidade”, por parte dos jovens de melhor posição social em revelarem os rendimentos mensais. Como já relatei, a maioria ainda depende dos pais e já cursou ou está cursando alguma universidade ou faculdade da cidade. Outra entrevistada declarou:

“...Olha ! Vivemos muito bem... Meu pai é um pequeno empresário e tem uma renda de R\$ 3 mil... Tem essa casa e os bens que você pode ver aqui [olha, como se apontasse para o carro e o Jet Ski na garagem]... Eu costumo sair mais é de carro...” (mulher, 18 anos).

Penso que a renda, representada também como propiciadora de mecanismos simbólicos, positivos ou negativos, atua como elemento relevante para a construção de suas identidades. Em muitas situações, mais do que a renda, é “aparentar” ter determinada renda ou status social. A figura da “patricinha”, em várias situações da entrevista, incomoda e causa aversão nas jovens originárias de bairros distanciados do centro. Garotas, jovens que são percebidas como “metidas”, “exibidas” incomodam, penso, justamente por ostentar, explicitar algo que deveria estar implícito, subentendido. A “patricinha”, entendida enquanto jovem dos segmentos sociais mais abastados, que explicita seu status, nos objetos e utensílios que porta, no seu vestuário e na sua aparência, além de seu comportamento e forma de se expressar lingüística e corporalmente, atrai reprovação e revolta.

Os jovens e as jovens de posição social marginalizada, se incomodam, ficam “bodados”, não por fazerem oposição à riqueza ou à posse de bens materiais. Pelo contrário, estes, também procuram se diferenciar com os recursos que possuem e com objetos ou bens que o salário ou a mesada permite comprar. Além de ainda desejarem alcançar o padrão de consumo e o status social que seus pares das camadas abastadas possuem. É como se dissessem: “você podem ser ricos, ter mais recursos, porém não tentem nos humilhar ou constranger por meio de seus carros ou roupas caras, além de sua fala e comportamento ‘esnobe’, pois nos sentimos mal com isso. Vocês mostram que somos ‘pobres’”.

5.2.5. Aparências e Representações do bairro enquanto espaço social

A aparência, a forma como se vestem, enfim, como se “produzem”, constitui-se num elemento fundamental na produção/ construção de suas subjetividades. Entre os homens de posição social marginalizada é comum o uso de correntes, bonés ou chapéus, semelhantes aos dos rappers estadunidenses. Compõe ainda, o “look”, bermudões e camisetas bem folgadas, de cores variadas. Alguns possuem corpos franzinos, outros fazem questão de exhibir braços e tórax avantajados. Virilidade, força, atitude é o que se subentende. Entre as jovens, barrigas a mostra, piercing no umbigo, cabelos alisados e uma ou outra corrente (essas, bem mais discretas do que as dos rapazes) no pescoço, celular a

tiracolo. Penso que a circularidade de objetos, representações sociais, que uma ordem social globalizada impõe, influencia muito na auto-produção desses jovens enquanto seres sociais.

Entre os jovens de posição social superior, não há tantos objetos ou itens para compor seu “visual”. Entre os rapazes, um adorno bastante comum é uma espécie de “colar” no pescoço, que lembra ou faz referência a cultura africana. Não usam, por exemplo, correntes de ferro como seus pares dos bairros marginalizados. O seu estilo de vestimenta inclui bermudões com tons suaves e camisetas, geralmente brancas ou tons claros, além de chinelos do tipo “havaianas”. Parece que não “curtem” muito usar cores fortes (preto, vermelho, por exemplo). Definem-se em termos de estilo, como normais ou “largadões”. Entre as garotas, verifica-se uma combinação de blusinhas ‘justas’ ou mais coladas ao corpo, com parte da barriga a mostra e a usual calça jeans.

Percebe-se, a partir dessa descrição, que o vestuário, além de elemento fundamental na produção das subjetividades também pode demarcar diferenças sociais, simbólicas. A forma como se constrói o visual, a aparência não é tão trivial, ingênuo como se pensa. Como Lipovetsky (2006) e Bourdieu (2001) apontaram, estes podem assinalar processo de produção de distinção social e construção da individualidade. O incômodo manifestado pelas jovens de posição social inferior ao penetrarem espaços como o shopping logo vem à tona:

“...Uma das coisas que me incomoda no shopping são as ‘patricinhas’. Acho elas muito mascaradas. Aquelas roupas, o jeito de andar, argh! A maioria ali é só aparência...”
(mulher, 24 anos).

Um outro aspecto relevante que as representações mostraram nessa pesquisa, é a relação que os jovens pesquisados mantêm com a localidade em que vivem. A familiaridade ou a identificação com o local em que vivem pode fornecer, através de suas representações sociais, elementos para pensar a forma como se dá a inserção social dos jovens na cidade. E, nesse sentido, verifica-se, entre os jovens uberlandenses, uma clara diferenciação na percepção do espaço em que vivem. De um lado, verifica-se entre os jovens que moram em bairros mais afastados ou tidos como ‘periféricos’, laços de vizinhança mais estreitos, relações de solidariedade e reciprocidade. Presenciei, em várias

ocasiões, moradores, jovens conversando em esquinas ou sentados na frente de sua casa, observado o “movimento” de pessoas, carros na rua. Como declarou uma das jovens pesquisadas,

“...quando meus pais chegaram aqui no Guarani, não tinha quase nada, nem asfalto... Hoje melhorou muito... O bairro tem alguns problemas... Só acho ruim, porque é longe do meu trabalho... Quando o ‘Escadinha’, que era da gangue das paulistas morreu, o bairro ficou uma maravilha! ...” (mulher, 18 anos).

Por outro lado, quando se apreende as representações dos jovens dos segmentos mais abastados socialmente, verifica-se um maior distanciamento em relação a vizinhos, ao que se passa na rua e no bairro como um todo. Muros altos, padrões de eletrônicos, circuito de tv ou condomínios bem vigiados. Essa é a realidade de boa parte dos jovens pesquisados, que moram em bairros centrais ou considerados típicos de setores sociais abastados. Ou conforme declarou um deles:

“...não conheço bem meus vizinhos... O Cidade Jardim [bairro] é um bairro meio deserto á noite...E, perigoso... Meu pai já sofreu tentativa de assalto duas vezes...Não costumo sair muito pelas ruas do bairro. Quando preciso minha mãe ou meu pai me levam... Alguns colegas costumam vir aqui e eu também vou lá...” (homem, 20 anos).

Perceber um espaço público como perigoso ou enxergar apenas o aspecto pragmático, utilitário da localidade (lugar de moradia, de comércio, por exemplo) em que se vive pode estar expressando mudanças importantes nos processos de interação social que as cidades e a vida urbana podem propiciar.

5.2.6. Drogas, pobreza e sociabilidade violenta

Os argumentos e análises apresentados até aqui sobre as representações sociais dos jovens de Uberlândia (sobre religião, escola, trabalho, por exemplo) fornecem uma série de

elementos para se pensar a forma como estes percebem ou entendem a violência. Pode-se perceber através de suas narrativas que reconstituem sua infância e contam parte de sua adolescência, sua vida em família, enfim em sua (curta) trajetória existencial, o quanto as experiências envolvendo agressões, ofensas, preconceito fazem parte ou marcaram de algum modo suas vidas.

Seja na escola, com as situações de violência simbólica, em que a busca por distinção se dava por critérios de cor ou econômicos, seja na família onde as tensões, os desgastes emocionais forçavam o jovem a até fugir de casa ou mesmo no shopping center, espaço onde as distinções sociais são mais pronunciadas, de acordo com os pesquisados. E, do ponto de vista que adoto aqui, é o conjunto dessas experiências, além de outros aspectos condicionadores, como o local onde se mora, a escola que estuda(ou), as relações sociais que mantém (amizades), a inserção ou não no mercado de trabalho, o acesso a recursos materiais e simbólicos socialmente valorizados, entre outros aspectos, que influencia e determina as representações sociais.

Neste sentido, gostaria de ressaltar, agora, alguns apontamentos sobre o sistema de representações sociais dos jovens de Uberlândia, apreendido, detectado pela pesquisa. Como já adiantei, a violência aparece na sua dimensão propriamente simbólica, mas também, a partir das representações, percebe-se o peso e a relevância que as diferentes formas de inserção social, o não acesso ou acesso precário a determinados bens ou equipamentos pode expressar uma forma mais estrutural ou social da violência. A dificuldade de mobilidade social, o acesso precário a serviços de saúde e educação contribuem para a permanência em posições sociais marginalizadas dos jovens oriundos de bairros mais afastados do centro da cidade. Entre os jovens de melhor posição social, o receio ou o medo de ser assaltado, o incômodo ou o constrangimento de presenciar situações de violência simbólica apontam para um modo de perceber a violência como algo ostensivo, presente sobretudo, em determinados espaços, “bairros ou regiões mais periféricas”. Opera-se uma espécie de criminalização da pobreza”, conforme já apontado por Paixão (1989), como representação dominante e geradora de condutas, se tomarmos a premissa metodológica moscoviciana, que embasa essa pesquisa, e que coloca as representações sociais como princípios de ação prática.

O sistema de representações sociais dos jovens de Uberlândia, sobre violência, possui, penso, dois fatores estruturadores. De um lado, pode-se perceber, a partir das entrevistas e das observações empíricas, que estas se “ancoram” em suas vivências e experiências pessoais, suas trajetórias individuais. Por outro lado, é relevante mencionar o legado ou herança cultural que atravessa tais representações sociais. Vale dizer que, em que pesem as mudanças sociais e culturais pelas quais passou e passa o país, fatores como a dimensão e o alcance do sistema de relações pessoais, o distanciamento social entre determinados segmentos da população, a existência de uma violência real, como recurso válido na solução de litígios, o crime, as drogas, a relação com o trabalho, a escola e família são elementos, dentre outros, da representação social da violência e aparecem ou a estão refletidos no conjunto de sentidos e significados produzidos pelos jovens pesquisados, com relação a este fenômeno. Tais fatores se entrelaçam com o contexto contemporâneo de mudanças tecnológico-econômicas e culturais consideráveis, os quais compõem, ainda que de modo indireto e menos explícito este sistema de representações.

É também parte da construção ou composição deste sistema a comparação entre o que chamam sua violência e a dos adultos: os jovens facilmente se reconhecem como mais violentos do que os adultos, mais também, e de modo geral, reconhecem os “outros”, seus pares, como mais “agressivos”, “inconseqüentes” e “cabeças fracas” do que eles mesmos. Muitos apresentam como justificativa a condição de “serem jovens”, imaturos, é como se fossem “indivíduos incompletos”:

“...Ah! É jovem ! Acho que eles são mais impulsivos, inconseqüentes... Muitas vezes eles querem o caminho ‘mais fácil’... Imagina: carrão, mulherada, um ‘berro’ [arma] na cintura !! Ali [no tráfico de drogas] o dinheiro rola fácil ! ...” (homem, 28 anos)

A possibilidade de possuir bens materiais que funcionam como “acionadores” de recursos simbólicos positivos, é um atrativo para os jovens, geralmente pobres, que se envolvem com o crime organizado, o que insere o consumo como elemento também importante do sistema de representações da violência. Segundo as representações sociais de alguns dos jovens entrevistados, estes jamais se envolveriam com tais atividades ilícitas.

Durante as entrevistas, notou-se uma certa afirmatividade, com forte tom moral, de repúdio mesmo a tais condutas, que levam os jovens à violência.

Outro elemento relevante que se pode apreender do sistema de representações sociais da violência dos jovens de Uberlândia, diz respeito aos agentes ou sujeitos praticantes, protagonistas da violência. A polícia, em especial, aparece como instituição que causa revolta e protestos principalmente dos jovens de bairros distantes e tidos como periféricos. E desconfiança por parte dos jovens de melhor posição social. Embora reconheçam a importância da instituição como principal agente da segurança pública, a conduta de seus membros deixa a desejar. De forma unânime, os jovens de Uberlândia relataram experiências nada alvissareiras com policiais. Todos, em algum momento ou situação (quando estavam na rua, em festas, bares) já sofreram alguma forma de revista policial, conhecida como “baculejo”. Os relatos de agressão e desrespeito deram a tônica de parte significativa das falas:

“...tem uns dois que se salvam ! O resto tudo é safado... Um amigo meu, acho que porque era meio moreno, tomou ‘uns tapa’ porque não respondeu ‘direito’ um policial e também encarou e olhou bem nos olhos dele...” (homem, 21 anos).

Essa relação tensa com a polícia funciona, para os jovens de Uberlândia, em especial aqueles de posição marginalizada, como “alimentador” de representações de violência, as quais afetam diretamente a lógica criminal. Isto é, ao desconfiar dos policiais, ao odiá-los, os jovens deixam de percebê-la como instituição fundamental na sua segurança. Não registram ocorrências, não procuram a instituição policial para dirimir tensões, usando de estratégias próprias. Conforme uma das jovens pesquisadas,

“... E adianta !? Minha vizinha foi assaltada esses dias e até hoje tá esperando a polícia chegar... [tom irônico] Não adianta ! Você liga, chama, faz escândalo, mas eles vem só uma duas horas depois...” (mulher, 23 anos).

Ou mesmo,

“...Assaltaram meu pai quando ele estava saindo de casa para o trabalho. Mal ele saiu com o carro no portão, vieram dois com uma arma e colocaram na cabeça dele. Queriam o som e o dinheiro que ele tivesse... Por sorte ele não resistiu e foi liberado logo depois... Chamamos a polícia e foram horas esperando... Colocamos cerca elétrica e circuito de tv e, antes de sair meu pai dá uma olhadinha lá fora...” (mulher, 19 anos).

O fato de “desconfiar” ou não confiar suficientemente na polícia influencia claramente nas condutas, participando, também do sistema de representações sociais dos entrevistados. Tanto dos jovens que vivem em bairros afastados quanto daqueles que ocupam uma posição social privilegiada.

A violência aparece nesse sentido, como mais um fenômeno que faz parte do cotidiano desses jovens, influenciando-os na alteração de comportamentos, rotinas. Até aqui tratei da violência como algo que “vem de fora”, ou seja, como e em que momento, “vivenciei” situações em que o outro foi o causador ou sujeito da violência que “sofri”. Buscarei agora, analisar como os mesmos significam questões como as drogas ou as situações em que representam como justificável o uso da violência e falam de suas causas.

Discutir ou problematizar a questão do uso das drogas ilícitas na sociedade brasileira contemporânea é sinônimo de polêmica. Atrai rancores, suspeitas e ainda constitui-se num tema cercado de tabus. Para os jovens pesquisados, discutir o uso de drogas como maconha, cocaína, crack não se constitui num “bicho papão”. Em suas representações percebe-se claramente que estes têm ou tiveram contato com indivíduos, amigos ou conhecidos, que consomem ou consumiram tais substâncias. Seus semblantes e expressões faciais, expressões corporais não esboçaram qualquer indignação ou revolta mais inflamada contra o seu uso. Muitos até admitem que já experimentaram. Embora tenham consciência dos eventuais efeitos negativos sobre o organismo além do estigma social que seu uso acarreta, revelam uma certa tolerância face ao fenômeno. La Mendola (2005) teorizou sobre a importância e o sentido que o risco assume para os jovens, no contexto contemporâneo. Nesse sentido, penso que as drogas aparecem como mais uma das opções do “cardápio” de experiências à disposição dos jovens, na sua busca por viver

emoções intensas, por experimentar. Há uma consciência do risco (danos, vício, morte) que se corre, mas o importante é “viver a emoção”. Conforme um dos entrevistados:

“...ah, eles tão afim é de zoar, a maioria dos que eu conheço não tem essa de ter problema em casa não...fuma, cheira porque gosta...muitos tão afim é de aparecer... Conheço um lugar aqui no bairro que rola de tudo... nêgo sai noiado...” (homem, 22 anos).

Tornou-se lugar comum entre os jovens apontar a relação que o uso de drogas possui com a prática da violência. A busca de satisfação do vício, a alteração do comportamento são alguns dos efeitos notados nos “colegas” que consumiram tais substâncias.

O caráter ambíguo, paradoxal mesmo, das representações se evidencia quando reconhecem os vínculos estreitos entre droga e violência, sendo, no entanto, tolerantes em relação ao uso da droga mais não à violência. Em outras palavras, diferentemente da relativa tolerância em relação ao uso de drogas por parte de pessoas próximas, a violência aparece como uma prática intolerável, injustificável.

Todavia, o que é que esses jovens entendem por violência? As representações apontam para uma definição que inclui elementos como “agir em excesso”, “tomar à força aquilo que é do outro”, “causar algum mal ou agressão ao outro”, “coisa de bandido”, entre outros. Porém, outros componentes significativos entram nessa definição que os mesmos constroem. Tornou-se comum também a referência à situações de constrangimento, discussões, humilhações preconceito que não envolvem necessariamente um dano físico ou material. Conforme declaração de uma das entrevistadas:

“...Se você gritar comigo você está sendo violento...me sinto ofendida quando sou tratada com desrespeito quando procuro emprego, quando estava na escola ou em alguma festa colocam apelido, xingam...tudo isso é violência...” (mulher, 24 anos).

Mas, será que há alguma situação em que a violência e seu uso se justificam ? Como já adiantei em linhas anteriores, com frequência, a quase totalidade dos jovens declara não haver qualquer justificativa para o uso da violência. Eles apontam o diálogo

como principal recurso ou estratégia para solucionar eventuais tensões ou discussões. Porém, declaram em outros momentos da entrevista que, “paciência tem limite”. Aqui, mais uma vez, a ambigüidade das representações parece ligada à própria ambigüidade das práticas: assim, se a partir do conjunto de significados produzidos pelos jovens e captados através das entrevistas e situações pré e pós-entrevistas, parece que estes entendem a violência como uma prática que deve ser evitada em qualquer circunstância, sendo, algo aparentemente condenável, o oposto também se depreende dos depoimentos.

Em várias ocasiões ouviu-se:

“...acho que você tem que tentar conversar...eu tenho amigas que são estouradas, agressivas mas eu acabo me afastando quando elas caçam encrenca... tem que tentar o diálogo, mesmo quando sujam com você...” (homem, 19 anos).

Mas também ouvi freqüentemente, inclusive dos mesmos pesquisados, declarações até incisivas como:

“... na hora da raiva você mata ! Eu tive certeza disso porque quando você sofre uma grande decepção, uma traição seu sangue sobe a cabeça... Quando eu era pequena um pai de uma amiga tentou me agarrar e me tocar...tive até de mudar de escola... Não sei o eu faria se visse ele hoje...” (mulher, 21 anos).

Mais do que representações contraditórias, o que parece ressaltar dos depoimentos é que a ambigüidade das práticas acaba por produzir representações que são também perpassadas por estas ambigüidades. Da mesma forma, muitas das práticas violentas não decorrem do não conhecimento das normas. Penso que os jovens têm plena consciência das regras de convívio social, de reciprocidade e respeito mútuo, pelo menos é o que fica claro em muitas de suas construções simbólicas. Todavia, acredito que sua adesão não é total. Significa dizer: aceito e concordo com as regras de civilidade postas pela sociedade, porém me reservo o “direito de em algumas ocasiões “explodir”, sair do “normal”. Assim, em um aparente paradoxo, os mesmos jovens são extremamente severos com relação aos seus pares que cometem crimes ou são agentes da violência. Não colocam grandes obstáculos à

redução da idade penal para dezesseis anos, também não se opõem a execução ou pena de morte para estupradores e homicidas.

Os estudos e pesquisas que as Ciências Sociais brasileiras, incluindo as contribuições da Psicologia Social, da História e até da Economia, têm feito nas últimas décadas, demonstram bem a complexidade do fenômeno da violência, principalmente quando se buscam suas causas. As pesquisas feitas inclusive desmascaram uma série de mitos e preconceitos construídos e veiculados como “verdades”, teses científicas. A (pseudo) relação causal, determinante, entre pobreza e violência, por exemplo, é um dos que mais perdura. Entre os jovens pesquisados nessa dissertação, tal argumento apareceu com frequência nas representações captadas, especialmente aquelas produzidas por jovens das chamadas camadas médias da população, apontando, inclusive, para a semelhança entre representações do senso comum (a dos jovens, no caso), e as de alguns segmentos da ciência social.

A partir das informações coletadas e do contato direto com esses jovens, arrisco a argumentar que estes não estão simplesmente, repetindo pseudo explicações que aparecem sobretudo nos meios de comunicação. Mas, expressam o conhecimento (ou a falta dele) ou concepções que estes vêm construindo a partir de suas experiências de vida (claro, tais experiências envolvem preconceitos, sentimentos de medo, angústia). Quando, por exemplo, jovens de melhor posição social defendem e apontam como uma das causas da violência a pobreza, a desigualdade, etc, tal significação pode estar expressando também a quase total ausência de contato com os “pobres”, especialmente os jovens pobres. E se tomarmos as representações sociais como “máximas” orientadoras de condutas, princípios de ação ou intervenção prática na realidade social, então os jovens, ao tomar tal argumento (o da relação entre pobreza e violência) como “verdade” poderão, eventualmente, orientar suas condutas no sentido de evitar contatos com os que consideram como pobres.

Declarações do tipo: “... *a falta de condições influencia no fato de o cara roubar... Imagina, ela tá lá na sua casa, vê sua família passando fome e acaba fraquejando...*” (homem, 23 anos).

Entretanto, merece destaque também uma representação recorrente, que classificaria como “alternativa”. E que os trechos abaixo expressam com nitidez:

“...a pessoa pode não ter nada na vida dela, pode não ter nem a roupa pra vestir amanhã, nem a própria comida, mais se ela falar assim: Não vou desviar pro caminho da violência, não vou nem pegar aquele negócio ali porque aquilo é um roubo, eu não vou pegar porque aquilo não é meu, se ela fizer isso ela não segue pelo caminho da violência...Então a pessoa pode querer as coisas do jeito certo ou ela querer do jeito rápido, se ela quiser do jeito rápido, a violência vai tá ali...” (homem, 19 anos).

“...Eu acho que pobreza não gera falta de caráter...Então, se uma pessoa é pobre ela tem que se conformar, mas que ela pode lutar, basta querer. É sofrida ? É. Mas a pessoa tem que saber que se ela quiser ela pode ter... Eu acho que o que ta faltando é amor em Deus, tem gente que pensa que só ir a igreja e rezar tá bom, é o certo e não é...” (mulher, 21 anos).

Os argumentos contidos nesses trechos da fala dos jovens, foram elaborados, sobretudo, por jovens que moram em bairros afastados do centro da cidade. Durante as entrevistas as respostas ficaram oscilando entre esses dois “extremos”: de um lado, os jovens de melhor posição social defendendo, com poucas exceções, a relação estreita entre pobreza e violência e, por outro, sobretudo os jovens da periferia, defendendo que a prática da violência é, antes de tudo, uma escolha, de quem tem a “cabeça fraca”, “cai na tentação”. Não penso que tenha, no espaço dessa dissertação, todas as condições ou elementos empíricos suficientes para fazer afirmações mais incisivas sobre o que os jovens brasileiros em sua totalidade, constroem como explicação da violência, porém, penso que certos argumentos contidos nessas representações apontam para indícios que devem ser melhor aprofundados e estudados.

As representações que os jovens pesquisados constroem sobre instituições como a polícia e a justiça estão marcadas pela descrença e desconfiança. Entre os jovens pesquisados não são poucos os que já foram alvo da revista policial e que, nesse momento, sofreram alguma forma de coação psicológica ou mesmo alguma agressão física. Reconhecem a importância do trabalho da polícia, porém apontam que este carece de inúmeras mudanças. Entre os jovens pesquisados, destacam-se as representações carregadas de emoções negativas, de revolta, construídas pelos jovens de posição social desfavorável.

Foi comum eles se referirem aos policiais como um “bando de trogloditas”, “a maioria é bandido, poucos se salvam”. Também vários testemunhos foram dados de situações de constrangimento e desrespeito, como lembrou esse jovem:

“...eu tava voltando pra casa à noite, do trabalho... Era mais ou menos 10:30h e eles tavam procurando alguém que tinha feito um assalto e eu tava voltando pra casa de bicicleta, tava passando ali pela avenida e o policial me viu e já apontou a arma na minha cara e me mandou encostar... Eu acho isso desnecessário, entendeu ?! Ele vem e põe a arma na sua cara de repente, você até assusta e faz um movimento brusco ali e aí, e pode tomá um tiro...Eu já estou sofrendo discriminação na hora, pois o cara ainda pergunta: Oh, neguinho, já foi preso ? Toda polícia tem sua banda podre... isso me revolta...” (homem, 19 anos).

Nosso sistema de justiça também é depositário de construções valorativas negativas, pejorativas. Quase sempre é percebido como instituição que promove a impunidade, que comete injustiças, como um “sistema que é furado”, que “envergonha”. Tais rerepresentações, em grande medida são influenciadas pelos meios de massa, mas pelas experiências que estes vivenciaram com a instituição mais próxima, a polícia. Conforme a declaração indignada de um dos jovens entrevistados:

“...Ah, o nosso sistema é muito furado, muito furado ! Hoje o sujeito é preso, amanhã ele sai... Rouba, mata, roubou, matou e tá solto... Se um dia os políticos acharem que tem que ter a pena de morte eu não serei contra não. Hoje eu moro em Uberlândia... E quem tá morando no Rio de Janeiro, em São Paulo, que tem parentes morrendo na quebrada !?...” (homem, 27 anos).

Os jovens que se envolvem com a criminalidade, em especial o tráfico de drogas, em cidades como o Rio de Janeiro também são alvo de reprovação por parte dos jovens uberlandenses. A busca por uma “vida fácil”, do “caminho mais curto” para conseguir realizar seus sonhos de consumo são apontados como as principais motivações dos jovens criminosos. A escolha pela “vida errada” pode trazer como consequência mais grave a

perda da vida, conforme apontam os jovens pesquisados. Em suas representações apontam a “força de vontade”, o “trabalho duro” e a dedicação aos estudos como principal alternativa para realizar seus objetivos. A “vida errada”, a escolha por uma carreira criminosa aparece como um caminho que está ali, disponível, aparece como “tentação”, mas estes reprovam.

As representações sociais dos jovens de Uberlândia, também deixam transparecer uma forma de sociabilidade classificada por Machado da Silva (1995; 2004) como violenta. Tal sociabilidade, conforme assinala no capítulo dedicado ao quadro teórico-conceitual dessa dissertação, emerge, ganha força com o já constatado processo de fragmentação cultural. Esse processo assinala a emergência de lógicas de ação e valorativas diferenciadas e referenciadas em aspectos ou dimensões plurais da vida social. A religião, o local ou espaço de manutenção de relações sociais, a forma como foram socializados, enfim, aspectos os mais heterogêneos compõe esse intrincado mosaico sócio-cultural. Conforme uma das jovens entrevistadas:

“...Ah, na escola era direto... Bastava olhar atravessado para mim dava briga... No recreio, na saída, dentro de sala... Batia, gritava, tinha que me obedecer... Não precisava ter um motivo sério... Na rua também... A polícia já apareceu umas três na casa da minha mãe e das minhas amigas atrás de mim... Sorte que eu não estava lá... Hoje, acho que tô bem mais calma...” (mulher, 21 anos).

Na escola, nas ruas do bairro, no trânsito, são múltiplos os contextos e espaços em que a violência aparece como uma lógica válida, “útil” como resposta ou forma de resolução de conflitos/ tensões. É como se, em determinadas situações, as regras que balizam o comportamento ou convívio social, basilares do processo civilizatório, fossem colocadas em suspenso. Isso, porque nesses contextos, “...você perde o controle...” ou “...você não agüenta e explode...”, conforme declarações feitas por entrevistados. Como Machado da Silva (1995; 2004) já assinalou, comportamentos ou lógicas de ação como essa podem estar demarcando mudanças culturais profundas. Casos concretos como o dos jovens brasileiros que incendiaram um índio na parada de ônibus, por “acharem” que fosse um mendigo (assim, sendo ao ato estaria coberto de legitimidade) ou, recentemente, dos

jovens cariocas, originários das camadas médias, que espancaram uma empregada doméstica também na parada de ônibus, por confundirem-na com uma prostituta, são exemplos dessa mudança. A desconsideração com o outro ou, este sendo tomado como objeto, como algo que “serve” ou “vale” para atingir determinados objetivos egoístas ou narcísicos também compõe essa forma violenta de sociabilidade.

5.2.6.1. O dilema de Rodrigo*: notas de uma trajetória acidentada

As considerações que faço a seguir tratam de uma trajetória individual que merece um relato e análise à parte. Diferente dos demais jovens pesquisados, que reúnem em suas trajetórias, experiências ou situações em que a violência aparece como algo presente no cotidiano, o jovem que chamo de Rodrigo, além de ter vivenciado tais experiências, incorreu em atividades criminosas.

Rodrigo tem 22 anos e atua como traficante em dos bairros da periferia da cidade, o Shopp Park; ou melhor, conforme sua própria definição, atua como “comerciante”. Embora guarde uma incomoda singularidade em relação aos demais entrevistados dessa pesquisa, Rodrigo se assemelha a muitos dos jovens dos grandes centros urbanos brasileiros, em especial aqueles que se envolvem com o tráfico de drogas. A história de Rodrigo começa no interior de São Paulo, quando na adolescência após fazer vários “bicos”, trabalhar na pastelaria e na feira com os pais se envolve, por causa do irmão, em uma briga ou “treta” como chama, com um dos bandidos de sua cidade. Daí se viu obrigado a deixar a cidade e se mudar para Uberlândia, há cinco anos. O jovem, de acordo com suas narrativas, tem uma relação tensa com os pais. Sua mãe chama de “vagabunda”, pois “chifra” seu pai e não quer saber de trabalhar. Seu, pai um “bêbado”, que “vivia espancando todo mundo em casa”. Embora já conhecesse como funciona o “sistema” em São Paulo, nunca se envolveu diretamente com o tráfico. Em Uberlândia conheceu uns “trutas”, pessoas que considera amigos e aí se envolveu “para valer” com o tráfico local.

Esse jovem traficante, não muito disposto a revelar detalhes de sua trajetória anterior a sua chegada em Uberlândia, se mostrou extremamente desconfiado ao longo da entrevista. Rodrigo, um jovem, negro, que gosta de usar boné, bermudões folgados,

correntes no pescoço e no pulso esquerdo apresentou um ar de tristeza em seu semblante, embora sua fala transmitisse um sentimento de ódio e revolta que intimida até o entrevistador. Não conversa ou mantém mais contato com seus pais, porque eles “não aceita sua vida do jeito que ela é”. Não pretendo aqui, fazer uma biografia, traçar um perfil detalhado desse jovem, mas tentar compreendê-lo a partir de suas representações. Seu ethos machista, está presente em afirmações do tipo, “...*não confio em mulher nenhuma, elas são traiçoeiras... Por isso não confio em mulher nenhuma...*”

Rodrigo não considera a vida de traficante uma vida muito tranqüila, não há muitas experiências positivas para contar. Segundo ele,

“...a gente só tem experiência ruim, entendeu ? A gente de repente está andando ali com um monte de chegado, aí de repente chega a policia ou então um cara que é seu considerado, truta ali te traiu, te entregou para alguém ali, entendeu ? No máximo a gente sai pra dar uns rolé e só...”

Constitui-se uma existência cheia de riscos, sempre se deve suspeitar até de seus parceiros no “comércio”. Rodrigo também não vê muitas perspectivas para seu futuro. Porém, reconhece que tem alguns “desejos de consumo” que gostaria de realizar: possuir uma moto, um “carrão” e até uma casa. Mas, curiosamente bate uma espécie de “dor na consciência” por causa da origem do dinheiro que poderia realizar tais “sonhos”:

“...Pô, o cara quando tá envolvido na vida errada, sempre sonha alto, entendeu ? Quer ter uma casa, um carro, uma moto ali, ele quer ter sua independência, entendeu ? Só que de uma maneira errada, porque todo mundo sabe que o dinheiro que vem do crime é um dinheiro vazio, quanto mais você tem, mais você gasta. E de repente você ta com muita grana ali e amanhã você já não tem mais nada, entendeu ? Então não adianta o cara sonhar muito alto não, porque na chega muito alto nessa vida não...”

O jovem traficante ainda tem uma perspectiva bastante crítica de sua atividade comercial. Segundo ele, as drogas acabam com a vida das pessoas, “destroem famílias” e é

o caminho “mais curto para o cemitério”. É perceptível sua insatisfação e angústia com relação a sua “profissão”. Todavia, não vê mais condições de sair. A escola, segundo ele, não “serve mais”, embora reconheça sua importância. Segundo ele, “...a escola é o alicerce, né, se você quer conseguir alguma coisa estuda muito... Mas se for para ser bandido, não mexe com estudo não... Tá perdendo seu tempo...”

Segundo Rodrigo, a solução para resolver o problema seria um consenso universal no combate às drogas. Embora, reconheça que caso isso ocorra ele pode perder “seu ganha pão”, ele aponta tal medida como principal no combate à violência. O jovem traficante ainda se revela com uma “pessoa religiosa” e coloca “Deus” como principal ente que admira. Por quê ?!

“...Pô se fosse, se coloca no meu lugar. Você acha que qualquer coisa que você fizer, se acha que Deus guardaria rancor de você na hora de te julgar, na hora de fazer alguma coisa para você ? Deus não tá interessado nas coisas que você fez no passado, entendeu !? Na vida que você leva, se você pedir a Deus ali, e Deus estiver olhando por você, ele faz por você, se você fizer por merecer também. Eu acho que ninguém aqui nessa terra faz o que ele faz pela gente, não ! ...”

A ‘história’ de Rodrigo, pareceu sugestiva pois, como afirmei anteriormente, apesar de sua singularidade, tem muito em comum com trajetórias de alguns dos jovens entrevistados, além de comportar traços, aspectos e elementos que são constitutivos do sistema de representações dos jovens de Uberlândia. Sistema este cujas categorias mais presentes nos depoimentos dos entrevistados poderiam ser assim listadas: polícia, justiça, escola, consumo, drogas, crime, laser, agressividade, desigualdade social, roubos, renda morte, sobrevivência (simbólica, senão física), em uma ordem aleatória, sem um propósito hierarquizador, visto que não foi objeto da dissertação definir tal ordem de importância.

A multiplicidade de sentidos produzidos pelos jovens de Uberlândia permitiria outros tantos trabalhos científicos com perspectivas as mais diversas. A juventude de Uberlândia, apesar da sua pronunciada heterogeneidade cultural, social demonstra que o fenômeno da violência fez e faz parte de sua existência, sendo demarcador de lembranças

amargas, inscritas nas personalidades dos jovens entrevistados. A complexidade de suas trajetórias e de suas representações não se esgota no espaço dessa dissertação, ao contrário, apenas começa.

Após ter exposto as dimensões e aspectos das representações sociais dos jovens de Uberlândia, bem como o esforço interpretativo e analítico dessas construções simbólicas, no presente capítulo, penso ser pertinente fazer algumas considerações fundamentais acerca dos objetivos e hipóteses que orientaram essa dissertação.

Acredito ter cumprido os objetivos postos na parte introdutória dessa dissertação. Busquei a partir das significações construídas, bem como das experiências e vivências retratadas em várias das narrativas dos entrevistados, compreender como estes constroem suas representações sociais da violência. Assim, temas como o consumo, espaços de lazer, renda, juntamente com os demais, listados no parágrafo anterior, contribuem para a construção e compreensão que os jovens pesquisados possuem sobre a violência. E estas representações apontam para uma rica e complexa definição do fenômeno da violência, orientada por experiências incorporadas a sua personalidade, ao seu “modo de ser” e de se expressar. Além disto, esta pesquisa captou algumas nuances nas representações construídas sobre a violência, determinadas pela posição social diferenciada desses jovens na estrutura de relações de poder simbólico e material.

Por um lado, percebeu-se que os jovens de posição social marginalizada, ao construir suas representações sobre violência, fornecem simbolicamente uma maior “riqueza” de elementos que comporiam suas representações. As situações de preconceito, que vivenciaram, a discriminação pelo fato de serem negros, da “periferia”, por exemplo, interferem em sua forma de construir sentidos para a violência. Já os jovens de melhor posição social se reportam mais, em suas representações, à modalidade criminal do fenômeno da violência. Falam de roubos, de agressões físicas como principais manifestações da violência e da desigualdade social como principal fator causador da violência.

Coincidem os jovens, na percepção que têm da cidade, como violenta, na polícia como protagonista de “excessos” no seu trabalho, mas se diferenciam quando tratam do fenômeno da violência em si, de seus espaços de ocorrência e, como já mencionado, nas

experiências individuais, ditadas pela sua posição social. A seguir faço algumas considerações finais acerca da pesquisa e dos seus resultados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomar as representações sociais da juventude de uma cidade de porte médio, como Uberlândia, para se estudar a violência se revelou uma experiência enriquecedora e que pode trazer contribuições valiosíssimas para a compreensão do fenômeno, que ainda tem espaço para múltiplas abordagens. O fenômeno da violência aparece, na sociedade brasileira, como um dos seus principais flagelos. Inspira medo, sofrimento, altera comportamentos, modifica o traçado e as formas de construção de edificações urbanas, entre outras conseqüências, profundamente negativas para a vida em sociedade. A impressão que se tem é que, passadas duas décadas e meia, aproximadamente, desde o fim do regime de exceção, a sociedade civil brasileira ainda não encontrou seu caminho. Os agentes públicos ainda agem com improviso, amadorismo, além de atualizarem práticas, típicas de um contexto rural, como o clientelismo e o autoritarismo. Não há por exemplo, casos bem sucedidos, de longa data, de políticas públicas de segurança que trouxeram uma maior pacificação social, com honrosas exceções de algumas poucas cidades.

As Ciências Sociais, além das demais Ciências Humanas, não têm faltado em dar “respostas” ao difuso sentimento de perplexidade que atravessa a sociedade brasileira. Não faltam estudos e análises bem fundamentadas, rigorosas sobre o fenômeno. O campo de estudos da violência nas “ciências da cultura”, está marcado pela pluralidade e diversidade de abordagens, objetos, enfoques. Os cientistas sociais brasileiros forneceram nas últimas décadas, um “arsenal” teórico-interpretativo de grande alcance e que poderia de forma singular, auxiliar na elaboração de políticas públicas de segurança. Talvez a juventude represente um segmento sócio-cultural que necessita com uma certa celeridade de políticas ou ações voltadas a atender suas demandas.

Com relação aos resultados da pesquisa e também às duas hipóteses levantadas, penso que estas foram confirmadas. Conforme apontei em vários momentos no capítulo anterior, entendo que as representações sociais que os jovens constroem sobre a violência guardam uma relação estreita com suas trajetórias individuais, fruto de sua posição diferenciada na estrutura de relações de poder material e simbólico. As experiências diferenciadas, por exemplo, entre jovens de melhor posição social e seus pares de posição marginalizada, apontam para uma maior “riqueza” ou complexidade das representações e

situações sociais em que o fenômeno da violência se manifesta. Com relação à segunda hipótese, pude perceber, a partir da pesquisa empírica, que foram várias as manifestações de uma forma de sociabilidade violenta, tanto tendo os jovens pesquisados como protagonistas como vítimas. E aí novamente, percebo uma certa nuance quando se trata dos jovens de posição social marginalizada, que através de suas representações, esboçam narrativas de situações em que tal forma de sociabilidade ganha predominância.

Um dos principais objetivos dessa dissertação foi chamar a atenção para a importância da interface entre violência e juventude como objeto de estudo. Tomar a juventude como objeto, como ponto de partida para se estudar o fenômeno da violência, a partir de suas representações sociais, pode abrir para as Ciências Sociais novos sentidos, novos significados, talvez ainda sub investigados. Como já aponte em vários momentos na dissertação, o segmento sócio-cultural da juventude constitui-se num objeto de pesquisa estratégico para se perceber a singularidade de determinado fenômeno, em especial o da violência. Pois representa um segmento social que é extremamente sensível às mudanças e metamorfoses pelas quais passa uma dada formação social. Neste sentido as Ciências Sociais têm na juventude um amplo campo para continuar sendo investigado, inclusive, aprofundando o diálogo e contato com outras áreas do conhecimento ou outras disciplinas acadêmicas. A interface entre juventude e violência pode ainda render muitos frutos. Citaria como exemplo, a investigação da emergência do fenômeno que Machado da Silva (1995; 2004; 2005) chamou de sociabilidade violenta, o qual comportaria vários estudos que envolvessem, além das representações sociais, também as práticas, que podem vir a se revelar constitutivas de tais representações.

Talvez um outro desafio importante para as Ciências Sociais, enquanto agenda de pesquisa para um futuro próximo, seja, em relação ao campo teórico, analítico e interpretativo, no sentido de buscar a formulação de uma teoria da violência que englobe a idéia de fragmentação cultural e sociabilidade violenta, que se adapte a variados contextos empíricos. Uma teoria que consiga apreender, no mesmo movimento, a mutação ou a crise pelas quais as instituições sociais tradicionais como a família, a religião, o próprio Estado-nação, por exemplo, vêm passando nas últimas quatro décadas, com a emergência e a vigência de formas de conflitualidade que envolvem vetores como o da construção da identidade social.

Penso que uma das contribuições importantes dessa dissertação é apontar para a necessidade de se valorizar e atentar para o papel e a dimensão que as múltiplas formas de inserção social dos jovens assumem para a elaboração de suas representações sociais. A pesquisa mostrou que, tomar de forma unilateral, variáveis como renda ou idade por exemplo, se revelaram como extremamente empobrecedoras ou simplificadoras para se compreender as representações dos jovens de Uberlândia. Assim, foi fundamental levar em conta o que chamei de trajetórias existenciais. Neste contexto, as representações revelaram-se mais ligadas às experiências na família, no bairro, na escola ou faculdade, nas suas relações sociais, do que à faixa etária ou a renda, por si só. Renda e idade são importantes sim, porém conjugadas ou entrelaçadas a outros aspectos. As representações sociais e as narrativas contidas nelas mostraram isso.

Uma outra conclusão que, em minha avaliação, merece destaque, é aquela que aponta para a adesão que chamaria “pragmática” dos jovens pesquisados para as regras de convívio social e que excluem a violência como prática aceitável de resolução de conflitos ou auto-afirmação. Como já apontei, os jovens reprovam tal prática, porém reconhecem que em determinadas situações, tais regras de convívio ficam suspensas e o uso da força se justifica. Principalmente, nas situações que envolvem uma carga emocional ou afetiva acentuada (traição, determinadas práticas criminosas).

A cidade de Uberlândia vem passando por um crescimento descontrolado nos últimos vinte e cinco anos. Faz parte de mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por um lado, atraiu para si, nas representações dos mineiros (mas não só destes), a imagem de uma região rica, próspera, cheia de oportunidades. Por outro, conforme apontaram os dados (CEPES, 2001; 2005), mais de dez por cento de sua população vive na linha de pobreza. Junto com a urbanização descontrolada vieram também os problemas, que se agravaram nos últimos anos. A cidade hoje, ostenta o incomodo título de terceira cidade mais violenta do estado de Minas Gerais. E lá se vão pelo menos, oito anos com esse título. Embora tenha um número baixo de homicídios, conforme aponta a Fundação João Pinheiro (2000; 2004; 2006), a representação social, ao que tudo indica, agora hegemônica, de uma cidade violenta já trouxe reflexos sobre seu traçado urbanístico. Já começam a proliferar construções de condomínios horizontais, devidamente segregados do resto da cidade. por muros, câmeras, vigias.

Entre os jovens pesquisados nessa dissertação, uma parte significativa revelou ter mudado de bairro ou modificado seu próprio comportamento devido a experiências vivenciadas pelos seus pais ou por eles mesmos, envolvendo violência. Segundo projeções feitas pelo CESPE (2005) a partir de dados do IBGE (censo 2000), a cidade alcançará um milhão de habitantes em 2020, daqui a treze anos. Portanto, a cidade possui desafios enormes, se não quiser se tornar um “*Iraque*”, conforme declarou um dos jovens pesquisados. Destaco ainda que, emergem nas representações sociais dos jovens pesquisados, padrões ou formas de comportamento que se enquadram na noção que Machado da Silva (1995; 2004) chama de sociabilidade violenta. Tal noção, nas representações dos jovens, expressa o que chamaria de adesão parcial ou condicional aos princípios de resolução pacífica e dialógica de situações de tensão ou conflito. Em outras palavras, emerge, como mostraram as representações sociais, uma “outra” lógica valorativa e orientadora de condutas em que “força”, sentimentos de ódio, intolerância compõe o *corpus* significativo.

Exageros à parte, o fato é que a cidade se destaca no conjunto dos municípios mineiros, como um dos corredores de droga mais importantes (Fundação João Pinheiro, 2000), devido à sua localização estratégica. Aliás, sua dinâmica criminal já começa a ser afetada pela vendas e consumo de entorpecentes, segundo a fonte citada. Em pesquisa anterior (2001), constatei , a partir das representações de vários membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do município (juizes e promotores), a precariedade do Sistema de Justiça Criminal da cidade. O município possui número de Varas criminais insuficientes, o número de policiais por habitante é inferior ao número recomendado pela ONU e o processo de racionalização e armazenamento através de programas modernos de informática, dos dados da criminalidade violenta, através de geo-processamento é fenômeno recente.

Por fim, espero que essa dissertação possa contribuir de algum modo para a melhor compreensão dos conteúdos valorativos, subjetivos que os jovens portam e que usam na orientação de suas condutas. Penso que, já é hora de os cientistas sociais brasileiros também voltarem seu foco para os contextos urbanos de médio porte, que começaram já há algum tempo a experimentar contradições e problemas que as grandes metrópoles nacionais já experimentam há décadas. A violência é um deles.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena W. (1994). **Cenas juvenis. Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta.
- _____ (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação, nº 5/ 6**. Set/Out/Nov/Dez. de 1997: pp. 25-36. ANPED: São Paulo.
- ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro P. M. (2005). Introdução. In: ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro P. M.(orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania.
- ABRIC, Jean-Claude (2001). O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- ADORNO, Sérgio A. (1995). A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. Vol. X, nº2. Jul/Dez.
- _____ (1998). Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. Vol. 10 (1): 19-47. Maio.
- _____ (1999). Violência e racismo: discriminação no acesso a justiça penal. In: SCHWARCZ, Lília M. & QUEIROZ, Renato da S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp.
- _____ (2000). Violência e civilização. In: SANTOS, José V. T. dos & GUGLIANO, Alfredo A. (orgs.). **A Sociologia para o século XXI**. Pelotas: Educat/ Sociedade Brasileira de Sociologia (IX Congresso Brasileiro de Sociologia).
- _____ (2002a). Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, Helena W. et alii (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez.
- _____ (2007). A violência segue a rota da riqueza. Entrevista com Sérgio Adorno. In: **Getulio nº 03**. Maio. Ed. FGV. Rio de Janeiro.

- _____ (2002b). Exclusão sócio-econômica e violência urbana. In: **Sociologias nº 08**. pp. 84-135. Dezembro. Porto Alegre.
- ALMEIDA, Ângela M. de O. & CUNHA, Gleicimar G. (2003). Representações sociais do desenvolvimento humano. In: **Psicologia: reflexão e crítica. Vol. 16** (3): 555-568. Porto Alegre.
- _____ (2005). Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez C.; BARRETO, Frederico B. (orgs.). **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Ed. UnB.
- _____; GARCIA, Lorena F.; PACHECO, Juliana G. (2006). Representações sociais da adolescência e práticas educativas dos adultos. In: ALMEIDA, A. M et alii (orgs.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais**. Brasília: Ed. UnB.
- ALMEIDA, Maria I. M. de, EUGENIO, Fernando (2006). Sob a regência da presença: subjetividade e cálculo entre jovens consumidores de ecstasy no Rio de Janeiro. In: ROCHA, Everardo et alii (orgs.). **Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Mauad X.
- ANTUNES, Ricardo C. (2002). Dimensões da crise estrutural do capital. In: **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Campinas: Boitempo Editorial.
- ARIÈS, Phillippe (1981). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC.
- BABBIE, Earl (1999). **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BANDEIRA, Lourdes & BATISTA, Analía S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões da violência. In: **Revista Estudos Feministas vol. 10(1)**: 7-16. Florianópolis.
- BARBOSA, Livia (2006). Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea. In: BARBOSA, Livia & CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BARREIRA, César et alii (2001). **Ligado na galera. Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: Edições UNESCO.

- BAUER, Martin (2002). A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- BAUMAN, Zygmunt (1998). **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- _____ (1999). **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2000). Individualidade. In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2005). **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2007). **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECKER, Howard S. (1997). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1997). **Outsiders. Studies in the Sociology of deviance**. New York: Simon & Schuster.
- BERMAN, Marshall (1995). **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- BIHR, Alan (2000). **Da grande noite à alternativa**. Campinas: Boitempo.
- BOCK, Ana M. (2004). Eu caçador de mim: pensando a profissão de psicólogo. In: SPINK, Mary J. (org.). **O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense.
- BOSI, Ecléa (2003). A substância social da memória. In: **O tempo vivo da memória. Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BOUDON, Raymond (1989). Os métodos qualitativos. In: **Os métodos em Sociologia**. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre (1997). Compreender. In: _____ (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2001). Violência simbólica e lutas políticas. In: **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- _____ (2003).. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2004). **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2005). Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus.
- BRANCO, Pedro P. M. (2005). Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: BRANCO, Pedro P. & ABRAMO, Helena W. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Inst. Cidadania/ Ed. Fundação Perseu Abramo.
- BRANDÃO, Elaine R. (2006). Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, Maria I. & EUGENIO, Fernando (orgs.). **Culturas jovens. Novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SHOUTHEETE, Marc de (1977). Os modos de investigação. O estudo de caso. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPLOS, Carles F.; CANGAS, Yanco G. (2004). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/ CEBRIJ.
- CALDEIRA, Teresa P. (1999). Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/ Ed. 34.
- CALLIGARIS, Contardo (2000). **A adolescência**. Col. Folha explica. São Paulo: Publifolha.
- CANCLINI, Nestor G. (2003). **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras.
- CARDIA, Nancy & ADORNO, Sérgio A. (1999). Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo: 1980-1989. In: SANTOS, José V. T. dos (org.). **Violência em tempos de globalização**. São Paulo: Hucitec.
- CARMO, Paulo S. do (2000). **Culturas da rebeldia. A juventude em questão**. São Paulo: Ed. SENAC.

- CARVALHO, José M. (2003). **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTEL, Robert (2000). A nova questão social. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel (2000). **A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1: A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2001). **O poder da identidade. Vol. 2**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2002). **Fim do milênio. Vol. 3**. São Paulo: Paz e Terra.
- CECCHETTO, Fátima (2001). As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras cariocas, territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____ (2004). **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- CEPES (2001). **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. Mimeo.
- _____ (2003). **Boletim de Informações Demográficas**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. Mimeo.
- _____ (2005). **Painel de Informações Municipais 2005**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. Mimeo.
- CHAUÍ, Marilena (1995). **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.
- CHESNAIS, François (1997). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama.
- CHIZZOTTI, Antonio (2001). **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez.
- _____ (2006). **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes.
- CRUZ, Fátima M. (2006). Representações sociais, identidade e exclusão social: o fracasso escolar em matemática. In: ALMEIDA, A. M. et alii (orgs.). op. cit. Brasília: Ed. UnB.

- CORDOVIL, Daniela (2007). Ritual de iniciação: quando o campo evoca o objeto através da experiência. In: BONETTI, Aline & FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Santa Cruz do Sul: Edunisc/ Mulheres.
- COSTA, Arthur Trindade M. (2004). Polícia, controle social e democracia. In:_____. **Entre a lei e a ordem. Violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: FGV.
- COSTA, Márcia R. (2000). **Os carecas do subúrbio. Caminhos de um nomadismo moderno**. São Paulo: Musa.
- COSTA, Liana F. & ALMEIDA, Tânia M. (orgs.) (2005). **Violência no cotidiano. Do risco à proteção**. Brasília: Universa/ Líber.
- COUTO, Patrícia de A. (2007). Casos e acasos: como acidentes e fatos fortuitos influenciam o trabalho de campo. BONETTI, A. & FLEISCHER, S. (orgs.). op. cit. Santa Cruz do Sul: Edunisc/ Mulheres.
- DA MATTA, Roberto (1986). Raízes da violência no Brasil. In: PINHEIRO, Paulo S. (org.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense.
- DINIZ, Gláucia R. & SANTOS, Cristina V. (2006). Condição feminina, gênero e autovalorização. In: ALMEIDA, A. M. et alii. (orgs.). op. cit. Brasília: Ed. UnB.
- _____ (1999). **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco.
- DIÓGENES, Glória (1998). **Cartografias da cultura e da violência. Gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume.
- _____ (2000). Gangues e polícia: campos de enfrentamento e estratégias de diferenciação. In: PEREIRA, Carlos A. M. et alii (orgs.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____ (2003). **Itinerários de corpos juvenis. O baile, o jogo e o tatame**. São Paulo: Annablume.
- DOISE, Wilhem (2001). Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- DOWDNEY, Luke (2002). De aviõezinhos à soldados: o crescente envolvimento de crianças nas lutas de grupos armados do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Nilson V. (org.). **Insegurança pública. Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. Rio de Janeiro: Nova Alexandria.

- DUARTE, Rosália (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa nº 115**: 139-154. São Paulo.
- DUMONT, Louis (1986). **Ensaio sobre o individualismo**. São Paulo: Edusp.
- DURKHEIM, Emile (1999). Representações coletivas e rerepresentações individuais. In: _____. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone.
- DUVEEN, Gerard (2005). O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2002). Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em movimento. In: GUARESHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). In: **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- ELIAS, Norbert (1993). **O processo civilizador. Vol. 1. Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1994). **O processo civilizador. Vol. 2. Formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1997). **Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John (2000). **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FEICHA, Carles (2006). O quarto dos adolescentes na era digital. In: COSTA, Márcia R. da & SILVA, Elizabeth M. (orgs.). **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**. São Paulo: Ed. PUCSP/ EDUC.
- FILHO, João F. (2006). Usos (e abusos) do conceito de espetáculo. In: FILHO, J. F. & HERSCHMANN, M. (orgs.). **Comunicação, cultura e consumo. A (des) construção do espetáculo contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers.
- FLAMENT, Claude (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ.
- FORACCHI, Marialice M. (1972). **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1999). **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. UNESP.

- FREITAS, Marcos C de (org.) (2006). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2000). **Criminalidade violenta em Minas Gerais. 1986-1997**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais. 150 p.
- _____ (2004). **Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais nº 2**. Abril-junho/ 2004. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais. 29 p.
- _____ (2005). **Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais, nº2** Abril-junho/ 2005. Belo Horizonte. Governo de Minas Gerais. 28p.
- _____ (2006). **Boletim de Informações Criminais de Minas Gerais, nº2** Abril-junho/ 2006. Belo Horizonte. Governo de Minas Gerais. 30p.
- GASPAR, Maria D. (1985). **Garotas de programa. Prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GIDDENS, Anthony (1999). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____ (2002). **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOHN, Maria da G. (2003). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes.
- GOLDENBERG, Mirian (2006). O discurso sobre o sexo: diferenças de gênero na juventude carioca. In: ALMEIDA, M. & EUGENIO, F. (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GUARESCHI, Pedrinho (2002). “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal. In: _____ & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). op. cit. Petrópolis: Vozes.
- GUARESCHI, Neuza M. (2004). A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: SPINK, M. J. (org.). op. cit. São Paulo: Brasiliense.
- GUIMARÃES, Nadya A. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, H. & BRANCO, P. (orgs.). op. cit. São Paulo: Inst. Cidadania/ Ed. Fund. Perseu Abramo.
- GORZ, André (1982). **Adeus ao proletariado. Para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense.

- GROPPO, Luís A. (2000). **Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel.
- HALL, Stuart (2002). Identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A.
- HARVEY, David (1999). **A condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola.
- _____ (2005). **O novo imperialismo.** São Paulo: Ed. Loyola.
- HERSCHMANN, Micael (2000). As imagens das galeras funk na imprensa. In: PEREIRA, Carlos A. M. et alii (orgs.). **Linguagens da violência.** Rio de Janeiro: Rocco.
- _____ (2001). **O funk e o hip hop invadem a cena.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- HEWSTONE, Miles (2001). Representações sociais e causalidades. In: JODELET, D. (org.). op. cit. Rio de Janeiro: ED. UERJ.
- HONNETH, Axel (2003). Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação. In:_____. **Luta pelo reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34.
- IANNI, Octavio (1999). **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2002). **Enigmas da modernidade-mundo.** São Paulo: Civilização Brasileira.
- JODELET, Denise (2001). Representações sociais; um domínio em expansão. In:_____. **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj.
- _____ (1999). **Loucura e representações sociais.** Petrópolis: Vozes.
- _____ (2006). Presença da cultura no campo da saúde. In: ALMEIDA, A. M. et alii (orgs.). op. cit. Brasília: Ed: UnB.
- JOFFÉ, Hélène (2002). “Eu não” “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In: Guareschi, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). op. cit. Petrópolis: Vozes.
- KANT DE LIMA, Roberto (1995). A administração de conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, Gilberto &ALVITO, Marcos (orgs.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ.
- _____ (1997). Polícia e exclusão na cultura judiciária. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Vol. 9(1):** 169-183. São Paulo.

- LA MENDOLA, Salvatore (2005). O sentido do risco. In: **Tempo Social. Revista. de Sociologia da USP. Vol. 17(2):** 59-91. Novembro.
- LA TAILLE, Yves de (2002). Violência: falta de limites ou valor ? Uma análise psicológica. In: ABRAMO, H. et alii (orgs.). op. cit. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa.
- LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. (1985). Análise e interpretação de dados. In:_____. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas.
- LAPLANTINE, François (2001). Antropologia dos sistemas de representação da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, D. (org.). op. cit. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean (1999). **A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed/ Ed. UFMG.
- LEEDS, Elizabeth (1998). Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaça à democracia em nível local. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- LEITÃO, Carla F. (2006). Inventando novas vidas e novas realidades. In: ROCHA, E. et alii (orgs.). **Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens.** Rio de Janeiro: Ed. PUCRio/ Mauad X.
- LEMGRUBER, Julita (2002). Controle da criminalidade: mitos e fatos. In: OLIVEIRA, Nilson V. (org.). **Insegurança pública. Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** Rio de Janeiro: Nova Alexandria.
- LEVI, Giovanni & SCHIMITT, Jean Claude (1996). Introdução. In: LEVI, Giovanni & SCHIMITT, Jean Claude (orgs.). **História dos Jovens. Vol. 1.** São Paulo: Companhia das Letras.
- LIPOVETSKY, Gilles (2004). **O império do efêmero.** São Paulo: Cia das Letras.
- _____ (2005). **Metamorfoses da cultura liberal.** Porto Alegre: Sulina.
- _____ (2006). **A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo.** Barueri: Manole.

- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (1995). Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. In: **Sociedade e Estado**, Vol. 10 (2):493-512. Especial Violência. Jul/Dez. Brasília: Depto de Sociologia. UnB.
- _____ (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. In: **Revista Sociologia e Política** nº 13: 115-124. novembro de 1999. Curitiba.
- _____ (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado**, Vol. 19 (1): 53-84. Especial Violência e conflitualidades. Jan/Jun.
- MAFFESOLI, Michel (2003). **O tempo das tribos. Declínio do individualismo nas sociedades de massa**. São Paulo: Forense Universitária.
- _____ (2004). **Notas sobre a pós-modernidade. O lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica.
- _____ (2005). **Sobre o nomadismo. Vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record.
- MAGNANI, José G. (2006). Jovens paulistanos: formas de uso e apropriação do espaço urbano na metrópole. In: ROCHA, E. et alii (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Ed. PUCRJ/ Mauad X.
- MANCINI, Anna M (2006). Modos de subjetivação: jovens na escola. In: MORGADO, Maria A. & MOTTA, Manoel F. (orgs.). **Juventude de classe média e educação**. Cuiabá: Ed. UFMT.
- MARTINS, José de S. (1995). As condições de estudo sociológico sobre linchamentos no Brasil. In: **Rev. Estudos Avançados**. Vol 9(25): 293-310. Dezembro. São Paulo.
- _____ (2000). As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In:_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, Pedro P. (2000). Crises, valores e vivências da masculinidade. In: **Novos Estudos CEBRAP** nº 56: 89-110. São Paulo.
- MARTUCCELLI, Danilo (1999). Reflexões sobre a violência na condição moderna. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**. Vol.11(1):157-175. São Paulo.

- MARX, Karl & ENGELS, F.(1987). **A ideologia alemã**. São Paulo: Marins Fontes.
- _____ (2003). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes.
- MENIN, Maria S. (2003). Atitudes de adolescentes frente a delinquência como representação social. In: **Psicologia: crítica e reflexão vol. 16(1)**: 125-135. São Paulo.
- _____ (2005). **Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes**. São Paulo: FAPESP.
- MÈSZAROS, Istvan (2000). **Para além do capital**. Campinas: Boitempo.
- MICHAUD, Yves (2001). **A violência**. São Paulo: Ática.
- MINAYO, Maria C. (1995). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). op. cit. Petrópolis: Vozes.
- _____ et alii (2000). **Fala Galera. Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Edições UNESCO. Rio de Janeiro: Garamond.
- MISSE, Michel; KANT DE LIMA, Roberto; MIRANDA, Ana Paula M. de (2000). Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MISSE, Michel (2006). **Crime e violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de Sociologia do Crime e da Violência urbana**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- MORGADO, Maria A. & MOTTA, Manoel F. (2006). Práticas transgressivas de jovens da classe média e alternativas educacionais. In: _____ (orgs.). op. cit. Cuiabá: Ed. UFMT.
- MOSCOVICI, Serge (1995). Prefácio. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. op. cit. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2005). O fenômeno das representações sociais. In:_____. **Representações sociais. Investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes.
- NETO, Ana Maria Q. (1995). Violência e dominação: as favelas voltam à cena. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. Vol. X, nº2, Jul/Dez.

- NICOLACI-DA-COSTA, Ana M. (2006). Jovens e celulares: a cultura do atalho e da sociabilidade instantânea. In: ROCHA, E. et alii (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Ed. PUCRJ/ Mauad X.
- NUNES, Brasilmar F. (2003). Espaço público, espaço da “razão” ? In: _____. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: EdUnB.
- OFFE, Clauss (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental ? In: **Capitalismo desorganizado**. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Carmen S. (2001). **Sobrevivendo no inferno. A violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina.
- ORTIZ, Renato (2000). **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- PAIXÃO, Antonio L. (1989). Crime, controle social e consolidação da democracia: as metamorfoses da cidadania. In: REIS, Fábio W. & O’DONNELL, Guillermo (orgs.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice.
- _____ & BEATO, Cláudio (1997). Crimes, vítimas e policiais. In: **Tempo. Social. Revista de Sociologia da USP. Vol.9 (1):** 233-248. São Paulo.
- _____ (1999). Problemas sociais, políticas públicas. In: ZALUAR, Alba (org.). **Drogas e cidadania. Repressão ou redução de riscos ?** São Paulo: Brasiliense.
- PALADINO, Erane (2006). **O adolescente e o conflito de gerações na sociedade contemporânea**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PARANHOS, Adalberto (1999). **O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. Campinas: Boitempo.
- PERALVA, Angelina (1997). O jovem como modelo cultural. In: **Revista Brasileira de Educação nº 5/6**. Set/Out/Nov/Dez de 1997. São Paulo: ANPED. pp. 11-24.
- _____ (2000). **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1986). Polícia e crise política. PINHEIRO, Paulo S. (org.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP nº 9(1):** 43-52. MAIO. São Paulo: Discurso.

- _____ (2000). Introdução. O Estado de Direito e os não-privilegiados na América Latina. In: PINHEIRO, Paulo S. et alii (orgs.). **Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra.
- POCHMANN, Márcio (2002). **O emprego na globalização**. Campinas: Boitempo.
- PORTO, Maria S. G. (1999). A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal. In: **São Paulo em perspectiva nº 13 (4)**. São Paulo.
- _____ (2000a). A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP nº 12 (1)**: 187-200. São Paulo: Discurso.
- _____ (2000b). Violência, legitimidade e justiça. In: SOUZA, Jessé et alii (orgs.) **Política e valores**. Brasília: Ed. UnB.
- _____ (2001). Da violência e de suas representações como respostas possíveis à impunidade. **Revista do Centro de Estudos Judiciários. Revista CEJ**. Brasília. Vol. 15, nº 04.
- _____ (2002). Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. In: **Revista Sociologias nº 8**: 152-171. Jul/Dez. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- _____ (2003). O novo endereço da violência. **UnB Revista**. Vol. 7, Jan/Fev.
- _____ (2004). Polícia e violência. Representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. In: **São Paulo em Perspectiva, nº 18 (1)**: 132-141. São Paulo.
- _____ (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. In: **Sociologias nº 16**: 250-273. Porto Alegre.
- QUEIROZ, Maria I. (1996). **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- QUIROGA, Consuelo & NETO, Ana Maria (2000). Juventude pobre urbana: manifestações públicas e leituras sociais. In: op. cit.. Rio de Janeiro: Rocco.

- ROCHA, Everardo (2006). Coisas estranhas, coisas banais: notas para uma reflexão sobre o consumo. In: ROCHA, E. et alii (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Ed. PUCRJ/ Mauad X.
- ROSENFELD, Denis L. (2002). Terror e barbárie. In: ROSENFELD, D. & MATTÉI, Jean-François (eds.). **O Terror. Revista Filosofia Política, série III, nº 04**. Porto Alegre: Ed.UFRGS.
- SÁ, Celso Pereira de (1996). **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1999). **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- SALLAS, Ana L. et alii (1999). **Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos. Juventude, violência e cidadania**. Brasília: Edições UNESCO.
- SAMPAIO, Roberto Cury (1985). **Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica, 1960-1980**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: CEDEPLAR. Mimeo.
- SANTOS, José V. T. (1995). A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Sociedade e Estado, Vol 10 (2)**: 281-298. Especial Violência. Jul/Dez. Brasília: Depto de Sociologia. UnB.
- _____ (1999). Introdução. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: SANTOS, José V. T.. **Violência em tempos de globalização**. São Paulo: Hucitec.
- _____ (2002). Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: **Revista da SBPC. Ciência e cultura, nº1**: 22-24. Jul/Ago/Set. São Paulo: Imprensa Oficial.
- SANTOS, Wanderley G. (1998). A anomalia democrática: adolescência e romantismo na história política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13 (36)**: 7-16. São Paulo.
- SENNETT, Richard (2000). **A corrosão do caráter**. São Paulo: Record.
- SILVA, Rogério O. (2001). **Criminalidade e controle social: um estudo sobre as práticas e as construções simbólicas na Justiça Criminal e na Colônia Penal**

- Jacy de Assis em Uberlândia-MG.** Monografia de graduação. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Mimeo.
- SOARES, Luis Eduardo (1999). A duplicidade da cultura brasileira. In: SOUZA, Jessé de (org.). **O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira.** Brasília: Ed. UnB.
- _____ (2000). Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: op. cit.. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____ (2001). **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2004). O futuro como e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança. In: ALMEIDA, M. & EUGENIO, F. (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, MV Bill; ATHAYDE, Celso (2005). **Cabeça de porco.** Rio de Janeiro: Objetiva.
- SOUTO, Solange de O. (2004). O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular. In: SPINK, M. J. (org.). op. cit. São Paulo: Brasiliense.
- SPINK, Mary J. (2004). O estudo empírico das representações sociais. In:_____. **O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense.
- TRACY, Kátia M. & ALMEIDA, Maria I. (2002). **Noites nômades. Espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas.** Rio de Janeiro: Rocco.
- VELHO, Gilberto (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Ed. da Fund. Getúlio Vargas.
- _____ (2006). Epílogo- Juventude, projetos e trajetórias nas sociedades contemporâneas. In: ALMEIDA, M. & EUGENIO, F. (orgs.). op. cit. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- VIANNA, Hermano (1998). **O mundo funk carioca.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- WACQUANT, Loïc (2001). Como o “bom senso” penal chega aos europeus. In:_____. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- _____ (2003). **Os condenados da cidade. Estudos sobre a marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (2004). A cor da justiça. Quando gueto e prisão se encontram e se mesclam. In: LINS, Daniel & WACQUANT, Lóic (orgs.). **Repensar os Estados Unidos. Por uma sociologia do superpoder.** Campinas: Papirus.
- _____ (2005). **Corpo e alma. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- WASELFISZ, Julio J. et alii (1998). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília.** Edições UNESCO. São Paulo: Cortez.
- _____ (1999). **Gangues, galeras, chegados e rappers. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Edições UNESCO. Rio de Janeiro: Garamond.
- WASELFISZ, Julio J. (2004). **Mapa da Violência 4. Os jovens do Brasil.** Brasília: UNESCO.
- WEBER, Max (2005). **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: LTC.
- WELLER, Wivian. A invisibilidade feminina nas (sub) culturas juvenis. In: COSTA, M. & SILVA, E. (orgs.). op. cit. São Paulo: Ed. PUCSP/ EDUC.
- WIEVIORKA, Michel (1997). O novo paradigma da violência. In: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP nº 9 (1):5-41.** Maio/ 1997. São Paulo: Discurso.
- _____ (2006). **Em que mundo viveremos ?** São Paulo: Perspectiva.
- ZALUAR, Alba (1989). **A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1996). **Da revolta ao crime S. A..** São Paulo: Moderna.
- _____ (1999). A globalização do crime e os limites da explicação local. In: SANTOS, J. V. (org.). op. cit.. São Paulo: Hucitec.
- _____ (2000). Crime, medo e política. In: _____ & ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas.
- _____ (2002). Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia ? In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira. 1970-1995.** São Paulo: Sumaré. ANPOCS.

- _____ (2004). **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- ZANETI, Hermes (2001). **Juventude e revolução. Uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil**. Brasília: Ed. UnB.

OUTRAS FONTES:

1. VARELLA, Márcio & CLEMENTINO, Luiz. A banalização da violência. **UnB Revista**. Brasília: Ed.UnB. Ano 1, nº2. Abr/Mai/Jun 2001. Reportagem.
2. ATHAYDE, Celso & MV Bill (2006). **Falcão. Meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva/ Cufa.
3. SALAS, Antonio (2006). **Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista**. São Paulo: Planeta do Brasil.

ANEXOS

Perfil dos entrevistados da pesquisa				
Sexo	Idade	Escolaridade	Renda familiar em SMs aproximada	Bairro
masculino	15 anos	Ens. Fund. Incomp.	Entre 1 e 2 SMs	Tocantins
feminino	16 anos	Ens. Médio Incomp.	Entre 6 e 8 SMs	Cidade Jardim
masculino	17 anos	Ens. Méd. incomp.	Entre 1 e 2 SMs	Taiamam
masculino	17 anos	Ens. Méd. Incomp.	Entre 1 e 2 SMs	Taiamam
feminino	17 anos	Ens. Fund. Comp.	Entre 1 e 3 SMs	Tocantins
feminino	18 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 4 e 6 SMs	Cidade Jardim
masculino	18 anos	Ens. Méd. Incomp.	Entre 1 e 2 SMS	Guarani
masculino	19 anos	Ens. Super. Incomp.	5 SMs	Fundinho
feminino	19 anos	Ens. Sup. Incomp.	1 SMs	Tocantins
feminino	20 anos	Ens. Super. Incomp.	Entre 4 e 6 SMs	Fundinho
masculino	20 anos	Ens. Méd. Incomp.	3 SMs	Planalto
feminino	20 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 1 e 3 SMs	Luizote
feminino	21 anos	Ens. Super. Incomp.	Entre 4 e 6 SMs	Martins
feminino	22 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 1 e 2 SMs	Santa Mônica
masculino	22 anos	Ens. Sup. Incomp.	5 SMs	Centro
feminino	23 anos	Ens. Sup. Incomp.	Entre 4 e 6 SMs	Santa Mônica

masculino	23 anos	Ens. Sup. Incomp.	Entre 4 e 6 SMs	Centro
masculino	24 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 4 e 6 SMs	Aparecida
feminino	24 anos	Ens. Méd. Incomp.	3 SMs	Guarani
feminino	25 anos	Ens. Sup. Comp.	5 SMs	Tibery
feminino	25 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 1 e 2 SMs	Planalto
masculino	26 anos	Ens. Méd. Comp.	Entre 1 e 3 SMs	Luizote
masculino	26 anos	Ens. Sup. Incomp.	3 SMs	Aparecida
masculino	27 anos	Ens. Méd. Comp.	3 SMs	Guarani
feminino	27 anos	Ens. Sup. Incomp.	5 SMs	Jardim Patrícia
feminino	27 anos	Ens. Méd. Comp.	2 SMs	Planalto
masculino	28 anos	Ens. Sup. Incomp.	3 SMs	Jardim Patrícia

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PESQUISA JUVENTUDE E REPRESENTAÇÕES

A – CARACTERIZAÇÃO GERAL

- 1) Qual sua idade ?
- 2) Qual bairro você mora? Há quanto tempo? Sempre morou nesse bairro?
- 3) Qual seu estado civil?
- 4) Você é independente financeiramente ou vive com os pais ou responsáveis?
- 5) Importaria-se de falar a renda aproximada (em termos de salário mínimo, R\$ 350, um, dois, três ou mais SMs.) do(a) provedores(as) da casa ? Quantos trabalham?

B - INFÂNCIA

- 6) Você nasceu aqui em Uberlândia? Se não, em qual cidade?
- 7) Caso tenha vindo de outra cidade, qual o motivo?
- 8) Como você classificaria sua relação com seus pais?
- 9) Você sempre morou com seus pais? Tem irmãos(ã)?
- 10) Nessa fase, qual a lembrança mais marcante? Alguma experiência, lugar, pessoas? Conte como foi.
- 11) Na sua infância, você tinha turmas ou grupo de colegas ou sempre foi mais “na sua”, sem um grupo específico? Qual era a atividade ou hobby preferido?
- 12) Poderia contar como é ou era sua relação com seus familiares (primos, tios(as))? Se encontravam sempre ou raramente?
- 13) Nessa fase, em quais momentos ou situações se irritavam? Como ele costumavam “castigar” você ou seus irmãos (surra, tapas, repreensão verbal, cortavam mesada, presente, saída com amigos)?
- 14) Sem mencionar nomes, você já presenciou ou ficou sabendo de algum caso ou situação de violência na sua família ou na família de colegas ou vizinhos? Poderia contar como foi?

C - ESCOLA

- 15) Sua educação básica (médio e fundamental) foi feita numa escola pública ou privada? Como você classificaria sua escola (em termos de

disciplina, colegas, professores, ensino)? O que mais lhe agradava ou desagradava na mesma?

- 16) Na sua escola, você já teve algum problema de disciplina?
- 17) Como você se classificaria enquanto aluno(a) (“Cdf”, normal, devagar, bagunceiro)?
- 18) Na sua escola você já presenciou alguma forma de violência, seja entre colegas ou entre professores e alunos? Acontecia sempre ou raramente? Como foi?
- 19) O que você acha da escola hoje, enquanto instituição que trabalha com jovens e crianças, que lida com aprendizagem? Está satisfeito ou precisa mudar algo? O quê?

D-RELIGIÃO

- 20) Seus pais ou demais familiares seguem ou praticam alguma religião? Qual? Pense na sua infância e atualmente?
- 21) E você segue ou pratica alguma religião? Como foi ou como está sendo a experiência? O que mais lhe atraiu na religião (pense no que há de positivo, a fé, os amigos, a assistência espiritual, etc)?
- 22) Você já participou ou participa de algum grupo dentro da igreja (de jovens, de oração)?
- 23) Caso não pratique ou siga, poderia explicar a razão? Você a acha importante ou pouco relevante, para a vida das pessoas?
- 24) Por acaso, você se lembra de alguma mensagem ou idéia importante que a religião tenha passado e que foi interessante ou marcante?

E- ADOLESCÊNCIA

- 25) Durante a adolescência, você já pertenceu a algum grupo de colegas ou amigos que se juntavam para se divertir ou sair (no shopping, cinema, balada)? Conte como foi.
- 26) Na rua ou bairro que mora, costuma ter contato com vizinhos ou colegas?
- 27) Quais são os lugares que você e seus colegas costumam freqüentar, para se divertir ou conversar?
- 28) Como seus pais reagem quando você sai com colegas p/ algum lugar e retorna tarde ou no outro dia? Entendem, reclamam, proibem?
- 29) Você participa ou participaria de algum grupo ou movimento cultural (rap, dança, teatro)? Que tipo de grupo se liga mais?

- 30) Acerca do bairro ou lugar que mora, está satisfeito ou, se pudesse, se mudaria? Por qual motivo? E, se mudaria para onde?
- 31) Você considera seu bairro violento? Por quê?
- 32) Em Uberlândia, quais são os bairros mais violentos? E os menos violentos? Qual o lugar mais perigoso que você já frequentou na cidade?

F-TRABALHO E CONSUMO

- 33) Qual a profissão de seus pais ou a sua, caso trabalhe? Qual a escolaridade deles?
- 34) Você tem acesso freqüente á Internet, DVDs, tv a cabo?
- 35) Qual a profissão que você optou ou optaria, para cursar na faculdade? Por quê?
- 36) Se já for universitário, está satisfeito ou não com o curso e com a faculdade/ universidade que escolheu? É pública ou privada?
- 37) Acerca do trabalho, já teve algum, seja formal ou informal (já fez bicos, temporário, etc)? Qual e por quanto tempo?
- 38) Em termos de consumo, qual item ou bem gostaria de possuir?
- 39) Qual o melhor caminho para o jovem atingir seus objetivos, realizar seus sonhos?
- 40) Quais são os valores ou atitudes mais admiráveis em uma pessoa, do seu ponto de vista? Ou, Para merecer seu respeito, quais características uma pessoa deve possuir?

G- VIOLÊNCIA

- 41) Se um colega se desentendesse por algum motivo com você, “sujasse contigo” (por garotas (os), dinheiro, mentira, entre outras razões), como resolveria a situação? Qual seria sua atitude/
- 42) Em quais situações, você acha que o uso da força ou violência é justificável? Você acha que é ou não um recurso importante? Por quê?
- 43) Você conhece alguém que já resolveu com violência algum desentendimento? Já aconteceu contigo? Conte como foi.
- 44) Os jovens são mais ou menos violentos do que os adultos? Por quê?
- 45) Na sua opinião, quais são as causas da violência?
- 46) Você conhece ou conheceu alguém que já usou drogas? Quais?O Você já usou?

- 47) O que você acha que leva os jovens ou adultos a usarem drogas? Quais são os fatores?
- 48) Sobre a violência, quais medidas ou ações que você acha que reduziriam ou eliminariam a violência na cidade e no país?
- 49) O que é violência para você?
- 50) Acerca da televisão e dos meios de comunicação, eles influenciam ou não no comportamento violento das pessoas? De que modo?
- 51) Quais são os cuidados que você costuma tomar para evitar ser vítima de algum criminoso?
- 52) Você já teve algum contato com algum tipo de arma de fogo (mesmo só tocando ou vendo)? Conhece ou conheceu algum colega que tem ou tinha? Que tipo de arma?
- 53) Você acha que possuir uma arma de fogo em casa, no trabalho ou na rua, propicia ou não mais segurança? Pode ou não reduzir a violência? Por quê?
- 54) Acerca da polícia, o que você pensa do seu trabalho, seu modo de agir? Aprova ou desaprova?
- 55) Você já precisou procurar alguma vez a polícia? Poderia contar as circunstâncias?
- 56) Você já passou por algum “baculejo”? Como foi?
- 57) “Homem que é homem não leva desaforo para casa”. Concorda ou não com essa afirmação. Por quê?
- 58) “Bandido bom é bandido morto”. Concorda ou discorda? Por quê?
- 59) Qual o tipo de crime ou violência que te causa maior revolta ou reprovação? Por quê?
- 60) O que você acha que motiva algumas pessoas ingressarem no mundo do crime (roubar, matar, traficar), especialmente os jovens?
- 61) E também, o que leva jovens à ingressar ou formar gangues?
- 62) O que você pensa do Poder Judiciário (juízes, promotores)? Eles promovem ou não a “justiça”? Onde está o problema, caso haja?
- 63) Acerca da corrupção, quais são suas causas e quais seriam as soluções?
- 64) Você acha ou não o brasileiro corrupto? Por quê?